



REVISTA CIENTÍFICA

---

# SOPHIA

V.X  
ISSN: 2127-2511  
ISSNE: 2317-3170  
DEZEMBRO  
N.01

2019



A  
*felicidade*



FAZ PARTE  
DO NOSSO  
CURRÍCULO



EDITORA  
AVANTIS



REVISTA CIENTÍFICA

# SOPHIA

Revista Científica SOPHIA - Faculdade AVANTIS  
Balneário Camboriú (SC). v. X, n.1, dez. 2019

## Conselho Editorial



**Editora Responsável:**  
Dra. Gabriella Depiné Poffo

**Editora Técnica:**  
Esp. Bruna Jaime Feiden

**Conselho Editorial:**  
Dra. Gabriella Depiné Poffo  
Dra. h. c. Isabel Regina Depiné Poffo  
Dra. Mônica Duarte  
Dra. Sabrina Weiss Sties  
Me. André Gobbo

**Comissão Científica:**  
Dr. Felipe Luiz Pereira (UniAvan – SC)  
Dr. Ismael Francisco de Souza (Unesc – SC)  
Dr. Miguel Angel Verdinelli (Univali – SC)  
Dr. Miguel Gustavo Filippi (UniAvan – SC)  
Dr. Ricardo André Hornburg (UniAvan – SC)  
Dr. Sílvio Luis Negrão (UniAvan – SC)  
Dra. Bernadette Beber (UniAvan – SC)  
Dra. Fernanda da Silva Lima (Unesc – SC)  
Dra. Fernanda Germani de Oliveira  
Chiaratti (PUC – SC)  
Dra. Mara Regina Zluhan (UniAvan – SC)

**Diagramação e Projeto Gráfico:**  
Ana Lúcia Pizzol

**Revisão Técnica:**  
Esp. Tayane Medeiros d'Oliveira

**Bibliotecária Assessora:**  
Aline Medeiros d'Oliveira (CRB 14-1063)4

**Revisão de texto:**  
Dra. Mara Regina Zluhan  
Esp. Alessandra Menezes da Luz Machado  
Esp. Bruna Jaime Feiden  
Esp. Tayane Medeiros  
Me. André Gobbo  
Me. Xana Raquel Ortolan



# APRESENTAÇÃO

Dizia o patrono da educação brasileira, Paulo Freire: “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Dito isso, dirijo-me a cada um de vocês, expressando toda a minha alegria em poder estar testemunhando mais um importante momento da história do nosso Centro Universitário Avantis.

Falo isso porque esse ano de 2019 ficará marcado na história de nossa Instituição. Primeiramente porque esse foi o momento em que fomos elevados à condição de Centro Universitário, status esse que nos trouxe mais responsabilidades para que continuássemos atuando a favor do ensino, da pesquisa e da extensão de modo que atingíssemos a nossa missão maior que é desenvolver ensino de qualidade e disseminar o conhecimento com princípios éticos para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, na condição de Reitora desse novo Centro Universitário, cumpri-me a grata tarefa de apresentar mais uma edição da nossa Revista Científica Sophia, em que reunimos trabalhos de pesquisadores não só da nossa, mas de diferentes instituições de ensino. Esse feito, depois de muitos esforços, é mais um motivo de orgulho para todos nós que trabalhamos incessantemente objetivando ampliar o acesso às informações por meio da divulgação de pesquisas científicas.

Nossos esforços, enquanto instituição de ensino superior, é em garantir a formação plena de nossos estudantes, tanto técnica quanto humana. Para tanto, investimos permanentemente nos melhores profissionais e nos mais modernos equipamentos para que, dessa forma, possamos garantir uma formação mais humana e de excelência. Resultado de todos esses esforços é que, apesar de pouca idade, atualmente figuramos entre as melhores instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, dividindo o ranking com instituições que há muito atuam nesse setor.

Faço votos de que em 2020 possamos nos manter determinados em seguir caminhando, aprendendo a fazer o próprio caminho, refazendo e retocando o sonho pelo qual nos dispusemos a caminhar!!! Continuemos Avantis, afinal, vencer é sempre uma questão de escolhas! Boas leituras.

**Dra. h.c Isabel Regina Depiné Poffo.**

*Reitora da UniAvan*



# SUMÁRIO

---

9

A AVIDEZ PELA MATERNIDADE NA MULHER  
CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO PRISMA  
PSICANALÍTICO

Maísa Hodecker  
Ana Paula Piva Hostins  
Maurício Hostins Junior  
Jeisa Benevenuti

---

31

A IMPORTÂNCIA DOS 4 P'S DO MIX DE  
MARKETING NA CONTABILIDADE

Felipe Carlos Vargas  
Rodrigo Fernando Belli

---

47

AS DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS DOS ATORES  
ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO E  
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Márcia Cecília Vassoler

---

69

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS  
NA PSIQUE HUMANA

Carolina Antunes de Jesus  
Lucas Abs da Cruz Preto  
Manoela Fernandes Komka Vicente  
Juliane de Moliner

---

89

GAMIFICAÇÃO COMO INOVAÇÃO NAS  
DISCIPLINAS DO CURSO DE NUTRIÇÃO:  
OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Renata Carvalho de Oliveira  
Raquel Engel  
Rafaella Mafra

---

103

MORAL E ÉTICA COMO CRITÉRIOS DE DECISÕES  
JUDICIAIS

Louise Cristina Gonzaga Oliani  
Lívia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira

---

119

“PAI É QUEM CRIA”: A IMPORTÂNCIA DA FIGURA  
PATERNA NO DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS

**Maísa Hodecker**  
**Ana Paula Piva Hostins**  
**Maurício Hostins Junior**  
**Jeisa Benevenuti**

---

141

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES  
HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR: UMA ESTRATÉGIA PARA INIBIR A MÁ  
CONDUTA CIENTÍFICA

**Bruna Jaime Feiden**  
**Anna Maria Dalmonico Moser**  
**André Gobbo**  
**Alessandra Menezes da Luz Machado**

---

155

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PARA AVALIAÇÃO  
DA QUALIDADE DO SERVIÇO NO ENSINO  
SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

**Gabriella Depiné Poffo**

---

181

DISCURSO DE POSSE DA NOVA REITORA DO  
UNIAVAN

---

187

NÚCLEO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

The background is a warm, peach-colored surface with a repeating geometric pattern of small, interconnected circles. Overlaid on this are dark, stylized silhouettes of palm fronds and various flowers, including red and blue blossoms. A large, white, crescent-shaped graphic with a fine, repeating geometric pattern is positioned on the right side, partially overlapping the text.

# A AVIDEZ PELA MATERNIDADE NA MULHER CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO PRISMA PSICANALÍTICO

**Maísa Hodecker**

**Ana Paula Piva Hostins**

**Maurício Hostins Junior**

**Jeisa Benevenuti**

REVISTA CIENTÍFICA

**SOPHIA**

# A AVIDEZ PELA MATERNIDADE NA MULHER CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO PRISMA PSICANALÍTICO

Maísa Hodecker<sup>1</sup>

Ana Paula Piva Hostins<sup>2</sup>

Maurício Hostins Junior<sup>3</sup>

Jeisa Benevenuti<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maisa\_hodecker@hotmail.com.

<sup>2</sup> Psicóloga e graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: appiva@terra.com.br.

<sup>3</sup> Psicólogo graduado pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: myrand@terra.com.br.

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jeisapsico@gmail.com.

## RESUMO

A maternidade exige a construção de uma nova identidade e, inúmeras vezes, pode ser sinônimo da realização de um desejo pessoal. Objetivou-se compreender os sentidos da ascensão à maternidade na mulher contemporânea a partir da ótica da psicanálise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão integrativa de literatura a partir das bases de dados Pepsic, SciELO, EBSCO, BVS e Google Acadêmico. Foram contemplados artigos originais publicados nacionalmente entre os anos de 2010 a 2018. Foram obtidos 1083 resultados brutos. Após o refinamento, 10 artigos foram selecionados. Os resultados demonstram que a maternidade é um exercício próprio da mulher com seu filho, enquanto a gravidez é uma preparação para a maternidade. Entre os fenômenos da maternidade mais evidentes nos estudos, cabe destacar a preocupação materna, a identificação com o bebê e a relação mãe-filho. Os autores psicanalíticos mais mencionados foram Winnicott (90%) e Freud (50%). Para Winnicott, a mãe ao exercer a maternidade se confronta com a regressão a sua infância primitiva, deparando-se com a própria mãe. A mãe terá que elaborar essa regressão e construir uma personalidade que lhe é própria, fundida em sua figura materna. Enquanto Freud concebe a maternidade como a realização de um desejo fruto do Complexo de Édipo, pois como a mulher se percebe um ser faltante, sem o falo, busca no bebê sua completude. Sugere-se para futuras pesquisas avaliar a per-

sonalidade da mulher antes e após exercer a maternidade e investigações que analisem a percepção das mães em relação ao acompanhamento médico.

**Palavras-chave:** Maternidade. Mulher. Gravidez. Relação Mãe-Filho. Psicanálise.

### **THE GREED FOR MATERNITY IN THE CONTEMPORARY WOMAN FROM PSYCHOANALYTIC PRISM**

#### **ABSTRACT**

*Motherhood requires the construction of a new identity and can often be synonymous with the fulfillment of a personal desire. The objective was to understand the meanings of the rise to motherhood in contemporary women from the perspective of psychoanalysis. This is a qualitative research of integrative literature review from the Pepsic, SciELO, EBSCO, VHL and Google Scholar databases. Original articles published nationally between 2010 and 2018 were considered. 1083 gross results were obtained. After refinement, 10 articles were selected. The results demonstrate that motherhood is a woman's own exercise with her child, while pregnancy is a preparation for motherhood. Among the most evident phenomena of motherhood in the studies, it is worth mentioning maternal concern, identification with the baby and the mother-child relationship. The most mentioned psychoanalytic authors were Winnicott (90%) and Freud (50%). For Winnicott, the mother in exercising motherhood faces the regression to her early childhood, facing her own mother. The mother will have to work out this regression and build a personality of her own, fused into her mother figure. While Freud conceives of motherhood as the fulfillment of a desire resulting from the Oedipus Complex, because as the woman perceives herself as a missing being, without the phallus, she seeks in the baby its completeness. It is suggested for future research to evaluate the woman's personality before and after exercising and investigations that analyze the perception of mothers in relation to medical monitoring.*

**Keywords:** Maternity. Pregnancy. Mother-Son Relationship. Psychoanalysis.

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade é um processo que se inicia posteriormente a concepção, distinguindo-se da gravidez. Exercer a maternidade é um fenômeno entre mãe e bebê, enquanto a gravidez poderia ser compreendida como a preparação para o exercício da maternidade (BRAZELTON; CRAMER, 1992; SZEJER; STEWART, 1997). O desejo da mulher de engravidar nem sempre corresponde ao desejo de exercer a maternidade. A gravidez é vista por inúmeras mulheres como um fenômeno divino, um milagre iniciado no útero, o poder do feminino de gerar outra vida dentro de si mesma. Contudo, a maternidade é demarcada pelo instinto protetor da mãe para com seu filho, isto é, a relação mãe-filho pós-parto, o cuidado, o afeto e o vínculo construído (MALDONADO, 1985)

Supracitado autor ainda destaca que a mulher dos séculos XV e XVI, por vezes, não era devota aos filhos e à família. Experiências com a família eram esporádicas, assim como os filhos não tinham os mesmos cuidados maternos como possuem atualmente. Como exemplo disso, era comum nos séculos citados as chamadas amas-de-leite. Nada mais eram que mulheres camponesas e pobres que exerciam a função de cuidar e proteger os filhos de mulheres nobres até que atingissem idade suficiente para serem independentes (MALDONADO, 1989).

Com o advento da modernidade e dos progressos tecnológicos, houve modificações no campo dos métodos contraceptivos da gravidez, assim como da concepção e adoção. A partir disso, a mulher moderna passou a ter mais liberdade e possibilidades em escolher pela maternidade, e, por outro lado, criou-se um dilema para a mulher acerca de ser ou não mãe. Assim, atualmente a mulher pode optar em ficar grávida, conceber um filho em outro ventre a partir da 'barriga de aluguel', pode optar em ficar grávida e entregar o filho para adoção, adotar um bebê recém-nascido ou dar à luz e exercer a maternidade (SCAVONE, 2001).

A valorização da família nuclear é ressaltada pela figura infantil que nela se configura. Com isso, surge o poder do feminino de mãe cuidadora. Por meio da forte influência médica, a mulher foi reduzida a figura de mãe. Com o passar dos anos, esse papel da mulher foi e está sendo gradualmente dis-

sociado. Na contemporaneidade, a visão exclusiva de que cabe a mulher os afazeres domésticos, a maternidade e feminilidade estão sendo substituídas por uma mulher com a opção de ser ou não ser responsável pela casa, ser ou não ser mãe e ser ou não ser feminina, de fato (PICCININI *et al.*, 2008).

Os mesmos autores sugerem que a maternidade não é mais um fator que determina o poder da mulher, mas sim um complemento de sua vida e uma das suas potenciais funções. Acredita-se que a maternidade não é um processo natural da mulher, pois nela pode ou não haver a ânsia de se tornar mãe. A partir disso, tem-se a importância de tais estudos não somente à propagação da premissa de que a mulher contemporânea possui um novo ideal, demarcado pela evolução de um pensamento absolutista e reducionista de mulher enquanto mãe, mas pela valorização de sua liberdade de escolha, individualidade e independência (PICCININI *et al.*, 2008).

Conforme os autores supracitados, gradualmente há o interesse pela comunidade acadêmica em estudos que investiguem os papéis sociais desempenhados pela mulher e, mais especificamente, pela maternidade. Como atualmente nenhuma área sequer conseguiu fornecer um quadro completo de respostas sobre a maternidade, há um campo de estudos complexos, embora enriquecedores em elementos de pesquisa. Optou-se pela psicanálise para nortear esse estudo, pois permite um aprofundamento maior e compreensão ao articular as pesquisas já produzidas, visto que rompe com a premissa de amor materno instintivo, substituindo-o por questões pulsionais na via do desejo. Dessa forma, o conceito de pulsão transporta os determinantes do sujeito atravessando a ordem natural, sendo o sujeito um subordinado das determinações eróticas. Portanto, os cuidados exercidos pela mãe para com seu filho são, na verdade, atravessados pela satisfação própria de seu desejo (FARIAS; LIMA, 2004).

Construiu-se tal artigo tomando a relação mãe-filho constituída, por um lado, de uma figura materna, e por outro, de um sujeito temporariamente em estado dependente dos cuidados de sua mãe. Ainda por trás disso, considera-se a mulher contemporânea um sujeito cuja escolha em exercer a maternidade constitui a realização de um desejo (SCAVONE, 2001). Nesse sentido, pretendeu-se elucidar os aspectos referentes à maternidade e à ânsia da mulher contemporânea por exercê-la, embasando tais perspectivas pela via da psicanálise.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica integrativa. Foi realizada uma revisão integrativa de literatura nas bases de dados Pepsic, SciELO, EBSCO, BVS e Google acadêmico, a partir das palavras-chaves selecionadas segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Maternidade, Mulher, Gravidez, Relação Mãe-Filho e Psicanálise. Destaca-se que tais palavras-chaves foram utilizadas nos campos de busca das bases de dados de forma conjunta, visando refinar os estudos encontrados. Para direcionar a busca, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: “quais os sentidos da ascensão à maternidade na mulher contemporânea a partir da ótica da psicanálise?”.

Foram incluídos somente artigos científicos originais disponibilizados na íntegra, publicados entre 2010 e 2018, que tratassem da maternidade propriamente dita a partir da ótica da psicanálise, além de serem oriundos de estudos desenvolvidos no Brasil. Nesse sentido, os artigos deveriam tratar da maternidade de forma geral, publicados em revistas científicas, que abarcassem o anseio pela maternidade na mulher contemporânea.

Os critérios de exclusão resumem-se a trabalhos acadêmicos de outra natureza (monografia, dissertação, tese, trabalho apresentado em congresso, etc.); artigos que não continham em sua estrutura objetivo, método, resultados e conclusão/considerações finais; artigos que não apresentaram texto completo disponível para acesso; artigos duplicados; artigos que apresentassem fundamentação teórica de outra abordagem psicológica; artigos fora do período determinado; artigos internacionais; artigos não publicados em periódicos que tratavam de algum aspecto isolado e específico da maternidade.

Em relação a este último critério, foi elaborado para refinar os resultados, pois continham inúmeros estudos sobre a maternidade, embora aprofundassem em algum fenômeno relacionado como a maternidade de mulheres em cárcere privado, maternidade em casos prematuros, maternidade de bebês com problemas mentais, etc. Como o foco deste artigo é a maternidade e a avidez da mulher em exercer este papel, os artigos que não tinham este enfoque principal foram excluídos.

Realizou-se, primeiramente, a leitura dos resumos das publicações

com o objetivo de refinar a amostra por meio da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A avaliação crítica dos estudos a partir do refinamento consistiu na leitura do resumo e, em alguns casos, do trabalho na íntegra.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados gerou o total de 1.083 artigos (Pepsic: 0, SciELO: 0, EBSCO: 1, BVS: 12, Google Acadêmico: 1.070). A partir das referidas palavras-chaves, não foram encontrados resultados no Pepsic e SciELO. No EBSCO, foi encontrado apenas um resultado, porém, foi excluído por se tratar de uma tese de doutorado. No BVS foram achados 12 resultados, nos quais três corroboravam com os critérios de inclusão, três foram excluídos por duplicação, cinco foram excluídos por tratarem de fatores isolados relacionados à maternidade e um deles excluído por ser uma monografia. No Google Acadêmico foram encontrados 1.070 resultados. Dentre eles, sete artigos corroboravam com a pesquisa, 49 foram excluídos por serem incompletos, 100 excluídos por serem artigos internacionais, 52 foram excluídos por duplicação, 29 por serem livros, 52 por não serem publicações científicas, 52 por não tratar da maternidade a partir da psicanálise, 521 foram excluídos por serem outra modalidade de trabalho acadêmico (monografia, dissertação, tese, etc.), 186 foram excluídos por tratarem de algum aspecto relacionado e específico da maternidade e 22 por estarem publicados fora do período determinado (2010-2018). Após o refinamento, leitura dos resumos e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra consistiu em 10 artigos científicos. Os resultados encontrados nas bases de dados estão descritos no Quadro 1:

**Quadro 1: Descrição das principais características dos estudos revisados.**

Autores (as) (Ano)	Revista científica	Objetivo	Resultados/Conclusões
1. Kate Delfini Santos e Ivonese Fernandes da Motta (2014)	Estudos de Psicologia	Apresentar o significado da experiência da maternidade na trajetória de três jovens mães.	Foi verificado que a maternidade tem um significado especial e revela-se como sinal de esperança, segundo a conceituação de Winnicott, de reencontrar uma experiência de afeto significativa.
2. Edinara Zana e Caroline Rubin Rosato Pereira (2015)	Temas em Psicologia	Conhecer os sentimentos maternos acerca da gestação, do nascimento e da relação mãe-bebê em mulheres que vivenciaram a experiência da maternidade pela primeira vez.	O estudo evidenciou que estão presentes na maternidade sentimentos ambivalentes, como alegria e negação, surpresa e angústia. Além disso, foi analisado que no período gestacional houve a presença de instabilidade emocional e irritabilidade, assim como sentimentos relacionados à insegurança. Já no que concerne à relação mãe-filho, foi verificado que as mães relatavam uma experiência demarcada pelo afeto e gratidão. Em relação às dificuldades relacionadas à maternidade, foram descritos os deveres envolvidos ao exercício de ser mãe. As autoras concluíram que a maternidade é um período intenso e de extrema significância na vida de uma mulher, ressaltando a importância do apoio social e familiar nesse momento para que se sinta mais segura e confiante.
3. Clara Medeiros Veigo Ramires Monteiro e Marcos Pippi de Medeiros (2013)	Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas.	Investigar o desejo de ter filhos de algumas universitárias da UNIFRA – Centro Universitário Franciscano de Santa Maria/RS.	Os autores constataram que ainda persevera o desejo da mulher moderna gerar filhos. Contudo, esse desejo é postergado devido ao anseio em antes ter uma formação acadêmica e estabilidade financeira. O anseio por ter filhos pode ser advindo do sentimento de preencher lacunas (falta de um pênis ou de pessoas), seja para dar continuidade à geração, seja para atender a uma necessidade e/ou demanda social, seja por vontade própria. Foi concluído que a ideia de ter filhos está fortemente ainda presente na mulher contemporânea apesar de não mais haver tanta pressão social para que isso ocorra.

<p>4. Flavia Baroni Simas, Laura Vilela e Souza e Fabio Scorsolini-Co-min (2013)</p>	<p>Revista Psicologia: teoria e prática</p>	<p>Compreender os sentidos sobre maternidade e as vivências da gravidez em gestantes primíparas e múltiparas.</p>	<p>Foram analisados que os sentimentos que permearam as narrativas das gestantes primíparas referiam-se à insegurança sobre a inexperiência. Já em gestantes múltiparas houve maior preocupação em relação ao impacto da gravidez na estrutura familiar, decorrente do não planejamento de tal. Foi levantado ainda que as fontes de apoio da mulher mais relevantes são o companheiro (a).</p>
<p>5. Regina Maria Ramos Stellan, <i>et al.</i> (2011)</p>	<p>Estilos da Clínica</p>	<p>Verificar os recursos psíquicos necessários para que uma mulher se constitua como mãe.</p>	<p>As autoras apontam que a mulher necessita dispor de recursos psíquicos específicos para exercer a maternidade. A premissa do cuidado maternal surge através de alguns elementos discursivos, como a deslibidinização dos laços com o mundo exterior para voltar-se para a gravidez e nascimento do bebê. Assim, as autoras verificaram que os cuidados físicos dos filhos estão articulados ao desejo e à fantasia. A fantasia faz parte dos estudos da psicanálise, sendo esta considerada parte estruturante do sujeito, assim como o investimento que a mãe realiza para com seu filho para constituir-se na condição de sujeito.</p>
<p>6. Camila Seron e Rute Grossi Melani (2011)</p>	<p>Psicologia: teoria e prática</p>	<p>Compreender o papel da relação mãe e filha no processo de construção da identidade feminina na adolescência.</p>	<p>Foi observado que a construção da identidade feminina sofre influências da relação mãe-filha. As filhas direcionam na mãe uma figura materna modelo. Com o passar dos tempos, as filhas conseguem se diferenciar das mães, embora ainda abarquem consigo características próprias decorrentes de sua relação maternal com sua mãe. A identificação e não propriamente a cópia, transporta a filha para o desconhecido, fazendo-a construir sua própria identidade, apoiada nos atributos compartilhados com a mãe devido a sua presença constante afetiva.</p>

7. Fabiela Aparecida Barbosa, <i>et al.</i> (2010)	Barbarói	Compreender os significados do cuidado materno e da experiência da maternagem produzidos e negociados por mães de crianças pequenas.	Os autores levantaram cinco temas principais a partir das entrevistas com as mães: o <i>holding</i> profissional; a preocupação materna primária; a amamentação e os momentos com o bebê; as angústias e transformações no amor materno; e os sentimentos ambivalentes sobre a gravidez. O posicionamento e a atitude do profissional de saúde foram evidenciados nos cuidados para com as mães para que se sentissem seguras após o parto e preparadas para exercerem a maternidade. Houve sentimentos ambivalentes em relação aos filhos. Por um lado, a avidez em ter filhos e, de outro, preocupações com as mudanças e transformações decorrentes da chegada do bebê. Concluiu-se que mães que encontram amparo no ambiente são capazes de sentir as necessidades dos filhos e de compreenderem a melhor forma de responder a elas, promovendo o desenvolvimento saudável da díade mãe-bebê.
8. Rita de Cássia Sobreira Lopes, Laura Pithan Prochnow e Cesar Augusto Piccinini (2010)	Psicologia em Estudo	Investigar a relação da mãe com suas figuras femininas de apoio e os sentimentos em relação à maternidade no primeiro trimestre de vida do bebê.	Foram verificados que 98% das mães possuem uma figura feminina como apoio, sendo 54% suas figuras modelos de identificação e 47% correspondem as próprias mães das entrevistadas. Verificou-se ainda que o companheiro constitui a figura masculina de apoio e que oferta cuidados necessários ao bebê e à mãe. Os resultados corroboram com a literatura acerca da presença dos parceiros para ofertar apoio e suporte, principalmente no período da maternidade, assim como figuras femininas que servem como modelo de identificação à construção de uma nova mãe.
9. Denise Machado Duran Gutierrez, Ewerton Helder Bentes de Castro e Karine Diniz da Silva Pontes (2011)	Revista do NUFEN	Desenvolver um estudo teórico sobre maternidade centrado no vínculo mãe-filho.	Os autores destacam que o papel do bebê para a mãe é preencher algum vazio, ou pode simbolizar a realização de um desejo. Constatou-se ainda que há uma transferência realizada de mãe sobre o bebê. Essa transferência é atravessada por experiências de gerações anteriores. Assim, a análise se constituiu a partir dos princípios da transmissão psíquica, como a importância das relações intersubjetivas, os mecanismos de defesa que sustentam a transmissão de conteúdos não elaborados, a função da transmissão, e as formas de apropriação.

10. Danielle Ferreira Gomes Moura (2013)	Revista Mal-Estar e Subjetividade	Abordar a função materna, ressaltando a sua dimensão de poderio a partir do referencial teórico-clínico da psicanálise, a fim de discutir seus efeitos sobre o sujeito em constituição.	Conforme evidencia esse estudo, o poderio materno se desenrola ainda precocemente e desencadeia efeitos decisivos na estruturação psíquica do sujeito, que vão desde a ascensão do sujeito à estagnação como objeto de gozo materno. A autora ressalta ainda que sua importância transpõe o nível conscientes, passando seus efeitos também a níveis inconscientes. Assim, o poderio materno causa profundas marcas no inconsciente dos sujeitos, os quais abarcam inelutavelmente seus fantasmas.
--	-----------------------------------	---	--

Fonte: Dados primários, 2018.

A partir dos resultados iniciais encontrados (1.083), é possível afirmar que há interesse científico pela temática da maternidade e temas afins. Contudo, verificou-se que a maioria dos achados tratavam de aspectos correlatos à maternidade, adentrando-se em aspectos mais pontuais e concisos sobre a maternidade, mas não em sua amplitude. Como o enfoque principal eram artigos que tratavam da maternidade e/ou avidez da mulher contemporânea em exercê-la, somente os artigos supramencionados no Quadro contemplam os critérios apontados para inclusão.

Referente ao escopo dos artigos, verifica-se que somente um dos artigos contempla a avidez da mulher contemporânea em ter filhos. Cabe destacar que o anseio de ter filhos é diferente da maternidade. É possível a mulher somente ter o desejo de ter e conceber o filho, mas não desejar exercer a função materna. Diante disso, o artigo foi lido na íntegra e contemplado no estudo por vincular o desejo de ter filhos também à maternidade, a partir de uma fundamentação teórica psicanalítica.

Ainda em relação aos objetivos dos artigos analisados, percebeu-se que quatro tinham propostas relacionadas aos sentimentos e experiência da maternidade, dois evidenciavam a relação mãe-filho; dois evidenciaram a função materna no cuidado e seus respectivos significados; um ressaltou os recursos psíquicos necessários para a mãe exercer a maternidade e dois artigos demonstraram maior interesse em evidenciar as figuras femininas de influência e apoio na construção da identidade da mãe.

Como visto, foram contemplados artigos científicos nacionais publicados nos últimos 10 anos. Com foco central na afeição pela maternidade na mulher contemporânea não foram encontrados resultados nas bases de dados, embora 50% dos artigos contemplados nesta pesquisa mencionam, no decorrer de suas análises, sobre essa temática.

Os artigos analisados discutiam a temática vinculada à psicanálise. Verificou-se que 90% dos artigos utilizavam em sua fundamentação teórica citações provindas de Winnicott, enquanto citações de Freud foram mensuradas em 50% dos achados. Além desses psicanalistas, houve outros pós-freudianos utilizados para compreender e descrever a respeito da maternidade, como Bowlby (20%), Roudinesco (20%) e Zimerman (20%).

No que diz respeito à conceituação de maternidade, alguns autores (GUTIERREZ; CASTRO; PONTES, 2011; SIMAS; SOUZA; SCORSOLINI-COMIN, 2013; SANTOS; MOTTA, 2014) afirmam que consiste em um exercício único que faz parte do ciclo vital e característico da mulher para com seu bebê, constituindo-se em um marco de extrema relevância para ambos. Os mesmos autores apontam que a maternidade constitui os cuidados dispensados pela mãe para suprir as necessidades básicas do bebê, garantindo-lhe seu desenvolvimento e uma passagem sadia por esta fase de sua vida.

Estes cuidados são ressaltados por Simas; Souza e Scorsolini-Comin (2013) como sendo resultados de uma forte identificação e responsabilização da mãe com seu filho. Em outros dizeres, estas novas sensações e sentimentos proporcionados pela maternidade fazem com que a mãe se sinta na necessidade de cuidar e exercer esse papel que lhe compete, assim como lhe possibilita a aquisição de novas habilidades psíquicas, como o amadurecimento e expansão da personalidade. Em relação à expansão da personalidade, outros autores corroboram com a premissa apontada (BARBOSA *et al.*, 2010; SERON; MILANI, 2011; SANTOS; MOTTA, 2014; ZANATTA; PEREIRA, 2015) de que a partir da maternidade a mãe inicia um exercício de se adaptar ao novo contexto e reorganizar seu psíquico para exercer a maternidade. Assim, a maternidade constitui um período de intensos sentimentos e esforços dessa mãe. Seu exercício de mãe na maternidade será atravessado por regressões às suas gerações anteriores, principalmente sua própria criação e lembranças na infância, muitas ainda inconscientes, poderão ressurgir e

assombrar a mãe enquanto sua personalidade se expande. Winnicott (2006), ao evocar sobre esse fenômeno, descreve que toda mulher traz consigo recordações de sua genitora e dos cuidados que foram dispensados, podendo ajudá-la ou atrapalhá-la em sua experiência como mãe. Nesse sentido, deve haver uma elaboração das experiências obtidas na infância da nova mãe e incorporação dos valores dos seus pais em sua personalidade. Com isso, acredita-se que a importância do período gestacional se encontra não somente no desenvolvimento sadio do bebê, mas conecta a mãe às primeiras relações estabelecidas no seio familiar.

De modo a ampliar tal afirmativa, Maldonado (1992) descreve que a maternidade proporciona à mulher a vivência de ser mãe, abandonando a posição somente de filha para agora incluir o título de mãe. A mesma autora acrescenta que a mulher atravessa uma dupla identificação no período da maternidade que a sobrepõe a níveis conscientes e inconscientes. Assim como supracitado, Maldonado (1992) acredita que a mulher revive e realiza uma revisão acerca de seu modelo parental e educacional, filtrando aquilo que se identifica e aquilo que não lhe cabe repetir. Além disso, há uma identificação com o bebê, em que as mulheres normalmente criam expectativas, anseios e medos em relação ao seu próprio papel enquanto mãe e características próprias de seu filho.

Com base nos cuidados provenientes do período da maternidade, Barbosa *et al.* (2010), Seron e Milani (2011), Santos e Motta (2014) corroboram que as transformações na personalidade são numerosas a ponto de ressurgir um novo *self*, que aparecerá diante do sentimento de continuidade do ser, justamente no cuidado materno. Isto ocorre novamente devido a identificação, onde um sujeito se esforça para assemelhar-se ao outro, modificando-se e adaptando-se para que seja constituída uma identidade harmônica. A esse processo Zimerman (1999 *apud* SERON; MILANI, 2011) chama de reinvenção de si mesmo.

Além dos motivos mensurados, Langer (1986) considera que a mulher pode desejar um filho para verificar e provar a própria fertilidade. Acrescenta que a mulher pode desejar ter filhos para reviver experiências que obteve com a própria mãe e identifica-se com ela. A mesma autora amplia o desejo da maternidade, relacionando-o com causas mais conscientes, como reviver

a própria infância através do filho e poder proporcionar momentos, experiências, objetos, sentimentos que a ela não foram ofertados pelos pais; rivalizar com outras mulheres; sentimento de insegurança em relação ao marido, desejando ter filhos para retê-lo; e, de modo quicá mais intenso, a necessidade psicobiológica de desenvolver potencialidades ainda veladas. Krynski (1983) corrobora com Barbosa *et al.* (2010), Seron e Milani (2011), Santos e Motta (2014), ao afirmar que além dos fatores destacados, a mulher pode desejar ter filhos para engrandecer a família e/ou em busca de sua perpetuação.

Krynski (1983) confirma que o desejo por ter filhos pode vincular-se à vontade dos pais em buscar sua própria perpetuação. Já em relação à maternidade, Scavone (2001) corrobora que seu desejo pode estar atrelado não somente à reprodução, continuidade da existência, mas também à busca por um sentido maior de sua existência, desejo por reconhecimento e valorização social e por amar crianças. Desse modo, pode-se destacar que o desejo em ter filhos, bem como pela, maternidade possui uma relação intrínseca, pois verifica-se que quando a mulher deseja ter filhos seu desejo não é totalmente satisfeito ao conceber o bebê, mas é durante seu desenvolvimento e relação mãe-filho que esse anseio é sanado (SERON; MILANI, 2011).

Em relação a uma das principais funções maternas, Barbosa *et al.* (2010) e Santos e Motta (2014) ressaltam o conceito de *holding*, utilizado por Winnicott em sua teoria sobre a relação mãe-bebê e simultâneas influências dessa relação no desenvolvimento da criança. O *holding* é a capacidade de a mãe cuidar, proteger e suprir as necessidades básicas do bebê por meio do vínculo estabelecido, sensibilidade e afeto. Isso implica que a mãe mantenha o cuidado e proteção necessários para um melhor desenvolvimento do bebê. Entretanto, o *holding* é uma habilidade não inata às mães, mas sim desenvolvida na relação mãe-bebê.

Nesse sentido, Winnicott (1983) sustenta que a mãe necessita dispor de um ambiente acolhedor e afetuoso para desenvolver o *holding*, onde não somente as necessidades do bebê sejam supridas, como aquelas que lhe são pertinentes. A partir disso, a mãe poderá ter um maior contato e interação com o bebê, o que favorece o *holding*. No entanto, o mesmo autor resalta que as mães podem enfrentar problemas para desenvolver o *holding* devido a potenciais problemas relacionados à adaptação de um novo membro ou exercer a função materna.

O processo de ser mãe é descrito por Winnicott (2000) como um momento especial e fundamental para a construção do psiquismo. A mãe desloca sua atenção exclusivamente ao bebê, enquanto o social é temporariamente desprezado. Justificam-se tais atos da mãe devido à preocupação materna primária, em que ela se encontra com a sensibilidade aflorada no período final da gestação. Com isso, ao exercer a maternidade, a mãe estará mais propensa a se adequar ao novo membro, às suas necessidades e confiar no meio circundante.

Dessa forma, caberá à mãe descobrir as suas capacidades maternas e reelaborar sua identidade, sendo que é na relação mãe-filho que esse processo irá suceder (LOPES; PROCHNOW; PICCININI, 2010; SERON; MILANI, 2011). A relação mãe-filho, a partir de uma concepção freudiana, é concebida como aquilo que falta na mãe. Essa falta corresponde ao falo, ou seja, ao pênis. Em sua infância, a menina que experimenta a falta real do Complexo de Édipo se depara com a falta de um pênis, invejando os meninos e apresentando sentimentos de repulsa em relação à própria mãe por tê-la concebido como um ser faltante. Concomitante ao ódio pela mãe, há uma libido direcionada ao pai, assim como a inibição neurótica, a masculinização e o desejo de ter filhos deste pai. Assim, Freud concebia a avidez pela gravidez como um sintoma atrelado à falta de um falo (STELLIN *et al.*, 2010; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013).

Freud e Lacan concordam que tanto mulheres quanto homens já nascem demarcados por uma falta enquanto sujeitos. Essa falta fará com que sejam introduzidos em uma lógica fálica, tornando-os sujeitos desejan-tes. Freud salienta que essa falta causa efeitos na mulher ao exercer a maternidade, acreditando que esta seja a saída para o Édipo feminino ou uma forma que a mulher encontra para suprir a falta do falo. Assim, Moura (2013, p. 396) escreve que “[...] o menino tem relação com uma representação do falo, o pênis, a mulher tem relação com a produção de um objeto real – a criança”. Isso ocorre devido a castração da menina, que a põe em uma espécie de circuito edípico, destinada a buscar preencher a lacuna que a incumbe.

Visto isso, ter filhos, assim como ser mãe, podem ser compreendidos como a realização de um desejo ainda primitivo e experimentado nos primeiros anos de vida da menina para suprir uma falta. Mais especificamente na fase pré-edipiana, a menina pode ter o desejo de ser mãe pela forte identifi-

cação com a mãe originária. Nesta fase, a menina ilustra seu desejo por meio de brincadeiras com bonecas, fantasiando o papel de mãe. Já ao passar pelo Complexo de Édipo a menina constrói o desejo de ter filhos sob uma visão hostil da mãe que a fez herdar a falta de um falo e um erotismo pelo pai, sendo este o único que poderia suprir sua falta. Percebe-se que há uma diferença clara exposta por Freud no que concerne ao desejo de ser mãe e de ter filhos. Apesar de ambos estarem relacionados à realização de um desejo, exprimem períodos diferentes (MONTEIRO; MEDEIROS, 2013).

A premissa falocêntrica foi amplamente criticada e questionada por diversos autores por suspeitarem que ser mãe não seria a única forma de a mulher sentir-se fálica. Freud concebe esta teoria com a premissa de que uma feminilidade incumbe a estruturação histórica, isto é, toma o desejo de ter filhos, assim como a maternidade, estritamente ligados ao erotismo feminino. No entanto, anos adiante Freud reformulou suas postulações, agora considerando a maternidade e a afeição da mulher em ter filhos também quando determinantes de uma neurose estivessem ausentes, assim como não fosse relevante a inveja pela falta de um pênis. Nessa direção, uma mulher que não possui sintomas de uma neurose poderá desejar ter filhos e exercer a maternidade para estabelecer uma relação objetal com outro sujeito, para ser seu falo. Assim, a ideia anterior da mulher desejar possuir um falo é substituída pela visão de ela ser o próprio falo, sendo a maternidade concebida como uma das potenciais vias que ela encontra para o erotismo e para alcançar o amor objetal (MOURA, 2013; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013).

Logo, amplia-se a visão freudiana concebendo agora que a tendência da mulher desejar ter filhos ou exercer a maternidade também possa estar conectada à uma demanda exterior de um homem, por exemplo. Este homem também sente a falta de algo, e possuindo um filho recebe a potencial forma de supri-la. Moura (2013) corrobora por meio de uma visão lacaniana que a figura paterna possui uma função essencial na dinâmica da família. A partir de uma analogia da relação mãe-filho com um crocodilo prestes a abocanhar o filho, Lacan (1986 *apud* MOURA, 2013) acreditava ser necessária a intervenção paterna para impossibilitar a mãe de engolir seu filho, chamando esse processo de Nome-do-Pai.

Percebeu-se por meio da literatura psicanalítica que até a mãe exercer

a maternidade irá deparar-se com dois confrontos que podem modificar e construir o psiquismo, alterando sua personalidade (BARBOSA *et al.*, 2010; MOURA, 2013; SIMAS; SOUZA; SCORSOLINI-COMIN, 2013; SANTOS; MOUTA, 2014; ZANATTA; PEREIRA, 2015). Como visto, antes de conceber o bebê a mãe passa por um processo de regressão em que relembra momentos de sua infância primitiva e que irão influenciar o exercício de sua maternidade. Agora, quando o bebê foi concebido, a mãe precisa confrontar as expectativas e fantasias que foram elaboradas durante a gestação sobre o bebê e passar a interagir e identificar-se com o bebê real (WINNICOTT, 2006; SIMAS; SOUZA; SCORSOLINI-COMIN, 2013).

Considera-se, portanto, que a maternidade não é somente uma função maternal da mulher, mas diz respeito aos recursos psíquicos que a mãe utiliza para que o bebê possa se desenvolver e constituir-se como um sujeito. Além disso, no que concerne à relação mãe-filho foi possível compreender que por um lado há um ser dependente dos cuidados da mãe, ainda sem compreender o mundo circundante, e por outro, há uma mulher incumbida da função de mãe, de criar e sanar as necessidades do filho. A relação é atravessada por regressões da mãe ao seu passado remoto, as suas próprias relações com sua genitora. Por conta disso, diz-se que a relação mãe-filho é sempre única, particular e subjetiva de cada ser que a constitui, assim como a função materna um processo em construção, efeito de uma operação psíquica (SIMAS; SOUZA; SCORSOLINI-COMIN, 2013).

Percebeu-se que os estudos analisados apontam para uma figura masculina paterna, mas não foi acoplada a premissa de que casais *gays* e/ou lésbicas e mulheres solteiras poderiam também ser agraciados com a maternidade. Esta é nossa maior crítica aos artigos analisados, pois ao contemplarem somente casais heterossexuais, estão contribuindo para os processos de exclusão de casais não heterossexuais e de mães solteiras que, por sua vez, possuem direitos legais para também optarem ou não pela maternidade.

No entanto, concordou-se com a premissa de que a mulher possui diversos aspectos e fatores que transpassam a maternidade: desejo de ter filhos e de sentir-se valorizada socialmente, realização pessoal, amar crianças, perpetuar a própria geração, consolidar uma união e/ou vínculo afetivo com um(a) parceiro(a), obter as próprias experiências como mãe, reviver expe-

riências infantis, desenvolver seu potencial psíquico, etc. Visto a partir das perspectivas freudiana e lacaniana, a maternidade seria a completude da mulher diante da percepção ainda remota de uma falta, herdada da mãe. Já Winnicott (2006) complementa que a mulher necessita do *holding* para exercer a maternidade e, paralelamente, reconstruir certos valores e preceitos para constituir um novo psiquismo, acoplando também a identidade de mãe.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante os resultados provindos da busca nas bases de dados foi possível mensurar que há inúmeras pesquisas e publicações que adentram em temáticas relacionadas à maternidade. Os artigos encontrados apontavam para múltiplas causas que podem ser resultantes ou correlatas à avidez da mulher contemporânea em exercer a maternidade. Essas causas podem ser divididas em pessoais/individuais, sociais, familiares e amorosas.

As causas pessoais/individuais demonstram que a mulher pode desejar a maternidade na busca de sentir-se completa, já que em sua infância deparou-se com uma falta: o falo. Assim, o bebê seria a sua redenção. Viria preencher a lacuna que foi herdada da própria mãe. Ainda sobre as causas pessoais/individuais, a mulher pode desejar a maternidade buscando reconhecimento e valorização social, ter afeição intensa por bebês/crianças, por desejar reviver aspectos de sua própria infância e por ter vontade de descobrir uma potencial personalidade oculta e que seria desvelada ao exercer a maternidade.

Além disso, pode-se afirmar que a mulher pode desejar a maternidade devido a necessidade de cuidar de outrem, de se doar para alguém a não ser a si mesma, ter responsabilidade e compartilhar a vida, permanentemente, com alguém que irá amar e amá-la.

As causas sociais envolvem a pressão em ter filhos, assim como de cuidá-los e protegê-los, principalmente após anos de relacionamento com um (a) mesmo(a) parceiro(a). Isso também é visto nas causas familiares, onde a maioria dos indivíduos da família, principalmente os genitores e/ou responsáveis pela criação, influem sobre a mãe para que perpetue e dê continuidade à família.

Já as causas amorosas envolvem o desejo de cuidar de um bebê que se tornou resultado da soma de dois sujeitos em união amorosa, desejo de abster a atenção do(a) parceiro(a) devido ao sentimento de insegurança emergidos na relação e, novamente, desejo de perpetuar a família.

Ao analisar a maternidade e sua evolução sócio-histórica verifica-se que com o surgimento de métodos anticoncepcionais e sua distribuição a preços acessíveis, a mulher passa a ter mais controle sobre o próprio corpo, podendo ou não engravidar. Simultaneamente ao surgimento dessa evolução na medicina, também houve a adaptação gradual das mulheres a esses métodos, diminuindo drasticamente a quantidade de filhos. Atualmente, a mulher que desejar ter filhos e exercer a maternidade poderá ter acompanhamento médico em clínicas especializadas particulares e/ou em unidades públicas de saúde, assim como poderá adotar um bebê por meio de um processo legal.

Como visto, o desejo em ter filhos e de exercer a maternidade estão paralelos, porém não correspondem ao mesmo significado. Ter filhos significa gerar, conceber, procriar. Para ter filhos a mulher poderá engravidar ou adotar. Já a maternidade envolve o exercer, o papel de mãe, o cuidar, proteger e providenciar as necessidades básicas para que o bebê se constitua enquanto sujeito na sociedade. Assim como ter filhos, a mulher que deseja exercer a maternidade também poderá ter um bebê por meio da gravidez ou adoção. Entretanto, a diferença básica entre o primeiro e o segundo poderia ser elencada como o desejo de dar a vida e o desejo em desenvolver a vida, respectivamente.

Discutidos à luz da literatura, os artigos permitem refletir que o processo de se tornar mãe pode ser compreendido como uma reconstituição psíquica pela atualização e reedição da própria constituição infantil. Além disso, a partir da análise acredita-se que os conceitos de narcisismo, identificação e Complexo de Édipo, quando articulados, conseguem suprir os processos constitutivos que irão possibilitar ou não a escolha pela maternidade. Contudo, acrescenta-se que a mulher, ao optar ou não pela maternidade, não somente será influenciada pela própria infância, mas também pelas experiências que obteve ao longo de sua vida. Assim, ao reeditar vivências narcísicas e edípicas e ao reviver sua constituição subjetiva, a mulher possui a oportunidade de mudar de posicionamento de filha para acionar o processo de constituir-se como mãe.

De modo geral, os resultados sugerem que a maternidade pode ser vista como uma possibilidade de reconstituição psíquica uma vez que a mãe, ao conceber o bebê, reelabora e reedita suas próprias vivências e memórias infantis acerca da própria criação. Assim, emerge a constituição de um novo sujeito: a mulher somente filha passa a ser mãe. Paralelo à regressão infantil surgem conflitos aparentemente resolvidos que podem modificar a personalidade da mãe. Apesar de ser visto como um processo potencialmente doloroso e complexo a mãe necessita vivenciar o ressurgimento do período constitutivo para tornar-se mãe e iniciar uma relação com seu bebê.

Ressalta-se que a complexidade envolta do processo de tornar-se mãe aguça os sentidos e sentimentos da mulher, tornando-a suscetível a emoções intensas. Tendo isso em vista, sugere-se futuras pesquisas que busquem avaliar a personalidade da mulher antes e após exercer a maternidade, buscando elucidar as mudanças e sentimentos que permeiam o tornar-se mãe. Sugere-se também que investigar a percepção das mães em relação ao tratamento médico à elas efetuado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, F. A. et al. Significados do cuidado materno em mães de crianças pequenas. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 28-49, dez. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO104-65782010000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-65782010000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

BRAZELTON, T.; CRAMER, B. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIAS, C. N. de F.; LIMA, G. G. de. A relação mãe criança: esboço de um percurso na teoria psicanalítica. **Estilos da Clínica**, Brasil, v. 9, n. 16, p. 12-27, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/45967>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

GIANLUPI, A. G. F. **Tornar-se mãe: a maternidade da gestação ao primeiro ano de vida do bebê**. 294 p. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Porto Alegre, 2003.

GUTIERREZ, Denise Machado Duran; CASTRO, E. H. B. de; PONTES, Karine Diniz da Silva. Vínculos mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise

e da transmissão psíquica entre gerações. **Revista do NUFEN**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 3-24, dez. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

KRYNSKI, S. **Novos rumos da deficiência mental**. São Paulo: Sarvier, 1983.

LANGER, M. **Maternidade e sexo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LOPES, R. de C. S.; PROCHNOW, L. P.; PICCININI, C. A. A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 295-304, Jun. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722010000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

MALDONADO, M. T. Psicossomática e obstetrícia. In: MELLO FILHO, J. (Orgs.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p. 208-214.

\_\_\_\_\_. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Maternidade e paternidade**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MONTEIRO, C. M. V. R.; MEDEIROS, M. P. O desejo de ter filhos na mulher contemporânea. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 14, m. 1, p. 65-69, Jan. 2013. Disponível em <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/ensino/article/view/670>>. Acesso em 11 Jan. 2018.

MOURA, D. F. G. Maternidade e poder. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 13, n. 1-2, p. 387-404, jun. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482013000100015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000100015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PICCININI, C. A; et al. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, Mar. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. da. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. **Estudos de Psicologia** (PUCCAMP. Impresso), v. 31, p. 517-525, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v31n4/a06v31n4.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SCAVONE, L. Maternidade: Transforma es na família e nas rela es de gênero. **Interface - Comunica o, Saúde, Educa o**, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/o4.pdf>>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

SERON, C.; MILANI, R. G. A constru o da identidade feminina na adolescência:

um enfoque na relação mãe e filha. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 154-164, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872011000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SIMAS, F. B.; SOUZA, L. V.; SCORSOLINI-COMIN, F. Significados da gravidez e da maternidade: discursos de primíparas e múltiparas. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 19-34, abr. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jan. 2018.

STELLIN, R. M. R.; et al. Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos clínicos**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 170-185, jun. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282011000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282011000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SZEJER, M.; STEWART, R. **Nove meses na vida da mulher**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

\_\_\_\_\_. A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

\_\_\_\_\_. A mãe dedicada comum. In: WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZANATTA, E.; PEREIRA, C. R. R. Ela enxerga em ti o mundo: a experiência da maternidade pela primeira vez. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 959-972, dez. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000400013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jan. 2018.



# A IMPORTÂNCIA DOS 4 P's DO MIX DE MARKETING NA CONTABILIDADE

Felipe Carlos Vargas  
Rodrigo Fernando Belli

REVISTA CIENTÍFICA  

---

SOPHIA

# A IMPORTÂNCIA DOS 4 P's DO MIX DE MARKETING NA CONTABILIDADE

Felipe Carlos Vargas<sup>1</sup>

Rodrigo Fernando Belli<sup>2</sup>

1 Graduando  
em Ciências  
Contábeis  
do Centro  
Universitário  
Avantis –  
UNIAVAN.  
E-mail:  
feliperecariate@  
gmail.com.

2 Especialista  
em vendas e  
Docência e  
Tutoria EaD.  
E-mail: rodrigo.  
belli@uniavan.  
edu.br.

## RESUMO

O presente artigo aborda a utilização e aplicação do mix de marketing, 4 P's (Produto, Preço, Praça e Promoção) na contabilidade. O objetivo do trabalho é reconhecer a importância do composto de marketing no âmbito da ciência contábil, tema de fundamental importância para os profissionais que fazem uso do composto como tática na estratégia do marketing. A pesquisa foi feita por meio de uma abordagem qualitativa, com objetivo descritivo, de procedimento técnico bibliográfico. Desta forma, a pesquisa foi realizada a partir da análise de artigos e livros que já publicaram o referido tema. O resultado da pesquisa evidenciou que o estudo apresentado sobre mix de marketing pode ser aplicado no contexto contábil. Além da evidência, o mix de marketing oportuniza a empresa organizar suas funções, planejar oportunamente as estratégias de produto, preço, praça e promoção, avaliar e reavaliar as ações em relação ao objetivo proposto pelas organizações, facilitando a compreensão que cada área do conhecimento pode ser ampliada com a complementaridade de novas informações e conhecimento como é o caso da ciência contábil.

**Palavras-chave:** Composto de Marketing. Contabilidade. Estratégia. Marketing.

## APPLICATION OF THE 4 P'S OF MARKETING MIX IN ACCOUNTING

### ABSTRACT

*This article discusses the use and application of the marketing mix, 4 P's (Product, Price, Place and Promotion) in accounting. The objective of the work is to recognize the importance of the marketing mix in the scope of accounting science, a topic of fundamental importance for professionals who use the mix as a tactic in marketing strategy. The research was done through a qualitative approach, with descriptive objective of technical bibliographical procedure. In this way, the research was carried out from the analysis of articles and books that have already published the said topic. The result of the research evidenced that the study presented on marketing mix can be applied in the accounting context. In addition to the evidence, the marketing mix allows the company to organize its functions, to timely plan the product, price, square and promotion strategies, to evaluate and re-evaluate the actions in relation to the goal proposed by the organizations, facilitating the understanding that each area of knowledge can be expanded with the complementarity of new information and knowledge as is the case of accounting science.*

**Keywords:** *Marketing Composite. Accounting. Strategy. Marketing. Marketplace.*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como função reconhecer a importância do composto de marketing no âmbito contábil, cujos fatores são táticas do marketing. De acordo com Cobra (2010), o marketing é o conjunto de estratégias e ações que gera a adaptação dos produtos em relação às deficiências do mercado. Marketing, também conhecido como estratégia de mercado, adentra todas as táticas dentro do processo mercadológico.

Define-se marketing como a “[...] arte e a ciência de escolher os mercados-alvo e de conquistar, reter e cultivar clientes, por meio da criação,

comunicação e fornecimento de valor superior para os clientes” (KOTLER; KOTLER, 2015, p. 11).

Entre os inúmeros conceitos de compostos de marketing, considera-se o de maior relevância o de McCarthy (1960), que aborda quatro fatores (Produto, Preço, Promoção e Praça), e esta definição é de grande relevância para esta pesquisa.

O objetivo do trabalho é contrastar a importância da aplicação do composto de marketing no âmbito da ciência contábil, tema de fundamental relevância para os profissionais que fazem uso do composto na estratégia do marketing.

A pesquisa foi feita por meio de uma abordagem qualitativa, com objetivo descritivo, de procedimento técnico bibliográfico. Ou seja, a partir da análise de artigos e livros que já publicaram sobre o referido tema.

Na visão Kotler e Armstrong (2007) e Kotler (1976) cada ‘P’ é uma coleção de ferramentas onde resume-se de forma sucinta as principais maneiras pelas quais as empresas podem influir sobre as vendas, ou seja, são ferramentas estratégias controláveis de ação designadas pelas empresas, visando atingir seu público-alvo, por isso, um programa de marketing eficaz combina os elementos do composto em um programa integrado desenvolvido para conseguir alcançar os objetivos das empresas.

Diante o exposto, o presente artigo busca responder a seguinte pergunta problema: o composto de marketing (Produto, Preço, Praça e Promoção) pode ser estudado e aplicado no âmbito da ciência contábil?

Parte-se do pressuposto que as organizações de serviços, como os escritórios de contabilidade, podem utilizar a ferramenta para melhorar suas estratégias e ações de marketing assim como as empresas comerciais e industriais na melhora da satisfação de seus clientes.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo, segundo sua abordagem, foi uma pesquisa básica de caráter qualitativo. Segundo Richardson (2011), o qualitativo é diferente do quantitativo, pois enquanto no quantitativo aplicam-se dados estatísticos e seus resultados serão em números, no método qualitativo os resultados se-

rão teóricos. Na visão de Gil (1999), a pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático buscando o desenvolvimento do método científico. Esse tipo de pesquisa não emprega instrumentos estatísticos no processo de análise do problema. Não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, o artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva na percepção de Cruz (2009) tem como objetivo essencial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, até mesmo o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo definidas particularidades de determinado grupo.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, pois ela busca informações em livros, artigos atuais, leis, internet entre outras informações escritas, com intuito de entender e aplicar os procedimentos estudados para melhor interpretação das mudanças e alterações nas formas do trabalho.

Complementa Gil (1999) que a pesquisa bibliográfica representa um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. Nesse tipo de pesquisa busca-se ler, resumir, referenciar com a finalidade de entender as diferentes contribuições científicas sobre determinado tema para determinar o que mais se assemelha aos problemas do pesquisador.

Em relação à técnica de coleta de dados utilizou-se o procedimento documental por meio de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (1999) se utiliza, fundamentalmente, de contribuições já publicadas sobre o tema estudado. Consideram-se documentos de fontes secundárias as teses, dissertações, monografias, artigos de anais e eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas e os boletins de jornais.

Quanto à análise e interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que na visão de Bardin (1979) citado por Richardson (1999) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição do conteúdo das men-

sagens, indicadores podendo esses serem quantitativos ou qualitativos, que permitam inferir conhecimento relativos às condições e variáveis avaliadas dessas mensagens.

Richardson (1999) complementa que essa técnica se baseia unicamente em juízos de um analista ou grupo de analistas referentes à classificação de símbolos em diversas categorias.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas seções a seguir apresentar-se-á o embasamento teórico necessário para compreensão do composto do marketing bem como se a ferramenta pode ser aplicada no contexto contábil.

#### 3.1 COMPOSTOS DE MARKETING

Segundo McCarthy (1960), o Composto de Marketing, também conhecido como Mix de Marketing, é a junção de quatro fatores básicos para todas as estratégias de mercado, fatores chamados de os 4 P's: Produto, Preço, Promoção e Praça. A seguir, serão destacados de forma mais aprofundada os P's que são considerados os pilares de qualquer estratégia de marketing.

##### 3.1.1 PRODUTO

O fator Produto é o instrumento que atende às necessidades dos consumidores em relação a produtos ou serviços abrangendo dentre outras características: as qualidades, as formas, o tamanho e as opções. Teoricamente possui valor de troca para a obtenção (MCCARTHY, 1960). Conforme explicam Hara; Horita e Escanhuela (2003, p. 16):

Antes de se colocar um produto (novo ou reestruturado) no mercado, o estudo de sua necessidade por parte do mercado consumidor é de pri-

mordial necessidade. A falta deste conhecimento pode trazer prejuízos irremediáveis para a organização.

Conforme Andrade (2010), o produto constitui os processos de definição dos produtos e/ou serviços a serem oferecidos ao mercado. Ou seja, trata-se daquilo que a empresa irá vender/oferecer ao consumidor.

De acordo com Cobra (2010), para satisfazer as necessidades dos consumidores é preciso que os produtos ou serviços a serem ofertados tenham boa qualidade, que as características atendam aos gostos dos consumidores, com boas opções de modelos e estilos, com nome atraente de marca, acondicionados em embalagens sedutoras, em variados tamanhos de produtos, com serviços e quantias ao usuário que proporcionem adequados retornos financeiros à organização.

### 3.1.2 PREÇO

O fator Preço representa o valor do produto divulgado aos consumidores, que esteja propício ao valor do mercado e que os clientes estão dispostos a pagar.

Conforme Honorato (2004) Preço é a quantificação de um processo de troca entre empresa e consumidor, ou seja, é a quantidade de dinheiro, bens e serviços que o consumidor desembolsa para adquirir um produto ou usar um serviço e que a empresa recebe em troca de cessão desse produto ou serviço.

É também considerada uma condição de maior importância para a aquisição de um produto ou serviço (MCCARTHY, 1960). Andrade (2010, p. 76, grifo do autor) complementa que:

O **preço** é um processo meticuloso de cálculos, o qual envolve aspectos ligados às **finanças** ou aos valores monetários despendidos e almejados como retorno pelas organizações. Ou seja, é o cálculo de custos versus lucros e a **filosofia de mercado** da empresa (seu posicionamento).

Segundo Zenone (2013), a definição de preço de um produto ou serviço, ou política de preço, será determinada pelo posicionamento da empresa

frente à concorrência e perante o consumidor. Neste sentido, é componente fundamental na avaliação de custo envolvido na troca pelo comprador alvo; ao mesmo tempo, a variável que determina o resultado para a organização (GIOIA, 2006).

### 3.1.3 PRAÇA

O fator Praça ou Distribuição representa o local de comercialização dos produtos ou serviços (MCCARTHY, 1960). Conforme Cobra (2010, p. 44) evidencia:

A distribuição precisa levar o produto certo ao lugar certo através dos canais de distribuição adequados, com uma cobertura que não deixe faltar produto em nenhum mercado importante, localizando para isso fábricas, depósitos, distribuidores e dispondo ainda de um inventário de estoques para suprir as necessidades de consumo através de recursos de transportes convenientes.

Segundo Hara, Horita e Escanhuela (2003), a Praça diz respeito a tornar o produto acessível e disponível aos consumidores, tendo sido utilizados todos os esforços de marketing para o ajuste do produto aos seus desejos e necessidades e para a promoção direcionada de forma eficiente e com preço competitivo. Andrade (2010, p. 76, grifo do autor), complementa que:

A **praça** representa a logística da distribuição do produto e/ou serviço – é o processo de definir e organizar os tipos de canais e o encadeamento de intermediários (por exemplo, para colocar o produto à disposição do consumidor).

### 3.1.4 PROMOÇÃO

O fator Promoção refere-se à mudança que a comunicação sofre constantemente para atender às necessidades do mercado; engloba a propaganda, a promoção de venda, o merchandising, entre outros, nos quais formam o chamado composto promocional (MCCARTHY, 1960). Segundo Andrade (2010), a promoção corresponde às atividades de comunicação, de divulga-

ção do produto e/ou serviço, geralmente para alavancar as vendas.

Não basta uma empresa desenvolver um bom produto ou serviço, determinar seu preço e torná-lo acessível aos clientes. É preciso desenvolver um efetivo programa de comunicação (ZENONE, 2013).

De acordo Gioia (2006), promoção é o esforço de comunicação para o reconhecimento e a criação de consciência de um produto por parte dos compradores-alvo, envolvendo a informação sobre sua configuração, as necessidades que ele potencialmente satisfaz e de que modo ele atende a essas necessidades.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

### 4.1 A INFLUÊNCIA NA ESTRATÉGIA DO COMPOSTO

Conforme Cobra (2010), existem variáveis no ambiente que não podem ser controladas pelas empresas, mas influenciam as decisões. As organizações planejam de forma estratégica para que o Composto de Marketing possa influenciar indiretamente nas variáveis.

As variáveis são de ramos diferentes, podendo ser naturais, demográficas, econômicas, tecnológicas, socioculturais e políticos-legais. As variáveis de origem no ambiente fazem parte da área de estudo chamada de macroambiente.

As empresas, para conseguir elaborar a estratégia de mercado, têm que ter conhecimento de todas as variáveis de ambiente que a influenciam. Após o entendimento é possível elaborar a campanha de marketing que resultará na maior eficiência.

### 4.2 MIX DE MARKETING APLICADO NA CONTABILIDADE

O Composto de Marketing pode ser aplicado em todos os tipos de segmentos como também pode ser inserido no setor contábil. Dedonatto et al. (2004, p. 69) explicam sobre isso:

Na área da Contabilidade, atualmente, existe uma grande massificação de profissionais, tornando o mercado altamente competitivo. Para

manter-se neste mercado é preciso estar preparado, devendo o profissional, além de apresentar demonstrativos financeiros e informações aos gestores, criar um relacionamento com seu cliente utilizando-se de técnicas diferenciadas, buscando a fidelidade da carteira de clientes, por meio de seus serviços.

Nos escritórios contábeis a aplicação do Mix de Marketing tem que ser feita de modo adequado e planejado para melhorar o seu funcionamento, já que tem como função a apuração de contribuições e impostos, abertura e fechamento de empresas, entre outras funções contábeis.

Contadores que inserem o composto como forma de estratégia de mercado acabam se diferenciando entre os concorrentes. Conforme mostra a Figura 1.

Figura 1: Comparação da Aplicação do Mix de Marketing



Fonte: Elaboração própria, 2018.

#### 4.2.1 PREÇO INSERIDO NA CONTABILIDADE

O Preço é o elemento que se refere ao preço que o profissional contábil cobra pelos serviços, também conhecidos como honorários contábeis, que são variáveis conforme a demanda.

#### 4.2.2 PRODUTO INSERIDO NA CONTABILIDADE

Na contabilidade, o elemento Produto refere-se aos serviços contábeis,

como a escrituração dos livros e o desenvolvimento do balanço e as demais demonstrações.

#### 4.2.3 PRAÇA INSERIDA NA CONTABILIDADE

No âmbito contábil, o elemento Praça representa o local de atuação do profissional ou do escritório de contabilidade.

#### 4.2.4 PROMOÇÃO INSERIDA NA CONTABILIDADE

O fator Promoção representa a comunicação, a divulgação dos serviços do profissional contábil em sites, folders, banners, ou em qualquer outro meio de propaganda.

### 4.3 MARKETING CONTÁBIL

Diante o exposto, Dedonato et al. (2004) afirmam que o composto de marketing pode ser identificado nos serviços ofertados pela contabilidade, sendo identificados os possíveis benefícios competitivos do profissional que implemente táticas de mercado com adoção das técnicas de marketing.

Conforme Dedonato et al. (2004), o marketing contábil tem como função tornar a empresa mais competitiva, sem alterar a ética da profissão. Ainda existem contabilistas que são contra comunicação onde entendem como um artifício antiético, mesmo assim aplicam diariamente conceitos e técnicas de marketing sem notar.

O objetivo é mostrar que a intenção do profissional que se volta para o marketing contábil deve ser o de buscar ajuda no enfrentamento de mudanças ambientais rápidas, ampliar o relacionamento com os clientes atuais, atrair novos clientes. Melhorar a eficiência dos esforços para o desenvolvimento de seus negócios (prestação dos seus serviços) e satisfazer as necessidades do usuário (DEDONATTO et al., 2004, p. 70).

Como todo profissional autônomo, os conselhos regionais inibem qualquer prática de marketing a fim de se autopromover, por isso é bastante preciso e oportuno prestar atenção em algumas restrições presentes no Código de Ética Profissional do Contador.

Inclusive no Art. 3º, capítulo I, sobre o desempenho das funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade: (Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010):

Anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição das estratégias dos 4P's é de extrema importância para o campo de estudo mercadológico, mais conhecido como o marketing, no qual a cada dia vem ocupando mais espaço nas organizações.

O composto de marketing possibilita a empresa organizar as funções adequadamente, planejar oportunamente as estratégias de produto, preço, praça e promoção, avaliar e reavaliar as ações do composto de marketing em relação ao objetivo e metas propostas pela empresa, além de facilitar a compreensão que cada área do conhecimento pode ser ampliada com a complementaridade de novas informações e conhecimento como é o caso do segmento contábil.

Além de reconhecer a importância da ferramenta do composto de marketing, considerar cada variável e diferenciar seu segmento de ação de um produto, preço, praça ou promoção, possibilita a compreensão detalhada da estratégia, bem como reconhecer melhor as características, necessidades e desejos de cada cliente, seja ele pessoa jurídica ou física.

Marketing é estrategicamente posicionado para que as tomadas de decisões das organizações sejam feitas de forma a não perder oportunidades e minimizar os riscos das ameaças ambientais. Pode-se utilizar o composto de marketing na ciência contábil para posicionar de forma coerente e decidir o

plano de ação baseado nas estratégias avaliadas no mercado e aplicadas ao público-alvo. Porém, não menos importante, faz-se necessário interpretar a dimensão das variáveis ambientais e adequar-se ou adaptar-se em vista as mudanças constantes do ambiente.

O objetivo do trabalho foi reconhecer a importância do composto de marketing no âmbito da ciência contábil, e percebeu-se que a base bibliográfica complementa e oferece suporte necessário para a adequação da ferramenta aplicada entre a contabilidade e o marketing. Além disso, é possível correlacionar as ações do composto de marketing com as práticas contábeis, por meio de estratégias e ações para o uso da ferramenta proporcionando maior clareza e nitidez aplicada a área contábil.

Quanto a hipótese a mesma se confirmou, ou seja, as organizações de serviços, como os escritórios de contabilidade, podem utilizar a ferramenta para melhorar suas estratégias e ações de marketing assim como as empresas comerciais e industriais que já o fazem. Porém uma ressalva se faz necessária diante da questão da propaganda, pois os conselhos regionais inibem qualquer prática de marketing a fim de se autopromover. Entretanto, o composto de marketing denominado Promoção não está relacionado somente à propaganda, mas a vendas pessoais, eventos e experiências, marketing direto, promoção de vendas e relações públicas, cuja ciência contábil pode operacionalizar sem ferir o Código de Ética Profissional.

Há uma grande demanda por profissionais da área contábil que possuam um diferencial competitivo, e a aplicação do composto de marketing como fator de promoção das ações e estratégias por meio da compreensão da legislação contábil, permite destacar e criar esse diferencial, aperfeiçoando ainda mais a simbiose entre conhecimento e estratégia.

Entende-se que a visão da aplicação das estratégias de marketing devem ser avaliadas, alinhadas e aplicadas em consenso com as boas práticas da comunicação e o Código de Ética, podendo convidar os clientes a conhecer as funções, serviços e operações do escritório (Produto); informar quantos anos de experiência a organização contábil possui, seus custos relacionados e condições de parceria (Preço); além de relacionar os serviços que efetua, apresentando informações sobre os processos e transparência, a conveniência dos sistemas e entrega de documentos (Praça) que uma empresa séria e de

credibilidade devem ter; e ainda, possibilitar uma comunicação mais efetiva e que contemple os aspectos profissionais e simbólicos que uma organização contábil precisa apresentar (Promoção).

No composto de marketing, a publicidade, a promoção do serviço ou o preço mais baixo, não devem ser os principais fatores a serem considerados, mas, tornar-se importante nos objetivos da organização, criar expectativas a fim de suplantar e fortalecer interesses de parcerias e reconhecer pela percepção do cliente, o fator *sine qua non* que a ciência contábil e o marketing podem caminhar juntos, principalmente em tempos de utilização contínua da tecnologia, visando estreitar o relacionamento para entregar uma prestação de serviços excelente por uma organização contábil, alinhada com estratégias de marketing engajadoras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. F. de. **Marketing: O que é? Quem faz? Quais as tendências?** 2. ed. Curitiba: Editora Ibpe, 2010.
- COBRA, M. H. N. **Administração de marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.307**, de 09 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Resolução CFC n.º 803/96, que aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista.
- CRUZ, V. A. G. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- DEDONATTO, O. et al. Marketing contábil: Um instrumento de comunicação na estratégia competitiva profissional. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 3, n. 9, p.67-83, ago/Nov. 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIOIA, R. M. (Org.). **Fundamentos de marketing: Conceitos Básicos.** São Paulo: Editora Saraiva. 2006.
- GODOY, C. K., M.R.B. de; SILVA, A. B. da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais, paradigmas, estratégias e métodos.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- HARA, C. M.; HORITA, A. C.; ESCANHUELA, M. F. **A influência do marketing no consumo.** Campinas: Editora Alínea, 2003.
- HONORATO, G. **Conhecendo o Marketing.** Barueri: Manole, 2004.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento e controle.** São Paulo: Atlas, 1976.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- KOTLER, P.; KOTLER, M. **Marketing de A a Z e marketing de crescimento.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- MCCARTHY, J. **Basic marketing: a managerial approach.** Homewood: Richard D. Irwin, Inc., 1960. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b3157586;view=1up;seq=1;size=75>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZENONE, L. C. **Marketing**: conceito, ideias e tendências. São Paulo: Atlas S.A., 2013.



AS DINÂMICAS  
E ESTRATÉGIAS  
DOS ATORES  
ENVOLVIDOS NO  
MONITORAMENTO  
E AVALIAÇÃO  
DAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS

Márcia Cecília Vassoler

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

# AS DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Márcia Cecília Vassoler<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Educação,  
Mestre em Gestão de  
Políticas Públicas,  
Pós-graduada em  
Ensino à Distância,  
Pós-graduada em  
Docência no Ensino  
Superior, Pós-graduada  
em Gestão, Orientação  
e Supervisão Escolar e  
Ciência Política. E-mail:  
marcia.vassoler@  
uniavan.edu.br.

## RESUMO

Este estudo analisa a dinâmica, os discursos e as estratégias dos atores atuantes no monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Defende-se a ideia de que as dinâmicas, os discursos e as estratégias de monitoramento e avaliação estão associados a uma lógica de governança e aos princípios da Nova Gestão Pública. O estudo sustenta-se na compreensão de que as políticas são interpretadas e traduzidas em diferentes configurações, por diferentes atores, mediante compromissos existentes, valores, experiências, ceticismo e críticas.

**Palavras-chave:** Avaliação. Monitoramento. Nova gestão pública. Políticas educacionais.

## ***THE DYNAMICS AND STRATEGIES OF ACTORS INVOLVED IN THE MONITORING AND EVALUATION OF EDUCATIONAL POLICIES***

### ***ABSTRACT***

*This study analyzes the dynamics, discourses and strategies of the actors involved in the monitoring and evaluation of the National Education Plan 2014-2024. The idea is defended that the dynamics, discourses and strategies of monitoring and evaluation are associated*

*with a logic of governance and the principles of New Public Management. The study is based on the understanding that policies are interpreted and translated in different configurations, by different actors, through existing commitments, values, experiences, skepticism and criticism.*

**Keywords:** *Educational policies. Evaluation. Monitoring. New public management.*

## 1 INTRODUÇÃO

O direito à educação para todos tem sido um dos principais temas de discussão nas últimas décadas. Discussões sobre essa temática no Brasil emergiram após a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, que foi promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujos princípios se pautavam na igualdade, liberdade e fraternidade. O Brasil, pautado nos princípios de igualdade anunciados na Declaração dos Direitos Humanos (1948), promulgou em 1988 a Constituição Federal, que passou a assegurar direitos e garantias. Os direitos e garantias contidos na referida Constituição são decorrentes de ampla discussão nacional e da influência de inúmeros movimentos internacionais (BRASIL, 2010).

Sob a influência desses movimentos, o Brasil instituiu uma ampla reforma na Educação. Na reforma educacional, a nova LDBEN (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 87, determinou que a União encaminhasse “ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes” (BRASIL, 1996).

Após quatro anos de LDBEN (Lei nº 9.394/96), foi implementado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, o qual apresentou como objetivo principal a eliminação das desigualdades sociais, aumentando a oportunidade de acesso e permanência na escola, bem como a valorização da diversidade e da inclusão.

Em continuidade aos apontamentos apresentados no PNE (2001-2011), em 2009 foram realizadas conferências regionais preparatórias para a CO-NAE/2010, das quais resultou o novo Plano Nacional de Educação, Lei Nº

13.005/2014 (BRASIL, 2014). Ao se fazer uma análise preliminar sobre o PNE (2014-2024), vale destacar que este é composto por diretrizes, metas e estratégias que abrangem todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional. São vinte metas que podem ser agrupadas da seguinte forma: a) acesso e universalização da Educação Básica com qualidade, incluindo a alfabetização e a ampliação da escolaridade; b) redução das desigualdades e valorização da diversidade; c) valorização dos profissionais da educação; d) avaliação e seus sistemas; e) Educação Superior; e) regulamentação da gestão democrática e f) financiamento (BRASIL, 2014).

Dentre outros dispositivos, o PNE determina uma série de encaminhamentos que reorganizarão a educação nacional para uma década como, por exemplo, a agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação (SNE), o currículo para a Educação Básica; a política nacional de formação dos profissionais da educação; a valorização desses profissionais; a regulamentação da gestão democrática; a qualidade e o financiamento. Estas são diretrizes, metas e estratégias de amplo alcance, as quais requerem ações articuladas entre os Estados-membros.

No Plano atual, ou seja, PNE (2014-2024), os legisladores conjuntamente com os Estados-membros se comprometeram em implementar planos estaduais e municipais acompanhando o cumprimento das metas e fomentando fóruns para que estas se tornassem realidade, no que tange à qualidade da educação brasileira.

Com base nas discussões sobre o PNE (2014-2024), compreende-se que este, assim como o PNE (2001-2011), evidencia-se como um instrumento de planejamento do Estado, o qual orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas educacionais. No entanto, o mesmo, seguindo as disposições constitucionais, estabelece diretrizes, metas e estratégias com formato diferenciado do PNE (2001-2011).

Nesse contexto de elaboração dos planos estaduais e municipais e do cumprimento das metas, uma das principais estratégias adotadas pelo governo foi o monitoramento e avaliação do plano em seu processo de tradução no âmbito local. Estratégia essa prevista no Art. 5º da Lei nº 13.005/2014, a qual estabelece que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas (OLIVEIRA, 2008).

O monitoramento e avaliação, segundo Januzzi (2005) objetivam promover ao gestor público informações sobre a forma pela qual a política está sendo implementada (monitoramento), juntamente com os resultados (avaliação).

Ainda sobre monitoramento e avaliação, Dourado (2016), destaca que monitorar e avaliar são etapas distintas que fazem parte de um único processo. Sob esta ótica, apreende-se que a avaliação e o monitoramento se complementam como parte constitutiva e constituinte. Nessa conjuntura, o autor ainda destaca que o monitoramento e avaliação de Plano de Educação deve ser compreendido como processo único em que não é possível o monitoramento sem que, periodicamente, ocorram avaliações.

Diante do anunciado pelos autores, compreende-se que cabe aos órgãos responsáveis monitorar e avaliar o processo que abarca as políticas educacionais, tornando-se um desafio articular dados e informações para promoções de debates sobre o cumprimento (ou não) do que foi previsto, pressupondo intensa articulação e mobilização social (DOURADO, 2016). Mobilização a qual envolve diferentes atores da sociedade civil e política. Mediante esses diferentes atores, vale destacar que a materialização dos planos não se efetiva de maneira simples, pois essa se compõe por momentos planejados, os quais cuja convergência demandará ações efetivas em direção ao cumprimento das metas e estratégias e a garantia do plano articulado às políticas no âmbito nacional.

Este estudo se fundamenta na análise das políticas, notadamente, como estas se materializam no contexto da prática. A importância ao contexto da prática é dada, devido à compreensão de que os processos de interação das políticas geram efeitos que não foram considerados no momento da formulação (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2019). Em vista disso, buscou-se no conceito de tradução, como também no conceito de interpretação, o entendimento dos movimentos que abarcam as políticas educacionais (BALL et al., 2019).

## 2 METODOLOGIA

Para a consecução do objetivo delineado trabalhei com a pesquisa qualitativa, de natureza documental. A pesquisa documental, segundo Ferreira (2004) permite a investigação de determinada problemática não em sua inte-

ração imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. O autor ainda destaca que:

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FERREIRA, 2004, p. 3).

Assim, compreende-se a pesquisa documental não como um procedimento de coleta de dados, mas sim como método de pesquisa. No entender de Gomes (2007), o método está para além da técnica, pois considera quatro dimensões que demarcam esta diferenciação, quais sejam: a epistemológica, pois a partir de um modelo de ciência se avalia se uma pesquisa é ou não científica; a teórica, que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo; a morfológica, uma vez que se estrutura sistematicamente o objeto de investigação e, por último, a técnica, que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou. Outro fator importante a ser mencionado trata de o documento ser a única fonte de estudo, de interpretação e, portanto, da produção do conhecimento no método da pesquisa documental.

No momento de recolha dos documentos, localizei, em primeiro lugar o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Após a leitura do documento, minha preocupação residiu em compreender quem são os atores que fazem parte deste processo e qual é a metodologia adotada para o Monitoramento e a Avaliação do referido Plano. Para tanto, analisei Relatórios de Monitoramento e Avaliação, os quais possibilitaram compreender como estava transcorrendo este processo. Após definida a metodologia e encontrados os documentos a serem analisados, me direcionei em busca de repostas, as quais serão apresentadas nas seções seguintes.

### 3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ESTADO NEOLIBERAL

Para iniciar a seção sugere-se a seguinte questão: o que são políticas

educacionais? Saliento a importância da resposta, pois esta reflete “[...] a maneira como o pesquisador encara a política educacional e influencia o tipo de investigação que se propõe a realizar” (MAINARDES, 2006, p. 5). Segundo Secchi (2013), a política educacional é uma área da política pública, assim como é a saúde, a habitação, a social, a ambiental e a econômica. Assim, compreendo que é nesse contexto de busca por respostas aos problemas que as políticas educacionais são elaboradas. Apreendo que após desenhadas e formuladas em formas de leis, elas se desdobram, muitas vezes, por meio de programas, de planos, de projetos, de materiais de orientação e de apoio, como cartilhas, manuais e cadernos. No entanto, não se deve esquecer que o processo de formulação das leis e seus documentos é um processo que envolve relações complexas entre atores, interesses, identidades, disputas, coalizões e jogos de forças. As relações que se estabelecem entre população, movimentos da sociedade civil e Estado são relações de poder e isso envolve embates e disputas.

Assim, pautada nos estudos de Stephen Ball (2014; 2019), entende-se que as políticas, abarcam um constante movimento, em que se altera a forma e as funções internas do Estado vinculadas ao contexto externo. Esses movimentos consolidaram e consolidam os princípios do neoliberalismo por meio de “[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas” (CHESNAIS, 1998, p. 196).

Por intermédio da globalização neoliberal, notadamente a partir das décadas de 1980 e 1990, ocorreram mudanças nas relações entre Estado e sociedade, bem como a valorização de prerrogativas de mercado assumidas pela administração pública. Nesse cenário abriram-se portas para a entrada de diferentes grupos de interesse na definição das políticas públicas nacionais, em especial das políticas educacionais, as quais são pensadas em diferentes escalas e por novos atores, os quais compõem redes de relações sociais.

As redes de relações são compostas por grandes organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e o Banco Mundial, os quais, segundo Souza (2007) consolidaram o neoliberalismo atuando como propagadores das recomendações oriundas do Congresso de Washington (1989), orientadas para o estímulo à iniciativa privada, ao fluxo de capital aberto, a libera-

lização econômica e a atenuação da estrutura do Estado, tenho o mercado como modelo de eficiência.

Assim compreende-se que as recomendações fomentadas por essas redes vêm promovendo nos Estados reformas estruturais, as quais tem alterado de forma significativa as concepções e os objetivos que orientam as formas de gestão. Essas reformas consolidaram novos discursos e novas práticas, as quais são derivadas do setor privado e são utilizadas como referência para organizações públicas em todas as esferas de governo (CÓSSIO, 2018). Nesta perspectiva entende-se que essa rede de relações apresenta o setor privado como referência para o setor público, orientando os Estados para os princípios de uma Nova Gestão Pública (NGP).

Essa nova forma de gerenciar o Estado, passou a ser utilizada como elemento chave para a efetivação dos conceitos neoliberais, os quais fortalecem o mercado e reduzem as ações do Estado, aumentando a eficiência do setor público e reduzindo seu custo (BALL, 2002; 2005). No entanto cabe destacar que os princípios que norteiam a Nova Gestão Pública não têm como base orientações universais, mas, “[...] estratégias dinâmicas e inconclusas que permitem a adaptação à diferentes realidades nacionais e locais” (SCAFF, 2011, p. 9).

Frente a este contexto, Cóssio (2018) anuncia que a Nova Gestão Pública pode ocorrer combinando o gerencialismo, o governo empreendedor<sup>2</sup> e a governança<sup>3</sup>, pois estes buscam, em consonância, tornar a gestão pública eficaz, correspondendo às expectativas do mercado dentro da lógica privada e lucrativa.

No que tange à Nova Gestão Pública (NGP) Dasso Júnior (2015) destaca que na década de 1990, esta apresentou maior ênfase nas transformações de caráter institucional (competitividade, concorrência, avaliação por resultados, meritocracia, planejamento estratégico, eficiência, eficácia), especialmente como enfoque da participação da sociedade civil, celebrando assim parcerias público-privadas enquanto configuração das políticas públicas, en-

---

<sup>2</sup> O Governo Empreendedor (GE) é complementar à perspectiva gerencial, cujas ideias foram utilizadas com maior intensidade nos Estados Unidos, nas eleições presidenciais de 1992 (SECCHI, 2013). O autor destaca as prescrições de Osborne e Gaebler (1992), que sintetizaram em uma lista de 10 mandamentos a receita para transformar uma organização pública burocrática em uma organização pública racional e eficaz. (CÓSSIO, 2018).

<sup>3</sup> Governança pode traduzir-se pelo modo de coordenação dos diferentes tipos de arranjos institucionais presentes num dado sistema social de produção, Mercados, Hierarquias, Estado, Redes, Associações e Comunidades, cujas ordens relacionais, diversas e parciais, configuram uma dada forma institucional dominante ou prevalecente (REIS, 2013, p.106).

tre as quais se inserem as políticas educacionais. Dasso Júnior (2015) e Scaff, Oliveira e Brito (2018) mencionam que os princípios da Nova Gestão Pública (NGP) vêm se consolidando nas reformas educacionais dos mais diversos países do mundo porque existe uma percepção geral de que essa nova gestão poderá resolver os problemas existentes na educação.

Partindo desse entendimento, na educação ocorre o redesenho da gestão pública, com intenso movimento de reformas educacionais em todo o mundo, e com maior força na América Latina, a partir de década de 1990. Assim, atuaram como protagonistas na reconfiguração do Estado brasileiro e principalmente nas reformas educacionais, as agências internacionais, regidas pelas orientações do Consenso de Washington, “[...] desencadearam nesta década uma geração de empréstimos [...]” (SCAFF, 2007, p. 334). Empréstimos os quais, por um lado, exalaram a pressão externa para a implantação das reformas e, por outro, uma opção do governo brasileiro o qual se submeteu às regras do capital internacional para obter desenvolvimento econômico.

No entanto, a consolidação da perspectiva de privatização da educação no Brasil se materializou de forma objetiva em 1995, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), produzido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O referido Plano, “[...] desencadeou um amplo processo de privatização dos serviços públicos, de desindustrialização e de reforma da administração pública [...]” (SCAFF, 2011, p. 12).

Cabe destacar ainda que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), apresentou uma redefinição do papel do Estado brasileiro, em que este “[...] deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12).

Essa Nova Gestão Pública (NGP) implementada no Brasil teve como objetivo principal o estabelecimento de novas formas de relação entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa relação “[...] ampliou as redes cooperativas mediante as parcerias público-privadas e a descentralização e focalização das políticas públicas [...]” (SCAFF, 2011, p. 13). Assim, compreende-se que as estratégias assinaladas pelo plano foram: a privatização, a publicização e terceirização. Estratégias estas as quais objetivaram modernizar a adminis-

tração pública brasileira. No entanto, segundo Peroni (2012) o termo ‘publicização’ consiste na transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos tradicionalmente prestados pelo Estado. Mediante o exposto pela autora, apreende-se que a criação da categoria ‘público não estatal’ contempla grandes setores da iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços públicos, como é o caso da educação. Por meio da reforma sinalizada, entende-se a Nova Gestão Pública (NGP), como um dos “[...] pilares estruturantes da agenda global para a educação [...]” (AFONSO; MENDES, 2018), mesmo que esta venha sendo materializada com especificidades próprias em cada contexto nacional.

### 3.1 A LÓGICA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

A globalização neoliberal<sup>4</sup> promoveu mudanças nas relações entre Estado e sociedade, bem como a valorização de prerrogativas de mercado assumidas pela administração pública. Nesse cenário abriram-se portas para a entrada de diferentes grupos de interesse na definição das políticas públicas nacionais, em especial das políticas educacionais, as quais são pensadas em diferentes escalas e por novos atores, os quais compõem redes de relações sociais.

As redes de relações são compostas por grandes organizações internacionais, as quais consolidaram o neoliberalismo disseminando recomendações voltadas para o incentivo à iniciativa privada, o livre fluxo de capital, a abertura econômica e a redução do tamanho do Estado, tendo o mercado como paradigma de eficiência. Compreende-se que as recomendações fomentadas por essas redes promoveram e vem promovendo aos Estados reformas estruturais, as quais têm alterado de forma significativa as concepções e os objetivos que orientam as formas de gestão.

---

<sup>4</sup> Segundo Ball (2014, p.25) o neoliberalismo é o conjunto complexo, muitas vezes incoerente, instável e até mesmo contraditório de práticas que são organizadas em torno de certa imaginação do “mercado” como base para a “universalização das relações sociais baseadas no mercado, com a correspondente penetração em quase todos os aspectos de nossas vidas, do discurso e/ou da prática de mercantilização, de acumulação de capital e de geração de lucros”. O autor também destaca que o “[...] neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades)”.

Assim, entende-se que as relações sociais e os mecanismos baseados no mercado estruturaram o governo. Exemplo desses mecanismos é o Consenso de Washington, no qual, em novembro de 1989, reuniram-se funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) na capital dos Estados Unidos para realizarem uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina (BATISTA, 1994). O Consenso de Washington, segundo Bresser (1990), definiu a natureza da crise da América Latina e as ações que seriam necessárias para superá-la.

Outro exemplo desse mecanismo é a atuação do Banco Mundial que se tornou um dos maiores atores nos processos do “[...] ajuste estrutural e, pouco depois, de mudanças na organização, nos objetivos e nas funções das instituições de governo e de suas articulações com os mercados nacionais e globais – a chamada reforma do Estado” (VILAS, 2000, p.31). Neste contexto, torna-se importante destacar que o Banco Mundial foi criado em meio a Segunda Guerra Mundial com a intenção de financiar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, hoje, ele ocupa uma posição central no financiamento e na disseminação de políticas transnacionais. Para Pereira (2014, p. 20), o Banco Mundial é um ator político, intelectual e financeiro “[...] devido a sua condição absolutamente singular de prestador, formulador e articulador de políticas, ator da sociedade civil e veiculador de ideias”. Assim, dessa maneira, passa a atuar também na construção de subjetividades na medida que, além de ‘emprestar’ dinheiro aos Estados clientes, ele dissemina ideias, discursos e influencia a conduta da população.

Na área educacional, o Banco Mundial começou a atuar nos anos de 1960 e houve mudanças no seu discurso. Segundo Mello (2014, p. 154), o Banco Mundial vinculou a educação “[...] ora à formação de mão de obra, ao combate à pobreza e ao controle demográfico, ora ao desenvolvimento humano e à sociedade do conhecimento, sem, no entanto, jamais vê-la como um direito”. A autora ainda evidencia que o Banco Mundial sempre teve a crença de que a educação e a economia devem ser conectadas. Assim, compreende-se que os mecanismos de poder internacionais, como o Banco Mundial, retratam seus valores, seus interesses e influenciaram a reforma da administração

pública e o ajuste de políticas sociais (PEREIRA, 2014). A reforma do Estado definiu que uma das ações seria a redução do tamanho do Estado, ou seja, a intervenção mínima do Estado afim de preservar um espaço livre em que os mecanismos de mercado pudessem vigorar. Essa ação também pode ser observada em todas as áreas sociais.

No Brasil, os valores e os interesses do mercado fundamentando a reforma do Estado e da educação ocorreram a partir da LDB 9.394/96, onde observam-se os conceitos de participação, gestão e qualidade sendo referenciados a partir do contexto empresarial. Essas perspectivas de mercantilização e de democratização mantêm-se nas disputas e nos jogos de forças estabelecidos na elaboração das políticas.

Nesse contexto, cabe destacar que a administração pública foi substituída pela Nova Gestão Pública, na qual segundo Alves (2017), predomina os valores da eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos e os conceitos de controle dos resultados e da descentralização. Para aprimorar a discussão traz-se Ball (2013a) que identifica esse movimento de reformulação do Estado e conclui que os serviços anteriormente realizados pelo Estado estão agora sendo feitos por várias outras organizações, como as parcerias público-privadas, o uso de consultores para pesquisa e avaliação das políticas, atividade filantrópica para financiar programas na área educacional, o fornecimento dos serviços por meio do setor voluntário e os empresários sociais trabalhando para tratar de problemas sociais.

Percebe-se, assim, a mudança nos padrões da gestão do Estado e na organização das políticas para a educação. Nesta perspectiva Luz (2011, p. 439) anuncia que “[...] as mudanças nos processos de regulação social têm estabelecido novas formas de participação do Estado e dos setores privados nas políticas educacionais”.

Pode-se constatar que a reforma do Estado na década de 1990, os discursos das políticas neoliberais e, conseqüentemente, a construção das políticas para a educação desse novo Estado são influenciadas e recomendadas pelos organismos internacionais, encarregados da integração econômica mundial, ajuda e cooperação internacional. No entanto, como define Garcia (2010), nem sempre possuem discursos que convergem, mas todos eles garantem a inclusão, o progresso e o desenvolvimento, a riqueza, a democracia,

a igualdade e a qualidade de vida para todos que se inserirem no mercado e na cultura globais. De acordo com Shiroma, Moraes e Garcia (2011) esses órgãos exerceram e exercem importante papel na definição das políticas públicas para a educação no Brasil.

Neste contexto e com o objetivo de honrar o compromisso firmado com as agências internacionais, o Brasil instituiu uma ampla reforma na educação. Na reforma educacional ocorreu o fomento de políticas educacionais. Esse movimento é definido por Ball (2013b) como nova governança e nova política educacional, cujos serviços públicos e suas escalas de operação estão sendo modernizadas. Segundo o autor significa dizer que

Essa definição e realocação têm vários aspectos – alguns mais velhos, alguns novos – tal como a criação de órgãos executivos, o estabelecimento de parcerias público-privada (de muitos tipos diferentes), contratação de serviços estatais para fornecedores privados [...], o uso de *thinktanks* (laboratório de ideias), consultores e empresas especializadas de conhecimento para pesquisa e avaliação de políticas, atividade filantrópica e patrocínio para financiar programas e inovações na área da educação, o envolvimento do setor voluntário (instituições de caridade, ONGs, fundações sem fins lucrativos, etc.), no fornecimento de serviços e o uso de empresários sociais para tratar problemas sociais persistentes – às vezes em combinações complexas. (BALL, 2013a, p. 177).

Neste cenário, entende-se que outros setores e instituições passaram a realizar os serviços e tarefas que antes eram executados somente pelo Estado. Sob esta perspectiva, Ball (2014, p. 34) enfatiza que “[...] as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas” e, dessa forma, novos interesses, poderes e influências estão representados no processo político.

O processo que abarca a política educacional é complexo e não envolve apenas a elaboração de um documento pelo Estado e a aplicação dele pela sociedade. Reconhece-se assim, a existência dos contextos de um ciclo de políticas, sendo eles: contexto de influência, contexto da produção de texto e contexto da prática (BALL; BOWE, 1992).

Assim, compreende-se que, o contexto de aprovação, implementação, monitoramento e avaliação do PNE 2014-2024 é marcado por processos tensos e intensos, o qual envolveu disputas que giram em torno dos interesses

públicos e privados, bem como da desresponsabilização do Estado com a educação. Entende-se que esse processo de recusa objetivou “[...] transferir a responsabilidade pela execução e pelo financiamento das políticas diretamente para o mercado” (PERONI, 2012, p. 22). Emergindo “[...] de um lado a perspectiva emancipatória e de formação humana integral; de outro a visão de uma educação que serve aos interesses do mercado” (MACHADO; ALAVARSE, 2014, p. 2-3).

Por meio das ações apresentadas, visualizam-se os desafios postos ao PNE, pois após a aprovação emergiram necessidades para sua materialização, as quais vinculam-se à compreensão do texto dentro dos limites da ação, nos quais ocorre um processo de representação, reordenação, que se processa por meio de várias práticas materiais e discursivas. Nesse processo, são produzidos discursos e ações, como novas relações, novos procedimentos e novas identidades que, por sua vez, materializam novas formas de organização das políticas.

Na materialização de novas formas de organização da política, Ball et al. (2019) destacam os atores políticos, os quais realizaram releituras dos textos políticos. Segundo os autores, é nas releituras que ocorre a interação e a inter-relação entre diversos atores, textos, conversas, tecnologias e objetos (artefatos), e é onde a política é interpretada, traduzida, reconstruída e refeita. Isso permite entender que as políticas são colocadas em ação pelos atores mediante compromissos existentes, valores, experiências, ceticismo e críticas.

É por meio da compreensão de que as políticas educacionais são construídas e reelaboradas em vários contextos, entre os quais, na prática, que torna-se necessário considerar primeiramente que “[...] a educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social” (BALL, 2014, p. 43). Ou seja, a política educacional “[...] não é resultado da expressão da vontade dos cidadãos ou do Ministro da Educação, mas sim de uma política educacional nacional que se baseia em políticas globais mais amplas” (JORGENSEN; SHULTZ, 2012, p. 20), influenciadas por organizações internacionais que vem “[...] colocando em questão o papel dos atores históricos

em Educação: o Estado e a sociedade civil” (AKKARI, 2011, p. 27).

Neste cenário, o Estado assume um novo papel, menos autônomo, mas “[...] continua sendo o coordenador em último recurso, e o lugar para onde se dirigir quando os outros agentes de governança falham [...]” (DALE, 2010, p. 1106). Assim, compreende-se que a expressiva mudança no papel do Estado, decorrente de constantes exigências para inserção das perspectivas internacionais, ocasiona a mudança de governo para governança, a qual exige uma nova capacidade de governar e aumenta a legitimidade de algumas vozes, com certos interesses, no processo que envolve as políticas educacionais (BALL, 2013b).

Assim, neste contexto que abarca essas relações entre redes de atores locais e internacionais, as quais envolvem parcerias entre diversos atores, o setor público ou os órgãos públicos são influenciados e transformados por conjuntos multiorganizacionais (BALL, 2013a), onde os valores e modos de ação são criados a partir de uniões e alianças em torno de discursos que apoiam, reforçam e legitimam tomadas de decisões. Segundo Ball (2013a, p. 181):

O território de influência sobre a política é ampliado e, ao mesmo tempo, os espaços das políticas são diversificados e dissociados. Como resultado, à medida que esses novos locais dentro dos contextos de influência e da produção do texto (BALL, 2002) proliferam, há um aumento concomitante na falta de transparência da elaboração da política. Dentro de seu funcionamento, não é claro o que pode ter sido dito a quem, onde, com que efeito e em troca do que (COHEN, 2004). As heterarquias são em parte definidas por interesse comercial em resultados de políticas específicas, e alguns dos relacionamentos dentro delas são especificamente contratuais e financeiros, mas eles também abrangem compromissos sociais e filantropos. Às vezes, a fronteira entre os dois é borrada.

É neste cenário que as redes de atores locais e internacionais vão se unindo e dando espaço a debates, narrativas sobre o que é uma boa educação, sobre como deve ser desenvolvido o monitoramento e a avaliação das metas do PNE, disseminando soluções empreendedoras para problemas sociais e educacionais. Mediante o destacado, ressalta-se Dale (2010), o qual sinaliza que o Estado foi transformado por uma nova gestão pública, ou seja, pela rede de atores internacionais, em um regulador de ações terceirizadas, assumindo o papel de coordenador em último recurso. Assim, mediante o contexto anunciado até o

momento, reconhece-se que o Estado não é mais o único ator responsável pela educação e pela avaliação do cumprimento das metas do PNE, pois essa também se tornou responsabilidade de órgãos internacionais.

Nessa trama, cabe visualizar o Estado, não como vítima, mas sim como estrategista, pois são as políticas de governo que direcionam as ações e redefinem as funções para o alcance das metas fixadas globalmente sobre as políticas educacionais.

Apontando o surgimento de novos atores, chamando a atenção para o envolvimento das organizações não-governamentais. Essa atitude revela, que esses atores engajados à redes internacionais apresentam como discurso principal o desenvolvimento de ações diretas para melhorar a qualidade da Educação, por meio da regulação.

Sobre a regulação, Dale (2010) anuncia que esta é constituída pelos princípios do Estado, do mercado e da comunidade, os quais são considerados pelo autor como os três agentes-chave da governança. O autor ainda evidencia o desenvolvimento da forma política do neoliberalismo, a qual geralmente é chamada de Nova Gestão Pública e absorvida pelos órgãos públicos.

Ao encontro desse pensamento, Ball (2014, p. 26) afirma que o neoliberalismo é sobre dinheiro e mentes, “[...] é um nexo de interesse comum entre as várias formas de capital e de Estado contemporâneos”. Cenário propício para o surgimento de empresas transnacionais, pois os sistemas financeiros e econômicos não estão única e exclusivamente na mão de Estados nações, que são potências mundiais. Na atualidade são divididos com estas empresas, formando o que Dale (2011) denomina de ‘novas formas de governação supranacional’. Esta afirmação vai ao encontro do que Ball (2014) aponta como a terceira onda do Neoliberalismo ‘*roll-out*’, ou seja, o surgimento de outros modos de governança, estados neoliberalizados com a presença de relações regularizadoras.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase e as expectativas sobre o setor educacional na ordenação neoliberal criaram desafios completamente novos e distintos para os rumos da

educação no Brasil. Frente a estes novos rumos a educação passa a ser considerada apenas como mais um serviço prestado à comunidade, tornando-se assim alvo de grandes corporações.

Assim, na análise dos documentos, observou-se uma rede de atores e organismos internacionais que criam mecanismos de controle e manutenção do sistema capitalista, indicando a inviabilidade de se conceber a política como se encerrando nas fronteiras do estado-nação e também “[...] a quebra de fronteiras entre o social e o econômico, e o político e econômico; a confusão e a mistura de racionalidades políticas (*policy*) e formas de regulação e governança atualmente em jogo” (BALL, 2014, p. 34). Assim, torna-se possível enquadrar no que Ball (2014, p. 163) caracteriza como “[...] consultores de quem os governos estão comprando “conhecimento de política”.

Considera-se que as subjetividades construídas por esses atores parecem que não podem ser enfrentadas facilmente, nem individualmente, pois um fluxo de documentos de organizações internacionais enfatiza a necessidade de mudanças para que se obtenha uma educação de qualidade. Frente a este contexto, vale lembrar que toda relação é uma relação de poder. E essa relação é multidirecional, ou seja, não são relações simplesmente verticais e nem todos ocupam sempre a mesma posição. Desse modo, todo documento da política, depois de elaborado a partir das disputas de interesse e jogos de poder, é traduzido. Isso significa dizer que cada indivíduo ou grupo de indivíduos faz sua própria leitura e a aplica em seu contexto.

Frente a este cenário de relações estabelecidas, o Estado tem assumido um novo papel, não podendo mais ser visto como o fator chave para entender as políticas educacionais e o único contexto da produção do texto das políticas, pois há outras arenas de disputas compostas por diversos grupos de interesses. Essa é uma nova forma de governar, traduzida em pluralidades e hierarquias que, entrelaçadas e encontradas, fortalecem os modos de coordenação prevalentes. Uma das características dessa governança é o fato desses organismos não funcionarem contra o Estado, mas por meio dele. São mecanismos que estruturam a relação de construção de subjetividades por meio dos discursos de melhoria da qualidade da educação para legitimar o projeto neoliberal.

O discurso predominante encontrado no percurso da pesquisa, nos faz

compreender algumas das características do discurso da política de educação global no século XXI e, para lidar com esta complexidade, neste sentido, percebeu-se que o Plano Nacional, menciona em seu contexto parceria com outras organizações e movimentos nacionais e internacionais. Destacando-se dessa forma a influência de atores não estatais, de movimentos da sociedade civil, no processo de formulação de políticas educacionais.

Assim, a distinção entre setor público, setor privado e terceiro setor ficam mais distantes na formulação de políticas educacionais. Há novas vozes e interesses que são representados no processo político, há uma complexidade, uma pluralidade baseada em relações de rede, há novos nós de poder e influência (BALL, 2013a).

Acredito serem necessárias novas investigações sobre a temática, com novos dados, novos instrumentos e outras perspectivas teóricas que podem contribuir com o debate acerca das dinâmicas, dos discursos e as estratégias que envolvem o processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação. Novas inquietações, novas buscas, novas descobertas far-nos-ão saber muito mais sobre a qualidade, sobre as redes políticas e sobre o processo de monitoramento e avaliação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J.; MENDES, G. M. L. **Políticas de Administração e Gestão em Países da Lusofonia: Perspectivas Críticas sobre a Nova Gestão Pública e a Pós-burocracia em Educação**. EPAA/AAPE, v. 26, n. 127, p. 1-10, 2018.

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALVES, A. C. A percepção da qualidade na prestação de serviços públicos: estudo de caso de um centro de saúde, na cidade de Campina Grande–Paraíba. **Pensamento & Realidade**, v. 32, n. 4, p. 20, 2017.

BALL, S. J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

\_\_\_\_\_. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

\_\_\_\_\_. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação: Uma análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

\_\_\_\_\_. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 15, n. 002, p. 3-23, 2002.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of curriculum studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-17, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), com as alterações adotadas pelas **Emendas Constitucionais nº 1 a 6/92 a 64/2010** e pelas Emendas Constitucionais de **Revisão nº 1 a 6/94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor

da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, novembro 1995

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; **Imprensa Oficial**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **INEP. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2014.

BRESSER, L. C. B. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** In: Encontro de Economia da Associação Nacional De Centros De Pós-Graduação em Economia, 18., 1990, Brasília. Aula Magna, Brasília, 4 de dezembro de 1990.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994.

CÓSSIO, M. F. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018.

CHESSNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

COHEN, N. **Pretty straight guys**. London: Faber and Faber, 2004

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, dez. 2010.

DALE, R. R. S. Pesquisar a Educação em uma era globalizante. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 347-363, maio/ago. 2011.

DASSO JÚNIOR, A. Em busca de um modelo alternativo de administração pública: críticas à hegemonia do gerencialismo. **Anais I ENEPCP – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**. Brasília/DF, p.1-15, 2015.

DOURADO, L. F. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **RBPPE - v. 32, n. 2, p. 449 - 461 mai./ago. 2016**.

FERREIRA, J. R. Políticas públicas e a universidade: uma avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca. In: OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

GARCIA, M. M. A. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 445-591, set./dez. 2010.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: Deslandes, S. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 79-108, 2007.

JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Rev. do Serviço Público**. Brasília, 2005.

JORGENSON, S.; SHULTZ, L. Global citizenship education (GCE) in post-secondary institutions: What is protected and what is hidden under the umbrella of GCE. **Journal of Global Citizenship & Equity Education**, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2012.

LUZ, L. X. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr./jun. 2011.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc. Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MELLO, H. D. A. O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Orgs.). **A demolição de direitos: um exame das 150 políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

OLIVEIRA, R. P. **O Conselho Municipal de Educação no Brasil: práticas políticas e deliberações públicas em Nova Iguaçu** (Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UFRRJ), 2008.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing Government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. 1992.

PEREIRA, J. M. M. Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. In: PEREIRA, J. M. M. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

REIS, I. Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. In: **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 39, 2013.

SCAFF, E. A. S.; OLIVEIRA, R. C.; BRITO, V. M. Direito à educação básica no Brasil: reflexões a partir do planejamento educacional. **Educação e Fronteiras**, v. 8, n. 23, p. 66-81, 2018.

SCAFF, E. A. S. O modelo gerencial de gestão pública e sua aplicação na educação brasileira. In: **Educação brasileira: interfaces e solicitações recorrentes**. Dourados: Ed. UFGD, p. 1-16, 2011.

\_\_\_\_\_. Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: Aspectos teóricos e históricos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. v. 88, n. 219, 2007

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análises, Casos Práticos**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, V. M. E. **A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro** (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). 2007.

VILAS C. M. ¿Más allá del ‘Consenso de Washington’? Un enfoque desde la política de algunas propuestas del Banco Mundial sobre la reforma institucional. *América Latina Hoy*, 26:21-39, 2000.



# ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA PSIQUE HUMANA

Carolina Antunes de Jesus

Lucas Abs da Cruz Preto

Manoela Fernandes Komka Vicente

Juliane de Moliner

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

# ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA PSIQUE HUMANA

Carolina Antunes de Jesus<sup>1</sup>

Lucas Abs da Cruz Preto<sup>2</sup>

Manoela Fernandes Komka Vicente<sup>3</sup>

Juliane de Moliner<sup>4</sup>

1 Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Avantis – UNIAVAN. E-mail: carolantunes994@gmail.com.

2 Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Avantis – UNIAVAN. E-mail: lucas.abs.preto@gmail.com.

3 Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Avantis – UNIAVAN. E-mail: manoelakomka@gmail.com.

4 Mestre em Saúde Coletiva, graduada em Psicologia. E-mail: Juliane.moliner@uniavan.edu.br.

## RESUMO

Quando se pensa em uma figura masculina ou feminina logo somos remetidos por uma ideia relativamente fixa do que tal imagem representa. Ao homem são atribuídas características fortes, assertivas e poderosas, enquanto à mulher são delegadas características belas, delicadas e maternais. Todos esses traços são caracterizados por uma construção histórico-social do que significa ser um homem e uma mulher. Este trabalho propõe-se a investigar a construção dos estereótipos de gênero e as suas consequências na psique humana. A pesquisa é bibliográfica e foi realizada de forma qualitativa. A interpretação de dados foi feita dialeticamente, levando em consideração os fatos sociais de uma forma totalitária. Ao longo da pesquisa observou-se uma quantidade limitada de materiais disponíveis na língua portuguesa sobre o tema, mostrando-se imperativa a desconstrução dos estereótipos para a promoção do bem-estar tanto individual quanto social, tornando-se fundamental a realização de mais pesquisas sobre o assunto em questão.

**Palavras-chave:** Gênero. Estereótipos. Psique.

## **GENDER STEREOTYPES AND THEIR IMPACT IN THE HUMAN PSYCHE**

### **ABSTRACT**

*When we think of a male or female figure we are soon referred by a relatively fixed idea representing their image. Men are considered strong, assertive and powerful while to women are delegated characteristics such as beautiful, delicate and maternal. All traits are characterized by a historical-social construction of what being man and a woman means. This work aims to investigate the construction of gender stereotypes and their impact in the human psyche. The research is bibliographical and was carried out in a qualitative way. The interpretation of the data was made dialectically taking into consideration the social facts in a totalitarian way. Throughout the research was observed by the authors a limited amount of material available in Portuguese on the subject, indicating the urgency to deconstruct the stereotypes for the promotion of both individual and social wellbeing, making it fundamental to conduct more research on the subject in question.*

**Keywords:** Gender. Stereotypes. Psyche.

## **1 INTRODUÇÃO**

Tem-se observado no contexto social atual um grande foco nas questões de igualdade de gênero e a luta para combater as desigualdades existentes entre homens e mulheres que assolam a sociedade e prejudicam a vida e o bem-estar dos indivíduos nela inseridos. Contudo, a fim de combater tais problemas sociais, se faz necessário estudar a fundo as raízes de tal questão, buscando encontrar os motivos aos desígnios mediante o que significa pertencer a um determinado gênero, e como foi construída historicamente a cultura. Afinal, existindo a desigualdade entre homens e mulheres, é necessário analisar o que cada um desses representa, a fim de modificar as discrepâncias relacionadas ao tratamento dado aos indivíduos de um gênero específico. Portanto, considerando-se o apontado, o tema foi escolhido visando

ilustrar a situação acima exposta e se aprofundar neste contexto que faz parte da vida dos autores deste artigo.

Estereótipos, dentro do campo social, são conteúdos mentais simbólicos que influenciam a percepção e a interpretação de informações de fatores sociais e as tomadas de decisões, agindo de forma determinante na construção de uma realidade individual (LEITE, 2008). Tais representações, para o psicólogo romeno Moscovici (2010), são ao mesmo tempo construídas e adquiridas, não existindo separação entre o universo interno do indivíduo e o universo externo a ele. Observa-se, então, uma relação entre as concepções generalizadas de cada indivíduo e os estereótipos sociais encontrados no seu meio.

Através da criação de certas expectativas, assim como a tipificação de tarefas que favorecem segregações, são determinados campos que as mulheres são “incapazes de fazer” e atitudes que um homem “não deveria ter” (MORAIS; STREY; PULCHERIO, 2009), conseqüentemente, induzindo os sujeitos a se adaptarem aos padrões estabelecidos a fim de obterem sucesso e aprovação social perante a coletividade. Dessa forma, o reconhecimento das diferentes posições em que se encontram homens e mulheres, e a observação das estruturas do mundo como sexuado, são obrigatórias para um entendimento da realidade em suas múltiplas dimensões.

Dito isto, a pesquisa teve como questão norteadora verificar quais seriam os impactos psicológicos gerados pelos estereótipos de gênero nos indivíduos, tendo como objetivo geral verificar o impacto psicológico destes estereótipos na vida de jovens e adultos. Além do objetivo principal, elencou-se dois objetivos específicos, sendo esses: identificar quais seriam os estereótipos de gênero para homens e mulheres e analisar as influências do meio na identificação do indivíduo.

Em relação às hipóteses levantadas referentes aos objetivos e questão problema, supôs-se que os valores encontrados para os estereótipos de “homem” e “mulher” ou “masculino” e “feminino” tenham uma grande diferença entre eles. Enquanto ao homem são delegadas ações de iniciativa e força, à mulher é delegada a passividade e a sensibilidade. Tal segregação pode ser observada na sociedade, através das profissões que cada sexo escolhe exercer. Quando pensamos em policiais, automaticamente somos remetidos à ideia de um homem, enquanto o oposto ocorre quando somos levados a área de enfermagem.

Além de desdobramentos na sociedade, tal estereotipagem acarreta em indivíduos com problemas em suas vidas pessoais. Segundo Portillo (2007), a valorização social do comportamento viril no homem desde sua infância e o desencorajamento de comportamentos assertivos em mulheres podem ocasionar indivíduos psicologicamente imaturos, com traumas levados ao inconsciente do ser. Dessa forma, o inconsciente pode se manifestar de maneira negativa, provocando alterações no comportamento e sentimentos pessoais, fazendo, entre outros, com que homens não se sintam livres para expressarem suas emoções e que as mulheres se sintam incapazes de agir de forma assertiva.

Levando essas informações em consideração, pode-se assumir a estereotipagem de gêneros como a causa de preconceitos contra o sexo feminino, sendo esse visto como inferior devido ao seu caráter passivo e de servidão que adquiriu com o passar do tempo, cabendo a todos, homens e mulheres, a revisão de tais valores, para a desconstrução desse estigma.

Mediante o supracitado, observa-se que homens devem seguir um modelo de poder e segurança alcançável por poucos, enquanto mulheres sentem-se obrigadas a serem sempre belas e calorosas. Esse padrão pouco leva em consideração a individualidade de cada ser, podendo ocasionar conflitos internos que podem resultar em transtornos como a ansiedade e a depressão. Assim sendo, esta pesquisa pretendeu, através de revisão bibliográfica, identificar quais são os estereótipos de gênero e as suas consequências na psique humana, tendo como principal justificativa a importância de mostrar como as expectativas advindas de um estereótipo exercem uma coerção sobre o indivíduo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracterizou como qualitativa, aonde foi feita uma revisão bibliográfica que, segundo Lakatos e Marconi (2003) fornece uma nova ideia sobre a temática abordada, com o objetivo de explorar o tema proposto. A revisão bibliográfica se deu através de artigos encontrados utilizando-se da ferramenta Google Acadêmico e da plataforma SciELO, limitando-se à língua

portuguesa e inglesa e não utilizando-se de nenhum recorte específico de período de publicação.

A busca dos artigos foi feita usando-se das palavras-chave “estereótipos” e “gênero”. Logo após foi feita uma apuração dos títulos mais pertinentes, conforme o Quadro 1. Após a realização das leituras houve a discussão e integração das ideias e o discorrimento dos resultados visando o alcance dos objetivos elencados.

**Quadro 1: Artigos selecionados na coleta de dados**

Site de busca	Palavras-chaves	Título do artigo	Ano da publicação	Autores
SciELO	Diferença, igualdade, relações de gênero	Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate	2005	ARAÚJO, M. de F.
Google Acadêmico	Gender, stereotypes	Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests	2017	BIAN, L.; LESLIE, S.; CIMPIAN, A.
Google Acadêmico	Emotion, gender, gender stereotypes, psychological therapy	Gendered Differences in perceived emotion: the impact on clinical diagnoses and treatment	2012	BUNTING, J.
SciELO	Gender stereotypes, dynamic of stereotypes, social roles	Analysis of current genders stereotypes	2014	CASTILLO-MAYÉN, R.; MONTES-BERGES, B.
SciELO	Diferenças entre os sexos, estereótipos de gênero, papéis de gênero	As diferenças entre os sexos: mito ou realidade?	2003	POESCHL, M.; MÚRIAS, C.; RIBEIRO, R.
Google Acadêmico	Gender, stereotypes	Gender, status, and leadership	2001	RIDGEWAY, C. L.

Fonte: Próprios autores, 2019

A análise e interpretação de dados foi realizada de forma dialética, fornecendo bases para uma interpretação dinâmica da realidade e levando em consideração os fatos sociais de uma forma totalitária, privilegiando, desta forma, mudanças qualitativas (PRODANOV, FREITAS, 2013).

### 3 OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO AO LONGO DA HISTÓRIA

Quando se pensa em uma figura masculina ou feminina logo se é remetido à uma ideia relativamente fixa do que tal imagem representa. Ao homem são atribuídas características fortes, assertivas, poderosas e provedoras, enquanto à mulher são delegadas características gentis, belas, delicadas e maternais.

Pais passam a seus filhos uma concepção do que pertencer a cada gênero representa e estas crianças crescem e realizam o mesmo com a sua própria prole, gerando um ciclo ininterrupto de passagem de informações de geração para geração. Essa idealização de gênero se tornou tão natural que muitas vezes não se percebe que este fato ocorre por meio de uma construção social.

Antes do século XVIII não havia um modelo para a sexualidade humana como se entende atualmente. Como afirma Foucault (1986 *apud* SILVA, 2000), até então o termo sexualidade não existia, sendo criado no século XIX. Dessa forma, cabia aos homens e mulheres daquela época entender apenas as normas da diferença sexual entre ambos.

Naquela época, segundo Silva (2000), a concepção predominante era a do *one-sex-model* ou monismo sexual. O homem era visto como anatomicamente perfeito, sendo a mulher, então, entendida como um homem invertido (o útero era considerado o escroto feminino, os ovários os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina o pênis) e considerada menos desenvolvida na escala de perfeição metafísica. Com o modelo de perfeição do corpo masculino, a relação entre reprodução e sexo era seguida conforme este padrão, mantendo uma narrativa de inferioridade da natureza anátomo-fisiológica da mulher.

Apenas na passagem do século XVIII para o XIX o conceito de monismo sexual que deu lugar ao *two-sex-model* (SILVA, 2000), ordenando, então, o sexo como uma questão político-social. A partir dessa premissa, foram impostas diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos de acordo com as exigências das sociedades capitalistas, burguesas, nacionalistas, imperialistas e colonialistas implantadas na Europa.

Em seguida, a mulher passa a ser considerada o inverso ou forma complementar do homem, mantendo ainda seu caráter de inferioridade tanto nas esferas públicas como privada, devido ao conceito neoplatônico científi-

co, as religiões monoteístas e patriarcais e a nova ordem político-econômica do novo estado burguês (COSTA 1995 *apud* SILVA, 2000). Tal inferioridade era assegurada pelo papel de cada sexo na sociedade, sendo delegadas ao homem tarefas dirigidas para o mundo social, econômico e político, enquanto o papel da mulher era restrito ao mundo doméstico e familiar.

A bissexualização originária a partir desse período, como afirma o autor, ressalta a relação de poder existente do masculino sobre o feminino, referindo-se à inferioridade da mulher por sua fragilidade corporal, e posteriormente, sobre o prazer erótico. Por ser considerada mais frágil, à mulher eram dados menos privilégios que aos homens.

Com a chegada do século XIX veio a reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres e a diferença entre eles passou a fundamentar os gêneros masculino e feminino. Burgueses, filósofos e sociólogos se propuseram a especificar as qualidades morais, sociais e intelectuais dos indivíduos partindo-se da diferença entre os sexos (SILVA, 2000).

À medida que o tempo passou, os estereótipos para cada gênero se alteraram para melhor atender as necessidades mercadológicas e sociais de cada período. O que atualmente pode ser considerado masculino, era considerado feminino em um período anterior, e vice-versa. No século XIX, na pré-Revolução Industrial, os homens mantinham uma participação doméstica muito mais significativa, pois as tarefas da casa eram consideradas obrigações de ambos. Contudo, com a industrialização da sociedade, o trabalho se tornou um ambiente competitivo e tipicamente masculino, e assim um “lugar de homem”, enquanto a mulher foi relegada para cuidar da casa e da família.

Nos séculos XIX e XX as mulheres se encontrariam à mercê de seu aparelho reprodutivo, que muitos acreditavam tornar seu comportamento emocional errático e imprevisível, destacando a imagem construída de uma figura frágil, da qual decorriam sua delicadeza e debilidade moral (SANTOS, 2009).

Nas narrativas então encontradas, observa-se que à natureza masculina é atribuída atributos como ‘forte, corajoso, ativo, inteligente e pensante’, e à feminina os atributos ‘fraca, submissa e passiva’. Segundo Santos (2009), filósofos iluministas acreditavam que a mulher, mesmo tendo acesso ao conhecimento, não era digna de ser elogiada por isso e nem seria capaz de fazer uso concreto dele, considerando indigno o elogio de seu in-

telecto também por ir contra a ideia de que ela é apenas bela. A partir da década de 1920, discursos biológicos e sociais passam a ser utilizados para caracterizar tais diferenças ‘necessárias e complementares’, como pode ser observado no discurso de Moncorvo Filho, um dos principais expoentes da medicina higienista do Brasil.

O homem tantas vezes amando a sangueira – guerras, revoluções, crimes e vícios – nem sempre é o animal dócil, meigo e cordato que fora para desejar. A mulher, quasi sempre bondosa e meiga – pensamento inclinado para o Bem – com encantadora meiguice olhos fitos nos filhos, prodigalizando-lhes o carinho, o afago, a educação e os bons sentimentos, não raro se constitui um verdadeiro anjo do lar! (MONCORVO FILHO, 1925 *apud* SANTOS, 2009, p. 5).

Segundo Freitas (2014), com a revolução tecnológica no final dos anos 50 e a inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres passaram a reivindicar seus direitos, propagando suas próprias ideias sobre o gênero feminino, reforçando as ideias feministas e realizando processos de mudança sobre sua própria imagem, desejando mudar a sua situação de submissão. Durante o século XX, a mulher se emancipou, alcançou o mercado de trabalho e começou a pedir ajuda em afazeres domésticos, surgindo então, a mulher como uma figura social, não apenas mãe e/ou esposa.

Após ganhar o espaço até então masculino do mundo do trabalho, as mulheres foram se tornando cada vez mais independentes e, com a chegada dos anos 80 e 90, vieram uma nova figura da mulher, dona de sua própria carreira, realizadora de processos pessoais e independente (FREITAS, 2014).

Enquanto o estereótipo masculino pouco mudou em relação ao passado, a imagem feminina foi transferida no final do século XX de um ideal doméstico para um de beleza. Agora, para a mulher ser feliz e bem-sucedida, ela deve seguir um modelo inquestionável de beleza, devendo parecer sempre jovem e bela. Através da cultura da época, “centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual” (LIPOVESTKY, 2000 *apud* FREITAS, 2014, p. 121), a figura da mulher passou a significar além de um estereótipo doméstico, o de beleza.

Porém, conforme Rocha (2014), a partir dos movimentos de crise iden-

titária que começaram na década de 70, juntamente com uma recepção do pós-estruturalismo por parte das feministas, gays e lésbicas, houve, no final da década de 80 do século XX, o início da luta por uma identidade mais abrangente, tanto de gênero como de sexo.

O desenvolvimento da teoria *queer*, que segundo Rocha (2014, p. 510) “[...] recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. [...] defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas”, precede a iminente concepção não-binária de gênero, explicitada por Reis e Pinho (2016) como um leque de opções que transitam entre o feminino e o masculino.

A ressignificação da identidade de gênero para Rocha (2014) será, portanto, contínua, pois a identidade de um gênero se dá através de um processo social e histórico constituído pelo discurso. Aliás, conforme Reis e Pinho (2016) esse gênero agora não será mais determinado pelo sexo biológico e sim pelo “[...] contexto sociocultural [...]”, a ideia é de uma separação do “[...] estruturalmente natural (sexo) [...]” do “[...] socialmente construído (gênero) [...]”.

Isso irá dar início à falência do sistema binário de gênero e promoverá novas identidades de gênero, cada qual com seus devidos estereótipos, conceitos recentes e que ainda se encontram em processo de difusão social.

Vale ressaltar que todos estes estereótipos, de acordo com Blum, Mmari e Moreau (2017) causam - desde as primeiras restrições na fase dos 10 aos 14 anos ligadas ao papel do gênero como, por exemplo, o resguardo sexual da mulher ao seu homem, tornando-a dócil, delicada e indefesa, e as atitudes assertivas e de liderança cobradas do homem - diversos efeitos na vida adulta destas pessoas. Dentre estas consequências tem-se o aspecto psicológico que, segundo os autores, expressa-se em tendências depressivas nas mulheres e inclinação ao suicídio em homens.

### 3.1 INFLUÊNCIAS DO MEIO E IDENTIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO

Ao longo da história criou-se um estigma envolvendo as palavras que se referiam às mulheres como sendo algo insignificante. Através destas diferenciações impostas pela sociedade é possível notar que os meios político, cultural e até religioso exerceram uma grande influência na perspectiva das pessoas sobre o que seriam, mais tarde, os chamados papéis de gênero ‘feminino’ e ‘masculino’ dentro de suas comunidades, estipulando padrões a serem seguidos além dos até então reconhecidos fatores biológicos.

Segundo Beauvoir (1970), as mulheres, por exemplo, eram menosprezadas, tidas como frágeis e submissas aos homens, servindo apenas para o papel doméstico (com raras exceções), enquanto os homens eram relacionados ao poder, à virilidade.

*“A autoridade pública ou simplesmente social pertence sempre aos homens”, afirma Lévi-Strauss ao fim de seu estudo sobre as sociedades primitivas. O semelhante, o outro, que é também o mesmo, com quem se estabelecem relações recíprocas, é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino. A dualidade que se descobre sob uma forma ou outra no seio das coletividades opõe um grupo de homens a outro grupo de homens, e as mulheres fazem parte dos bens que estes possuem e constituem entre eles um instrumento de troca (BEAUVOIR, 1970, p. 91).*

Nesse caso vemos uma desconstrução de valores impostos anos atrás que ainda eram seguidos por uma sociedade que não dava direitos e valores igualitários. Há uma quebra quando mulheres começam a lutar para conseguir coisas já básicas aos homens, mas importantes para elas, já que ao longo da história isso nunca lhes foi garantido. Ao mesmo tempo, a sociedade não aceita isso, pois pensa que elas devem seguir as funções já impostas.

Nessa sociedade vale mais algo biológico do que social. Se uma pessoa nasce mulher, ela deve carregar esse fardo biológico e não pode fazer outras coisas intituladas ‘coisas de homem’. Sim, existem traços não apenas biológicos que diferem homens e mulheres, porém esses são mínimos e não influenciam em questão de voto, valores ou escolhas.

Mediante tais fatos, podemos dizer que o que caracteriza cada gênero

é relativo a momentos históricos e contextos, contudo, suas consequências podem ser vistas até os dias atuais. Não importando onde e quando uma pessoa nasce, os estereótipos de gênero afetam a saúde física e mental de um indivíduo, como mostra uma pesquisa realizada em 15 países e publicada no periódico *Journal of Adolescent Health* (BURNES, 2017).

Segundo Burnes (2017), os modelos de gênero têm impacto direto na vida das pessoas, oferecendo riscos para a saúde dos adolescentes que são moldados por comportamentos enraizados em estereótipos de gênero, estando esses bem estabelecidos a partir de 10 ou 11 anos de idade.

Garotas que foram apontadas como vulneráveis passam a acreditar em tal fato, se tornando mais predispostas a deixarem a escola, sofrerem violência física e sexual, casarem quando crianças, engravidarem precocemente, se infectarem com HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (BURNES, 2017).

Meninas também relataram acreditar, como afirmado por Burnes (2017), que seus corpos são um grande risco que precisa ser encoberto, em países como Nova Deli. Enquanto em Baltimore, garotas afirmam ter o corpo como principal recurso e que precisam parecer atraentes. Os pesquisadores chegaram à conclusão de que a adolescência se mostra como um divisor de águas, expandindo o mundo para os garotos e se contraindo para as meninas.

Porém, garotos não deixam de ser prejudicados com o modelo masculino. Pesquisadores apontam que os estereótipos aprendidos na adolescência, principalmente os relativos à força e independência, os torna mais propícios à violência física e aumentam a probabilidade para que o indivíduo fume e cometa atos abusivos, como por exemplo, o homicídio.

Examinando as relações entre os adolescentes e os modelos de gênero foram encontradas certas tolerâncias para com garotas que iriam além de seu estereótipo e usavam calças, praticavam esportes ou se dedicavam a determinadas carreiras, mas nenhuma para os garotos que procuram fazer o mesmo. Garotos que buscam ir além do padrão através do seu jeito de vestir ou seu comportamento são vistos como socialmente inferiores. De acordo com os pesquisadores, tanto garotos quanto garotas afirmaram que se um dos meninos fosse encontrado adotando comportamentos considerados femininos, como pintar as unhas, esse poderia sofrer *bullying* ou ser agredido

fisicamente (BURNES, 2017).

Certas violências na adolescência mostram consequências no futuro, principalmente perante a tomada de decisão de carreira que cada pessoa deve exercer. Devido ao bombardeamento constante em que mulheres são submetidas desde cedo, autores afirmam que mulheres simplesmente evitam certas profissões, como matemática e física, devido à crença de que é preciso ter um talento natural para seguir tais carreiras (PIERRO, 2015).

Segundo Sarah-Jane Leslie (2011 *apud* PIERRO, 2015), professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Princeton, tal mensagem é o produto de estereótipos de gênero na ciência. Para a pesquisadora, ao internalizar tais estereótipos, as mulheres decidem qual campo não é para elas e, como resultado, acabam tendo pouca representação nessas áreas. Por exemplo nos Estados Unidos, local onde foi realizada a pesquisa, mostra-se que há mais doutoras atuando em história da arte e psicologia (cerca de 70%) do que em economia e filosofia (menos de 35%).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Araújo (2005) o termo gênero começou a ser utilizado na literatura feminista para designar os aspectos sociais e culturais referentes ao sexo (os aspectos biológicos). Através desta perspectiva despontaram-se os estudos referentes às relações de gênero e as relações de poder que as permeiam, surgindo, na atualidade, o interesse pela igualdade entre estes.

Durante a história é perceptível uma hierarquização de homens sobre mulheres. Segundo Poeschl, Múrias e Ribeiro (2003) existiam autores que frisavam que biologicamente homens eram superiores e, por isso, eram portadores de muitas oportunidades; enquanto as mulheres eram úteis apenas para as atividades domésticas.

Conforme o passar do tempo, a sociedade foi se moldando em um contexto histórico-social onde as famílias eram estruturadas em um sentido em que a mulher era apenas fonte da gestação e da criação dos filhos (SHIELD 1986 *apud* POESCHL; MURIAS; RIBEIRO, 2003). Tal situação acabou por gerar os estereótipos de um homem assertivo, provedor e confiante enquanto a mulher seria um ser

emocional, dependente e gentil (CASTILLO-MAYÉN; MONTES-BERGES, 2014).

A padronização dos atos como próprio de cada gênero acabou por delimitar as atitudes do indivíduo de um grupo, fazendo com que houvesse uma separação de ações cotidianas, como por exemplo: jogar bola ou fazer aulas de dança. Observa-se, portanto, que os estereótipos engessam e delimitam as atividades do grupo e, conseqüentemente, afetam diretamente a psique do indivíduo inserido em um grupo em que ele não se vê representado.

Castillo-Mayén e Montes-Berges (2014) enfatizam no seu estudo a existência de uma certa mudança nos atuais estereótipos, que iria de acordo com a teoria dos papéis organizacionais, quando o sistema vigente exige que os papéis mudem a sua posição na sociedade para se adaptarem às novas necessidades. Com isso, características anteriormente consideradas masculinas passaram a ser identificadas como femininas e vice-versa, desta maneira, indicando uma reformulação destes estereótipos.

Apesar do apontado, ainda se observam diversos aspectos negativos envolvidos na estereotipagem do gênero. Segundo estudos dirigidos por Bian, Leslie e Cimpian (2017), garotas a partir de seis anos já apresentam sinais de esquivas às atividades voltadas às crianças ‘realmente inteligentes’, e demonstram descrença de que outras crianças do mesmo gênero sejam capazes de realizá-las; enquanto garotos não manifestam grande dúvida a respeito das capacidades intelectuais ligadas a seu gênero. Isso denota que, desde tenra idade, os indivíduos já são suscetíveis a captação do estereótipo de que homens são os ‘mais inteligentes’, o que pode causar desencorajamento por parte das mulheres durante seu desenvolvimento, afastando-as de áreas ligadas à intelectualidade (como física, filosofia, matemática e outras).

Os estereótipos ainda se mostram na expressão e na interpretação de emoções, resultando em diagnósticos psicológicos baseados em pré-conceitos acerca do indivíduo segundo o seu gênero, alinhando-se com o pensamento de Castillo-Mayén e Montes-Berges (2014) que defendem a existência de aspectos negativos com a imposição de um estereótipo sobre um determinado gênero. Tal fato afeta principalmente o gênero feminino ao se tornarem vulneráveis a diversas formas de violência. Os autores também apontam que ao existirem estereótipos a serem seguidos, existe uma diminuição na possibilidade de uma mudança por parte do indivíduo.

Bunting (2012) aponta que as percepções de emoções diferem segundo o gênero daquele que as expressa, assim como a atribuição feita sobre expressões faciais. Ao classificar emoções baseando-se em expressões mostradas pela face, homens são classificados por apresentarem mais raiva enquanto mulheres mais medo e tristeza; embora ambos os sexos relatem sentir a mesma quantidade de tristeza, nervosismo e raiva.

Ainda segundo a referida autora, ao gênero feminino, considerado o mais emocional, é esperado a expressão de emoções de surpresa, felicidade, amor, tristeza, culpa, vergonha, timidez, simpatia e medo. Já para o gênero masculino são esperadas mais reações de raiva e orgulho.

Ademais, rostos femininos tendem a ter emoções como tristeza, medo e raiva atribuídas a motivos emocionais (internos), ao passo que aos rostos masculinos as mesmas emoções são atribuídas a fatores ambientais (externos) (ROBINSON, JOHSON, 1997 *apud* BUNTING, 2012).

Consequentemente, indivíduos tendem a expressar emoções consistentes com os estereótipos de seu gênero como forma de obter um maior status social (RIDGEWAY, 2001), pois homens que expressam raiva em seu ambiente de trabalho possuem um status social maior do que aqueles que expressam tristeza ou mulheres que expressam raiva.

Como apontado por Afifi (2007 *apud* BUNTING, 2012), o gênero ainda influencia o processo de diagnóstico para transtornos mentais. Mulheres possuem uma maior probabilidade de receberem diagnósticos de depressão e transtorno bipolar do que homens, apesar de os sintomas e testes apresentarem resultados semelhantes.

Pesquisas ainda mostram que psiquiatras do gênero masculino tendem a mais facilmente passarem diagnósticos de transtornos de humor para pacientes mulheres do que para homens (LORRING, POWELL, 1988 *apud* BUNTING, 2012). Tendo o gênero do paciente um impacto maior no diagnóstico de transtornos em situações de cansaço e sobrecarga de trabalho (MUROFF et al., 2007, *apud* BUNTING, 2012).

Desta forma, estereótipos podem fazer com que as pessoas apenas procurem ajuda psicológica para problemas que sejam consistentes com o seu gênero, devido a estigmas sociais presentes na sociedade (AFIFI, 2007 *apud* BUNTING, 2012).

Além disso, ainda segundo Bunting (2012), terapeutas podem encorajar clientes a expressarem apenas emoções condizentes com o estereótipo de seu gênero. Pacientes homens acabam não recebendo apoio e suporte para expressarem suas emoções, enquanto mulheres veem suas emoções avaliadas como menos válidas devido ao fato de mulheres serem consideradas emocionais demais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa pode ser constatada uma quantidade limitada de materiais disponíveis na língua portuguesa sobre o tema em questão. Aqueles que foram encontrados buscavam apenas fazer uma síntese sobre a construção histórico-social dos estereótipos em seus diversos meios, seja na sociedade, na mídia ou na literatura. Indaga-se se tal fato ocorre pela falta de interesse no tema ou simplesmente pela falta de recursos voltados à área de pesquisa que assola o país.

Em língua estrangeira foram encontradas pesquisas mostrando de forma prática a existência dos estereótipos de gênero que influenciam a vida dos indivíduos desde sua infância, fazendo com que cresçam e se desenvolvam neuropsicologicamente de acordo com o que é socialmente estipulado a cada gênero.

Tais fatores mostram-se preocupantes, visto que podem impedir o indivíduo de alcançar um desenvolvimento e maturação emocional plenos, cujos resultados negativos podem ser vistos no comportamento demasiadamente agressivo da classe masculina em geral e o comportamento demasiado displicente da classe feminina perante certas situações. Isso abre margem para o ocasionamento de possíveis sofrimentos psíquicos, que, por vezes, acabam sendo considerados insignificantes ou de pouca importância e são ignorados.

Mediante os fatos, mostra-se imperativo a desconstrução dos estereótipos para a promoção do bem-estar tanto individual quanto social, tornando-se fundamental a realização de mais pesquisas que revelem as influências e impactos que tais princípios acarretam ao desenvolvimento da psique humana.

Em relação ao alcance dos objetivos geral e específico, todos foram res-

pondidos, expondo os impactos que esses estereótipos geram e pontuando quais são os estereótipos de cada gênero, confirmando como ainda adjetivos ligados à passividade são assinalados como características femininas e adjetivos imperativos são colocados como características masculinas. Além da estereotipação de ambos os gêneros, percebeu-se, através dos estudos analisados, de que forma esse engesso atinge o gênero masculino e feminino, impedindo essas pessoas de se desenvolverem fora do socialmente estipulado.

Finalmente, referente à realização da pesquisa, foi um grande aprendizado para os envolvidos, esclarecendo diversos outros pontos conectados ao tema apresentado no artigo, servindo para, além do previamente proposto nos objetivos, ampliar os horizontes sobre o assunto, mostrando como os fatores sociais vão além e influenciam significativamente em todos os aspectos da vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psic. Clín.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BIAN, L.; LESLIE, S.; CIMPIAN, A. Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. *Science*, n. 355, p. 389-391, 2017.
- BLUM, R. W.; MMARI, K.; MOREAU, C. It begins at 10: how gender expectations shape early adolescence around the world. In: **Journal of adolescent health**, v. 61, n. 4, p. S3-S4, out. 2017. Disponível em: <[https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(17\)30355-5/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(17)30355-5/fulltext)>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BUNTING, J. **Gendered differences in perceived emotion: The impact on clinical diagnoses and treatment**. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Clinical Psychology. University of Exeter. England, 2012.
- BURNES. **Boys and girls in countries rich and poor enter teens with damaging gender stereotypes firmly set: researchers say 15-country investigation shows adolescent interventions should begin with preteens to avoid health risks of 'gender straitjackets' that include abuse and suicide**. 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedaily.com/releases/2017/09/170920100033.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

CASTILLO-MAYÉN, R.; MONTES-BERGES, B. Analysis of current gender stereotypes. *Anales de psicología*, v. 30, n. 3, p. 1044-1060, 2014.

FREITAS, S. A mulher e seus estereótipos: Comparando 50 anos de publicidade televisiva no Brasil e Portugal. Universidade do Minho, *Estudos em Comunicação*. n. 16, p. 111-148, jun. 2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, F. A publicidade contra-intuitiva: possíveis articulações e reflexos nos estigmas e estereótipos sociais. *Rumores – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*, v. 2, n. 3, 13 dez. 2008.

MORAIS, H. B; STREY, M.N; PULCHERIO, G. Estereótipos de gênero e a vivência da sexualidade. In: **Seminário internacional enlaçando sexualidades**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2012/04/ESTEREOTIPOS-DE-GENERO-E-A-VIVENCIA-DA-SEXUALIDADE.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIERRO, B. **A força dos estereótipos**. 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/04/10/a-forca-dos-estereotipos/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

POESCHL, G.; MÚRIAS, C.; RIBEIRO, R. As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade. *Análise Psicologia*, p. 213-228, 2003.

PORTILLO, V. G. **Anima e Animus**. 2007. Disponível em: <[http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Anima\\_e\\_Animus.htm](http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Anima_e_Animus.htm)>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016.

RIDGEWAY, C. L. Gender, Status, and Leadership. *Journal of Social Issues*. Stanford University. v. 57, n. 4, p. 637-655, 2001.

ROCHA, C. B. A. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 507-516, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SANTOS, A. A construção do papel social da mulher na Primeira República. In: **Revista Em Debate**. Rio de Janeiro, n. 8 p. 1-18, out. 2009. Disponível em:<[www.maxwell.lambda.ele.pucio.br/.../14404.PDFXXvmi=VjvOTseV3SHZaIMQmiDi-s6o11bDT26NZqjNkN3hQVZP7IDZ5VCnpINq](http://www.maxwell.lambda.ele.pucio.br/.../14404.PDFXXvmi=VjvOTseV3SHZaIMQmiDi-s6o11bDT26NZqjNkN3hQVZP7IDZ5VCnpINq)>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 20, n. 3, set. 2000.





GAMIFICAÇÃO  
COMO INOVAÇÃO  
NAS DISCIPLINAS  
DO CURSO DE  
NUTRIÇÃO:  
OPORTUNIDADES  
E DESAFIOS

Renata Carvalho de Oliveira

Raquel Engel

Rafaella Mafra

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

# GAMIFICAÇÃO COMO INOVAÇÃO NAS DISCIPLINAS DO CURSO DE NUTRIÇÃO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Renata Carvalho de Oliveira<sup>1</sup>

Raquel Engel<sup>2</sup>

Rafaella Mafra<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Nutrição.  
E-mail: renata.  
oliveira@uniavan.  
edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Nutrição.  
E-mail: ranquel.engel@  
uniavan.edu.br.

<sup>3</sup> Mestre em Nutrição.  
E-mail: rafaella.mafra@  
uniavan.edu.br.

## RESUMO

Metodologias ativas são recursos didáticos que buscam o protagonismo no estudante e o professor como mediador no estímulo reflexivo. Dentre as diferentes metodologias ativas, a gamificação é considerada uma estratégia que possibilita a construção do conhecimento em um ambiente de jogo. O objetivo do estudo é relatar experiências de aplicação de atividades gamificadas em diferentes disciplinas do curso de graduação em Nutrição, de uma Instituição de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. A motivação para a realização destas experiências veio pelo interesse das professoras em trabalhar com temas da Nutrição de forma ativa e o incentivo da própria instituição. Foram adotadas as gamificações, jogos *on-line*, jogos de tabuleiro, perguntas e respostas em equipes, jogo de palavras (“*stop*”) e “passa e repassa”. Os diferentes jogos foram aplicados em seis disciplinas específicas do curso, aos alunos das terceiras a quintas fases. Como pontos positivos, destaca-se o envolvimento e participação dos alunos, o alcance dos objetivos propostos e a dinâmica das aulas. Como desafio ou pontos a melhorar, tem-se a condução das dinâmicas para turmas acima de 35 alunos, onde nem todos participaram ativamente dos jogos e as atividades poderiam sofrer melhorias. Contudo, apesar de alguns desafios, a aplicação de estratégias de gamificações nas disciplinas do curso mostraram-se eficientes no alcance dos objetivos do processo

ensino-aprendizagem propostos e adequada para o conteúdo das disciplinas, podendo serem mantidas como parte das estratégias pedagógicas utilizadas pelas docentes.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Educação. Jogos. Metodologia ativa. Práticas pedagógicas.

### **GAMIFICATION AS INNOVATION IN NUTRITION SUBJECTS: OPORTUNITIES AND CHALLENGES**

#### **ABSTRACT**

*Active methodologies are didactic resources that seek protagonism in the student and the teacher as a mediator in the reflexive stimulus. Among the different active methodologies, gamification is considered a strategy that allows the construction of knowledge in a game environment. The aim of the study is to report experiences of application of gamified activities in different subjects of Undergraduate Nutrition course at a Higher Education Institution located in Santa Catarina. The motivation for carrying out these experiences came from the teachers' interest in working with Nutrition issues actively and the incentive of the institution itself. Lesson plans for activities were formulated at the beginning of the semester, specifying the purposes of the activities, how to be conducted and how to be evaluated. Gamifications, online games, board games, team questions and answers, wordplay ("stop") and "pass and pass on" were adopted. The different games were applied in six specific subjects of the course, to students from the from third to fifth stages. As positive points, the involvement and participation of students, the achievement of the proposed objectives and the dynamism of the classes stand out. As a challenge or points to improve, there is the conduction of dynamics for classes above 35 students, where not all of them actively participated in the games and the activities could be improved. However, despite some challenges, the application of gamification strategies in the course subjects proved to be efficient in achieving the aims of the proposed teaching-learning process and adequate*

*for the content of the subjects, and can be maintained as part of the pedagogical strategies used by teachers.*

**Keywords:** *Active methodology. Education. Games. Learning. Pedagogical practices.*

## 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o ensino nos cursos da área da saúde, como o de Nutrição, tem sido pautado em metodologias consideradas conservadoras, sendo estas hierarquizadas, mais autoritárias, voltadas para o conhecimento teórico e centradas no professor, o que pode levar ao maior distanciamento na relação professor-aluno (MITRE *et al.* 2008; SANTOS; SOARES, 2011).

A utilização maciça de metodologias na formação dos profissionais da saúde pode prejudicar o processo ensino-aprendizagem, pois pode reduzir o interesse pelo curso e pelos conteúdos abordados, além de preconizar aulas expositivas com pouca participação discente e, geralmente, dissociar os conhecimentos teóricos da aplicação prática e da realidade profissional (SOBRAL; CAMPOS, 2012).

No atual contexto social vivenciado, com o avanço tecnológico, maior acesso à informação e a globalização, faz-se necessário repensar as estratégias de ensino-aprendizagem adotadas pelas instituições de ensino superior, tanto para que haja maior aproximação à realidade social, quanto para motivar alunos e professores a interagirem nas novas redes de conhecimento (MITRE *et al.* 2008; SANTOS; SOARES, 2011).

Ademais, novas práticas pedagógicas são estimuladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, especialmente os da área de saúde, incluindo o curso de Nutrição, ao determinarem que as Instituições de Ensino Superior (IES) promovam estratégias pedagógicas que permitam uma reflexão crítica do aluno sobre a realidade social e a formação de profissionais mais comprometidos e engajados (SOBRAL; CAMPOS, 2012).

Neste sentido, como estratégias pedagógicas diferenciadas, destacam-

-se as metodologias ativas, as quais permitem maior reflexão, maior participação e atuação dos alunos e cuja participação do professor seja como mediador ou facilitador do processo de aprendizagem, ou seja, criando situações, facilitando e estimulando a aprendizagem e não apenas como o transmissor do conhecimento (WALL; PRADO; CARRARO, 2008; VALÉRIO *et al.*, 2019).

Metodologias ativas podem ser definidas como práticas pedagógicas inovadoras de ensino que estimulam um processo de aprendizagem crítico-reflexivo, apresentando caráter dialógico, sendo construídas por aqueles que o fazem, onde todos são sujeitos do processo, mas estando a centralidade no aluno, o qual assume papel mais ativo em seu processo de aprendizagem (LIMBERGER, 2013; BRIGHENTI; BIAVATTI; SOUZA, 2015; PAIVA *et al.*, 2016).

Diferentes metodologias ativas podem ser aplicadas na sala de aula, as quais apresentam o mesmo objetivo, quais sejam, promover a reflexão dos alunos, aproximando-os da realidade social, devendo a escolha da metodologia a ser adotada levar em consideração os objetivos da disciplina, o perfil dos alunos e do próprio professor (SOBRAL; CAMPOS, 2012; LIMBERGER, 2013).

Desta forma, a gamificação é uma metodologia ativa que por sua característica inovadora e dinâmica pode ser aplicada em diferentes contextos na sala de aula, com o objetivo de motivar e estimular os alunos, além de favorecer a aprendizagem (CASTRO; GONÇALVES, 2018).

Trata-se de se utilizar a linguagem interativa de jogos ou *games* (como exemplo, estratégias, narrativas, desafios, pensamentos, cooperação, competição), com o intuito de despertar os alunos a agirem, solucionarem problemas, refletirem sobre conteúdos específicos e estimular a aprendizagem do grupo (FARDO, 2013).

Segundo Magalhães *et al.* (2018), a gamificação, ao ser aplicada em sala de aula nas diferentes áreas do conhecimento, permite recriar a realidade, fazendo que os alunos sejam levados para um ambiente diferenciado e uma abordagem menos convencional sobre um determinado assunto, utilizando-se estímulos audiovisuais e de interação, permitindo redesenhar as atividades cotidianas na sala de aula e as práticas profissionais.

Para utilizar a gamificação, não são necessários jogos digitais, aquisição de jogos prontos, *internet* ou muitas tecnologias, podendo o professor desenvolver sua própria atividade gamificada, de acordo com o objetivo a ser atin-

gido e a temática a ser trabalhada em sala de aula. Como exemplo, jogos *on-line* desenvolvidos em plataformas próprias e jogos de tabuleiro, utilizando-se formatos conhecidos, mas com temática e objetivos próprios (FERNANDES; RIBEIRO, 2018).

Entretanto, a aplicação de atividades gamificadas em cursos de graduação, especialmente na área da saúde, pelo seu caráter mais tecnicista, pode trazer muitos desafios de aplicação que perpassam pela elaboração do material e concepções pedagógicas, como modo de conduzir e aplicar, até por questões estruturais, como as configurações de sala de aula (WALL; PRADO; CARRARO, 2008).

Sendo assim, o problema de pesquisa a ser respondido é: a aplicação da metodologia ativa, atividades gamificadas, pode ser considerada uma estratégia viável de aprendizado para as disciplinas do curso de Nutrição? O objetivo do estudo foi relatar experiências de aplicação de atividades gamificadas em diferentes disciplinas do curso de Nutrição de uma Instituição de Ensino Superior situada no Estado de Santa Catarina.

A motivação para a realização destas atividades gamificadas veio pelo interesse das professoras em trabalhar os conteúdos específicos da Nutrição de forma diferenciada e mais lúdica, que despertasse maior interesse e participação dos alunos, além do incentivo da própria instituição, ao oportunizar treinamentos e espaços para a realização de metodologias ativas.

## 2 DISCUSSÃO TEÓRICA E RELATO DE EXPERIÊNCIA

As disciplinas específicas do curso de Nutrição, as quais foram aplicadas as atividades gamificadas foram: Vigilância Sanitária e Higiene de Alimentos, ofertada na 3ª fase do curso; Nutrição e Saúde Coletiva, Nutrição da Criança e do Adolescente e Técnica Dietética I, ofertadas na 4ª fase; Nutrição Materna e da Mulher e Técnica Dietética II, ofertadas na 5ª fase. As atividades foram desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2018, bem como primeiro semestre de 2019, contando com a participação média de 35 alunos em cada uma das referidas disciplinas, sendo estas de responsabilidade de três professoras nutricionistas.

Neste cenário, foi elaborado um plano de aula que contemplasse a gamificação para os conteúdos a serem trabalhados. Os planos de aula foram elaborados pelas professoras no início dos referidos semestres letivos, apresentando o tipo de atividade (no caso gamificação), o objetivo da aula, o conteúdo, o espaço em que seria aplicado (como exemplo, sala de aula, sala de criatividade ou outro espaço), a descrição da atividade, a duração, o papel do aluno e do professor na atividade proposta, a forma de avaliação da atividade e, por fim, as referências utilizadas.

Conforme Valério *et al.* (2019), o planejamento prévio da atividade a ser conduzida, bem como a preparação do que será enviado previamente aos alunos, pode facilitar a sua execução, permitindo também ajustes durante o processo.

A Tabela 1 apresenta, de forma resumida, as atividades gamificadas realizadas.

Tabela 1 – Atividades gamificadas conduzidas no curso de Nutrição de uma instituição privada de ensino superior. Balneário Camboriú – SC, 2019.

Disciplina	Atividade	Objetivo	Espaço	Duração (horas)	Ferramentas utilizadas	Avaliação
Vigilância Sanitária e Higiene de Alimentos	“Passa e repassa” de boas práticas	Recapitular os tópicos de boas práticas abordados no semestre.	Sala de aula	2	Projeto multimídia, <i>notebook</i> , cartas pergunta de papel, impressão de materiais, <i>slides</i> no <i>Microsoft powerpoint</i> .	Teste final objetivo, em dupla e sem consulta.
Nutrição e Saúde Coletiva	Jogo <i>on-line</i>	Responder perguntas sobre sistemas de saúde em diferentes países.	Sala de aula	1	<i>Smartphone</i> ; conexão à rede de <i>internet</i> .	Ranking de acertos dos alunos. Participação na atividade.

Nutrição da Criança e do Adolescente	Jogo de tabuleiro	Testar jogos desenvolvidos para crianças sobre alimentação saudável.	Sala de criatividade	3	Jogos (tabuleiros, quebra cabeça, semáforo, amarelinha, pares iguais) sobre alimentação saudável confeccionado pelos alunos.	Discussão e avaliação dos jogos. Participação na atividade.
Técnica dietética II	Jogo de palavras ("stop")	Recapitular qualidade nutricional e sensorial de acordo com os grupos de alimentos.	Sala de aula	2	Projeter multimídia, <i>notebook, slides</i> no <i>Microsoft powerpoint</i> .	Discussão no fim de cada rodada. Participação na atividade.
Nutrição Materna e da Mulher	Perguntas e respostas	Responder perguntas sobre fisiologia da gestação.	Sala de criatividade	3	Cartolina, folhas em EVA, canetas hidrográficas	Participação na atividade.
Técnica Dietética II	Perguntas e respostas	Responder perguntas sobre adaptação de receitas para celíacos, alérgicos a ovo e intolerantes a lactose.	Sala de aula	3	Cartas pergunta de papel, impressão de materiais.	Participação na atividade.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Das atividades gamificadas realizadas, a maioria foram jogos em equipes. apenas uma delas foi *on-line* e individual, utilizando *smartphones*. As demais utilizaram materiais impressos ou projeções. Embora seja uma tendência a utilização de dispositivos móveis como ferramenta de gamifica-

ção no campo da educação, esta estratégia pode levar a menor mobilização de interação entre alunos e professores, perdendo-se, portanto, um dos objetivos das atividades gamificadas, quais seja: envolver emocionalmente os indivíduos nas atividades propostas, utilizando-se elementos prazerosos e desafiadores para favorecer a aprendizagem e o engajamento do grupo (FERNANDES; RIBEIRO, 2018).

Além disso, a gamificação não pode ser associada somente a jogos digitais, por seu uso estar associado ao ambiente de jogo, pois existe uma gama de atividades gamificadas que podem ser conduzidas para além dos jogos *online* (GOMES; SILVA, 2018).

As seis atividades gamificadas foram conduzidas, presencialmente, em sua maioria, em sala de aula. Outro espaço utilizado foi a sala de criatividade, a qual foi planejada para a condução de metodologias ativas, porém não é muito adequada para turmas acima de 30 alunos, pela limitação de espaço, como foi o caso de algumas disciplinas.

Quanto à duração, as atividades gamificadas foram conduzidas nas seis disciplinas, em apenas um encontro presencial, variando entre 1 a 3 horas o tempo de execução da atividade, de acordo com os objetivos propostos.

Segundo Fernandes e Ribeiro (2018), por despertarem a atenção e o interesse dos alunos, os jogos são ferramentas que podem ser aplicadas por períodos extensos, desde que se motivem os participantes a atingirem o objetivo da atividade, aproximando também o processo de aprendizagem à realidade dos alunos.

Conforme estes mesmos autores, a utilização da gamificação no processo de ensino-aprendizagem proporciona aos alunos uma forma diferenciada de aprender e adquirir competências e habilidades, de maneira mais dinâmica, participativa e prazerosa, gerando experiências com estímulos emocionais que impactam no processo de aprendizagem.

Em relação às ferramentas utilizadas destaca-se a elaboração de materiais próprios pelas professoras, utilizando-se como referência, jogos conhecidos pelos estudantes, como jogo de palavras, tabuleiro, 'passa e repassa'. Conforme Gomes e Silva (2018), denomina-se gamificação de conteúdo a utilização de elementos ou referências de jogos para transformar um conteúdo teórico em um jogo, criando-se jogos que possam favorecer o processo de

aprendizagem enquanto os alunos jogam.

Como forma de avaliação da aula foram consideradas diferentes estratégias, mas destaca-se a avaliação qualitativa, por meio da participação e atitudes dos alunos durante as atividades realizadas nas diferentes disciplinas.

A avaliação ao final da aplicação de uma metodologia ativa contribui para o processo, mas deve ser menos pontual, mais contínua, qualitativa e preferencialmente diversificada (VALÉRIO *et al.*, 2019).

No decorrer das atividades, além de avaliar os alunos no processo, o professor consegue imediatamente fornecer devolutiva das questões respondidas, o que pode ser fundamental para melhorar concepções ou corrigir interpretações equivocadas (VALENTE, 2014).

De acordo com Gatti (2003), a avaliação das metodologias ativas aplicadas durante a execução das atividades, também permite que o professor obtenha informação contínua sobre o progresso individual de cada um dos alunos. Além disso, permite que o professor faça a avaliação de sua atuação docente, o que favorece redirecionamento das próximas aulas, dos planos de aulas e as estratégias para apresentar conteúdos no seu dia-a-dia.

Assim, durante a realização das atividades gamificadas, evidenciou-se a interação e animação dos alunos com as atividades propostas. Conforme Fernandes e Ribeiro (2018), a gamificação enquanto estratégia pedagógica de ensino, principalmente ao ser aplicada à geração que conhece e entende os conceitos dos jogos, pode apresentar resultados exitosos quanto ao engajamento do grupo, sendo este maior interesse e participação, uma das vantagens das atividades gamificadas sobre outras metodologias ativas.

Relatos similares foram citados por Castro e Gonçalves (2018), ressaltando o caráter inovador das atividades gamificadas. Seu efeito positivo no processo de ensino e aprendizagem, quando aplicado na área da saúde, além de ampliar o interesse dos alunos pela aula, estimula a participação e a interatividade.

Os alunos, em geral, relataram que as atividades gamificadas auxiliaram no aprendizado, além de terem dinamizado as aulas e os estimularem a participarem. Também relataram que conseguiram fixar melhor os conceitos e conteúdos trabalhados por meio destas atividades em equipes, em comparação às aulas tradicionais.

Porém, segundo Valério *et al.* (2019), as metodologias ativas, incluindo a gamificação, podem ser desafiadoras para os alunos, pois estes estão acostumados à passividade e geralmente, mostram-se pouco resilientes.

Desta forma, como pontos positivos, destaca-se o envolvimento e participação dos alunos, o alcance dos objetivos propostos na aula e a dinamicidade das aulas. No entanto, como desafio ou pontos a melhorar, tem-se a condução das dinâmicas para turmas acima de 35 alunos e o fato de nem todos participaram ativamente dos jogos, além de algumas das atividades poderem sofrer melhorias antes das próximas execuções.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das atividades gamificadas permitiu trabalhar conteúdos de diferentes disciplinas específicas do curso de Nutrição, muitas vezes considerados teóricos e pouco atrativos, em aulas mais dinâmicas e participativas.

Como toda metodologia ativa, foi necessário um bom planejamento prévio para as atividades gamificadas, porém considerou-se que estas foram de simples aplicação, não requerendo instrumentos nem espaços muito diferenciados, mesmo havendo um número elevado de alunos, foi possível conduzi-la em salas de aula tradicionais, mas mantendo o interesse e motivação dos alunos.

Os resultados mostraram-se satisfatórios, demonstrando que essa metodologia pode ser utilizada como uma estratégia viável de aprendizado para diferentes disciplinas do curso de Nutrição. As experiências de gamificação foram consideradas positivas, tanto para os alunos que expressaram suas opiniões voluntárias ao final das aulas, quanto para as professoras ao realizarem a avaliação dos alunos e concluírem que os objetivos das aulas foram alcançados.

A maior dificuldade, relatada na maioria das atividades conduzidas, foi o elevado número de alunos envolvidos nestas, pois demandou maior empenho para conseguir mantê-los estimulados a participar nas atividades propostas.

Do ponto de vista das professoras, o papel de mediadora da atividade foi considerado, pelas três docentes, como bastante desafiante, pois era preciso manter os alunos motivados e estimulados à participação, valorizando suas individualidades e, ao mesmo tempo, avaliando-os durante o processo.

A experiência vivenciada pelas docentes também permitiu uma reflexão e reconstrução das práticas pedagógicas, requerendo maior aprofundamento do conhecimento de metodologias ativas, gamificação e mudanças de paradigmas.

Sendo assim, apesar de alguns desafios, a aplicação de estratégias de gamificação nas disciplinas do curso de Nutrição mostraram-se eficientes no alcance dos objetivos do processo ensino-aprendizagem propostos e bastante adequada para o conteúdo das disciplinas, podendo ser mantidas como parte das estratégias pedagógicas utilizadas pelas docentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGHENTI, Josiane; BLAVATTI, Vânia Tanira; SOUZA, Taciana Rodrigues de. Metodologias de ensino-aprendizagem: uma abordagem sob a percepção dos alunos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.8, n.3, p. 281-304, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n3p281>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CASTRO, Talita Candida; GONÇALVES, Luciana Schleder. Uso de gamificação para o ensino de informática em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 3, p. 1038-1045, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000301038&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000301038&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 01 set. 2019.

FARDO, Marcelo. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. **Revista Renove - Novas tecnologias na educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/41629/26409>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

FERNANDES, Carlos Wilson Ribeiro; RIBEIRO, Erick Luiz Pereira. Games, gamificação e o cenário educacional brasileiro. **CIET:EnPED**, [S.l.], 2018. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/344>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GATTI, Bernadete A. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 97-114, 2003. Disponível em: <<http://publica->

coes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2179>. Acesso em: 04 set. 2019.

GOMES, Marcelo dos Santos; SILVA, Maria José Ferreira. Gamificação: uma estratégia didática fundamentada pela perspectiva da teoria das situações didáticas. **Horizontes – Revista de Educação**, v. 6, n. 11, p. 18-30, 2018. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/8398/4846>>. Acesso em: 04 set. 2019.

LIMBERGER, Jane Beatriz. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem para educação farmacêutica: um relato de experiência. **Interface Comunicação Saúde Educação**, v.17, n.47, p.969-975, 2013. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-2832013000400020&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-2832013000400020&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MAGALHÃES, YONARA C. et al. Contribuições para a educação ambiental utilizando a gamificação na aprendizagem da coleta seletiva. **Revista Projeção e Docência**, v.9, n.2, p.94, 2018. Disponível em: < <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/1123/1029>> . Acesso em: 01 set. 2019.

MITRE, Sandra Minardi et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, suppl.2, pp.2133-2144, 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232008000900018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018)>. Acesso em: 03 set. 2019.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE**, Sobral, v.15, n.2, p.145-153, 2016. Disponível em: < <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SANTOS, Cenilza Pereira dos; SOARES, Sandra Regina. Aprendizagem e relação professor-aluno na universidade: duas faces da mesma moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.22, n.49, p.353-370, 2011. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1641/1641.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SOBRAL, Fernanda Ribeiro; CAMPOS, Claudinei José Gomes. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.46, n.1, p.208-218, 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342012000100028&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342012000100028&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VALENTE, José Armando. Blended Learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, n.4, p.79-97, 2014. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000800079&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000800079&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VALÉRIO, Marcelo; et al. A sala de aula invertida na universidade pública Brasileira: evidências da prática em uma licenciatura em ciências exatas. **Revista Thema**, [s. l.], n. 1, p. 195, 2019. Disponível em: < <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1159>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

WALL, Marilene Loewn; PRADO, Marta Lenise; CARRARO, Telma Elisa. A experiência de realizar um estágio docência aplicando metodologias ativas. **Acta Paulista de Enfermagem**, Curitiba, n.21, v.3, p.515-519, 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000300022&script=sci\\_abstract&tln-g=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000300022&script=sci_abstract&tln-g=pt)> . Acesso em: 10 jul. 2019.



# MORAL E ÉTICA COMO CRITÉRIOS DE DECISÕES JUDICIAIS

Louise Cristina Gonzaga Oliani  
Lívia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira

REVISTA CIENTÍFICA  

---

SOPHIA

# MORAL E ÉTICA COMO CRITÉRIOS DE DECISÕES JUDICIAIS

Louise Cristina Gonzaga Oliani<sup>1</sup>

Lívia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Direito,  
Especialista em Direito  
Constitucional. E-mail:  
Louise.gonzaga@  
uniavan.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada em Direito  
pela FURB, Especialista  
em Ciências Criminais  
e Mestre em Direito.  
E-mail: liciasolana@  
tjsc.jus.br.

## RESUMO

O presente artigo tem como objeto geral a pesquisa do emprego da Ética e da Moral como critérios de prolatação de decisões judiciais. Para tanto, iniciou-se a pesquisa analisando os entendimentos jusnaturalistas que, em suma, baseavam-se na ideia de que era possível encontrar elementos morais na própria natureza e utilizar-se deles para fins de prefixação de preceitos legais e até mesmo base para decisões jurídicas. Em outra ponta da discussão acerca do direito e da aplicação da moral e da ética, encontram-se os juspositivistas, corrente de pensamento autônoma (destacada inclusive da corrente filosófica do Positivismo), que defende a predominância das leis, em total dissonância ao direito natural. Por derradeiro, a pesquisa voltou-se à discussão sobre o pós-positivismo jurídico, que pode ser considerado como um pensamento jusfilosófico que entra em cena com a intenção de colocar limites valorativos ao aplicador do Direito e, nesta seara, o Direito passa a ser visto de forma menos dogmática e a ser compreendido como objeto cultural, contrapondo-se à neutralidade e ao método empírico-indutivo da exatidão da ciência, inserindo valores éticos indispensáveis para a proteção da dignidade humana. E, com base na hermenêutica, conclui-se que o juiz atual se valha das influências da Moral e da Ética como meio de fundamentar suas decisões e, conseqüentemente, concretizar seu papel de aplicador das leis para o objetivo maior de concretizar a Justiça tão almejada pela sociedade.

**Palavras-chave:** Ética. Decisões Judiciais. Moral.

## **MORAL AND ETHICS AS CRITERIA FOR JUDICIAL DECISIONS**

### **ABSTRACT**

*The object of this article is the research on the use of ethics and morals as criteria for the proliferation of judicial decisions. To this end, the research began by analyzing the jusnaturalist understandings that, in short, were based on the idea that it was possible to find moral elements in their own nature and use them for the purpose of prefixing legal precepts and even basis for legal decisions. At the other end of the discussion about the law and the application of morals and ethics are the juspositivists, an autonomous current of thought (even detached from the philosophical current of Positivism), which defends the predominance of laws in total dissonance with natural law. Finally, the research turned to the discussion about legal post-positivism, which can be considered as a jusphilosophical thought that comes into the scene with the intention of placing value limits on the applicator of law and, in this area, the law becomes viewed less dogmatically and to be understood as a cultural object, as opposed to neutrality and the empirical-inductive method of the accuracy of science, inserting indispensable ethical values for the protection of human dignity. And, based on hermeneutics, it is concluded that the current judge makes use of the influences of Moral and Ethics as a means to substantiate his decisions and, consequently, to fulfill his role as law enforcer for the greater goal of realizing society's longed for Justice.*

**Keywords:** Ethics. Judicial Decisions. Moral.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente texto tem como objetivo o estudo da possibilidade da utilização da Moral e da Ética como critérios de decisões judiciais, pesquisando a relação entre a Ética e a Moral e a abordagem efetivada pelos jusnaturalistas,

juspositivistas e pós-positivistas.

O texto foi dividido em três seções, sendo que a primeira trata do Direito e Moral à luz das reflexões jusnaturalistas e juspositivistas, abordando o posicionamento de cada uma das correntes jusfilosóficas. A segunda seção aborda o Direito e a Moral sob a ótica dos pós-positivistas, percorrendo, brevemente, acerca do histórico do pós-positivismo e analisando os ensinamentos de Dworkin e Lênio Streck ao Direito atual. A terceira e última seção aborda considerações sobre Moral e Ética como critério de decisões judiciais, fazendo breve menção à separação de poderes, função do Poder Judiciário e a figura do julgador. Nesta ótica, conceitua-se a Ética e a Moral e realiza-se um paralelo com a aplicação de ambas nos casos apresentados aos magistrados.

Realizou-se a pesquisa com base na seguinte questão-problema: a Ética e a Moral podem influenciar o critério de aplicabilidade do Ordenamento Jurídico nos casos concretos apresentados ao Poder Judiciário?

A pesquisa se encerra com as considerações finais, na qual se destaca as nuances que envolvem a questão-problema desenvolvida no artigo, seguido da estimulação à continuidade das reflexões acadêmicas acerca do tema.

## 2 O PODER JUDICIÁRIO E A FIGURA DO JULGADOR

Difundiou-se a tripartição dos poderes da República, os quais se comunicam de forma harmônica e autônoma, tal como prescreve o art. 2º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, *ipsis litteris*: “art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Tal modelo foi, inicialmente, esboçado por Aristóteles, em sua obra “A Política” e repensando e difundido por Locke e Montesquieu, conforme preleciona Alexandre de Moraes (2007, p. 385):

A divisão segundo o critério funcional é a célebre “separação de poderes”, que consiste em distinguir três funções estatais, quais sejam, legislação, administração e jurisdição, que devem ser atribuídas a três órgãos autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade, foi esboçada pela primeira vez por Aristóteles, na obra “Política”, detalhada posteriormente, por John Locke, no Segundo Tratado de Governo Civil,

que também reconheceu três funções distintas, entre elas a executiva, consistente em aplicar a força pública no interno, para assegurar a ordem e o direito, e a federativa, consistente em manter relações com outros Estados, especialmente por meio de alianças. E, finalmente, consagrada na obra de Montesquieu O Espírito das Leis, a quem devemos a divisão e distribuição clássicas, tornando-se princípio fundamental da organização política liberal e transformando-se em dogma pelo art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e é prevista no art. 2º de nossa Constituição Federal.

Segundo Montesquieu (2000, p. 43):

Estaria tudo perdido se um mesmo homem, ou um mesmo corpo de principais ou nobres, ou do Povo, exercesse esses três poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares.

Todos os referidos autores contribuíram de forma cautelosa e importante para o sistema existente nos dias de hoje e contemplado no Ordenamento Jurídico.

Destaca-se as palavras de Volnei Ivo Carlin (2007, p. 65):

Na verdade, os três poderes foram reconhecidos como representantes da expressão estatal na realização de suas funções. Com isto, garantiram-se mais liberdades e, especialmente, uma maior segurança para a Justiça, embora o peso da Administração, compreendido como parcela do Executivo e sua acentuada tendência ao autoritarismo e sua completa autonomia, faz recair sobre as liberdades e os direitos do cidadão uma ameaça permanente. A exemplo de muitos países, a instituição de *Médateur* ajudou a resolver estas questões.

É importante destacar uma certa relatividade em tal separação, posto que todos os três poderes, em algum momento, desenvolvem as funções de administrar, legislar e decidir – mesmo que seja administrativamente.

Enfatiza-se que os três poderes possuem igual importância, contudo, para a pesquisa enfrentada, passar-se-á a analisar as nuances esteadas pelo Poder Judiciário e seus julgadores.

O poder Judiciário é formado pelo Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Fe-

derais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios (Art. 92, CF).

O Poder Judiciário é um conjunto de elementos pessoais e materiais inter-relacionados, que tem a finalidade específica de assegurar o desempenho da função jurisdicional do Estado. Da mesma maneira como o Poder Legislativo e o Poder Executivo são as organizações que asseguram o desempenho das funções legislativa e administrativa, o Judiciário assegura a função jurisdicional (CINTRA, et. al 2005, p. 166).

E, de fato, sua missão primordial é interpretar e aplicar as leis elaboradas pelo Poder Legislativo e promulgadas pelo Poder Executivo, a contento dos litígios enfrentados entre os cidadãos ou entre os cidadãos e o Estado. A promoção da Justiça é uma das bandeiras difundidas pelo Judiciário.

Destacam Antônio Carlos de Araújo Cintra et. al (2005, p. 166) que:

O Poder Judiciário é uno, assim como una é a sua função precípua – a jurisdição – por apresentar sempre o mesmo conteúdo e a mesma finalidade. Por outro lado, a eficácia espacial da lei a ser aplicada pelo Judiciário deve coincidir em princípio com os limites espaciais da competência deste, em obediência ao princípio de *una lex, una jurisdictio*. Daí decorre a unidade funcional do Poder Judiciário.

E, neste viés, a figura do juiz é o meio pelo qual se movimenta a máquina do Judiciário, eis que este dá a feição subjetiva – humana – à aplicação do Direito e à função do Judiciário.

Aristóteles (2004, p. 198-199), em sua obra “A Política”, sabidamente, enfatiza que:

Entre as funções públicas, existem algumas inteiramente políticas, por causa de uma ordem especial dos fatos, e que se estendem sobre todo o corpo dos cidadãos, como faz o general do exército na época de guerra – ou então somente sobre uma parcela dos cidadãos, com as funções de inspetor de mulheres ou de infantes. Existem outras atribuições referentes à economia, pois muitas vezes escolhem-se subordinados para o controle do trigo. Por fim, o Estado possui cargos inteiramente servis, e quando ele é dotado de recursos são os servos que se incumbem dele. Especialmente, para falar de maneira absoluta, apenas devem ser chamadas de magistraturas as funções que conferem o direito de resolver sobre determinados assuntos, julgar e mandar; este último ponto, especialmente, é o que mais caracteriza a autoridade. Aliás, isso não tem

nenhum significado, por assim dizer, no uso comum; pois não existe um exato acordo quanto ao sentido que é preciso conferir à palavra magistrado, porém a sua real significação pode ser tema de qualquer pesquisa mais ampla.

Como bem pontua o autor, o magistrado possui a função de resolver os conflitos, julgar e mandar – o que lhe implica a característica de autoridade superior.

A questão enfrentada a partir da referida afirmação é se o exercício da jurisdição – pelos magistrados – é um poder ou uma função. Enfatiza-se que a questão encontra inúmeros posicionamentos especialmente entre os constitucionalistas.

Citados por Carlin (2007), fica claro que para Jean-Marc Varaut, a função judiciária é função política e o ato de julgar é um ato político. Já o professor Perrot (apud CARLIN, 2007) esclarece que o juiz francês exerce uma função independente e Jean-Denis Bredin, por sua vez, induz que a separação dos poderes visava, tão somente, a separação dos poderes, acrescentando que nem Locke, nem Montesquieu defenderam a dependência da Justiça, assim o poder do juiz parece sem limite.

A questão é controversa, sendo que a maioria dos estudiosos do assunto afirma que, historicamente, o Executivo e Legislativo são funções políticas, enquanto o Judiciário não exerceria tal função, pois não possui o condão de interferir nas decisões dos demais poderes quando estas decisões fossem exclusivamente políticas.

Entrementes, é inevitável que a verificação de que todas as decisões são manifestações do poder político e, portanto, função política.

E, neste viés, a relação entre a política e a justiça constitui a identidade da magistratura contemporânea, devendo o juiz, no exercício das relações políticas, distanciar-se daquelas ações de natureza partidária, restando o exercício da dimensão ético-profissional no cotidiano do Judiciário.

No que tange à imagem do julgador, importante mencionar que os critérios de excelência profissional são múltiplos, posto que, em regra, inúmeras questões ético-jurídicas surgem quando os objetivos da instituição entram em choque.

E, obviamente, que o recrutamento judiciário, as iniciações familiares,

além dos dados da corporação, ajudam a constituir uma imagem positiva do juiz, acrescentando os valores extraídos de noções de direito e do justo.

Aliás, neste pensar, Volnei Ivo Carlin (2007, p. 101) afirma que:

Na lógica do Sistema Judiciário envolvido, o juiz vai revelar-se, fundamentalmente, entre o relativo e o absoluto; a estagnação e a mudança, o rigor e o laxismo; a competência e a inoperância, a independência e a submissão ou aderência pura e simples, do princípio do *who's who*, do qual muitos, infelizmente, gostam de fazer prova.

Na consciência popular, por último, a imagem ideal secular e perfeitamente enraizada, consiste na opinião de que o protótipo de juiz é aquele que guia sua ação segundo bases éticas sólidas.

De fato, a explosão judiciária – grande quantidade de processos em curso – interfere de forma pontual na identidade de cada profissional (jugador), já que ao mesmo tempo em que se pede ao juiz que seja cauteloso, imparcial e comprometido com a sociedade, solicita-se que seja rápido e responda aos problemas individuais jurisdicionais, mesmo diante da contradição ou lacuna das leis.

E é exatamente neste ponto em que se aclama pela aplicação, clarividente, da Ética e da Moral, viabilizando a concretude da Justiça dentro dos padrões almejados pela função jurisdicional.

### 3 ÉTICA E MORAL

Antes de mais nada, interessante conceituar ambos os enfoques da pesquisa.

O vocábulo *ethica* foi, fundamentalmente, empregado na análise do comportamento humano, surgindo, em fase ulterior, intimamente ligada ao comportamento moral e, em seu interior, jurídico.

Atualmente, pode-se afirmar que são dois os significados conferidos ao vocábulo: um relaciona-se com a ciência do direito e a doutrina moral; o outro refere-se aos atos humanos e às normas que constituem determinado sistema de conduta moral.

A Ética, segundo Zanon (2014, p. 18), consiste no conjunto de “Parâ-

metros valorativos convergentes em determinado grupo de pessoas ou comunidade individualmente identificável, de modo a orientar e delimitar as deliberações tomadas perante o agrupamento”.

Dimitri Dimoulis e Écio Oto Duarte (2008, p. 445) a conceituam como “[...] conjunto dos melhores princípios, valores e imperativos sobre a conduta humana, após ter realizado pesquisas históricas e apresentado argumentos filosóficos”. Entretanto, tal emprego é um tanto peculiar, posto que parâmetros que se prevalecem em determinados grupos podem não ser os aceitos em um outro, tal como acontece em uma sociedade democrática e civilizada.

O fato é que a ética não possui caráter legal. Pelo contrário, traduz-se ao dever de respeito às regras de conduta não sancionadas por outras normas. “Não é direito, não é deontologia e não é moral, portanto” (CARLIN, 2007, p. 44).

A *ethiké* consiste, portanto, na conduta profissional, construída a partir da confirmação de valores e da prática de técnicas. Aqui, importante ressaltar que a ética não se confunde com o direito, posto que este consubstancia conjunto de regras obrigatórias para que todos possam viver em sociedade e serem sancionados em caso de transgressão.

Portanto, não seria equivocado afirmar que a ética é muito maior, no sentido de amplitude, do que o direito. Refere-se ao interrogatório à própria consciência valorativa e à identidade profissional ou pessoal.

Neste sentido, colhe-se do artigo *Moral, Ética e Direito*, desenvolvido pelo professor Zanon (2014, p. 23), que:

A fixação destas margens de convergência acerca dos parâmetros morais denota o nascimento da Ética, que está relacionada com os valores predominantes para determinado grupo social, de modo consensual ou mesmo autoritário, cuja aferição é muito mais fácil em razão da projeção comunicativa proporcionada pela difusão de tal apreciação axiológica dentro do grupo e perante aqueles que com eles se relacionam.

Assim, a Ética, apesar de ser mais irradiada do que a Moral, não reflete um caráter absoluto e universalista, embora existam estudiosos e políticos esforçando-se para promover o compartilhamento de conjunto de valores, de modo a otimizar a relação harmônica entre os povos da Terra (Ética mundial) (KELSEN, 1991).

A Moral, por sua vez, apresenta-se como uma escala de valores de cada

pessoa, voltada ao que é considerado certo ou errado (justo ou injusto), de modo a direcionar a tomada de decisões.

Hans Kelsen (1991), sobre o caráter da Moral, enfatiza que se trata de normas que direcionam a conduta de um homem em face do outro ou de si mesmo – como as normas que proíbem o suicídio, por exemplo.

A Moral tem uma tendência a ser diferente em relação a cada pessoa, variando no espaço de tempo, de acordo com a aquisição (ou perda) de conhecimento, estado emocional ou psicológica.

E é exatamente neste ponto que se deve acrescentar:

Se do ponto de vista de um conhecimento científico, se rejeita o suposto de valores absolutos em geral e de um valor moral absoluto em particular – pois um valor absoluto apenas pode ser admitido com base numa crença religiosa de autoridade absoluta e transcendente de uma divindade – e se aceita, por isso, que desse ponto de vista não há uma Moral absoluta, isto é, que seja a única válida, excluindo a possibilidade de validade de qualquer outra; se se nega que o que é bom e justo de conformidade com uma ordem moral é bom e justo em todas as circunstâncias, e o que segundo esta ordem moral é mau em todas as circunstâncias (KELSEN, 1991, p. 69).

Importante enfatizar que se concebe em determinadas épocas, diferentes povos e categorias, classes e profissões, sistemas morais muito diferente um dos outros – inclusive contraditórios, demonstrando o caráter totalmente relativo das normas morais, como nomina Kelsen (1991).

Vislumbra-se, com toda a evidência, que Ética e Moral não se confundem, embora sejam muitas vezes empregadas como sinônimos. A Moral revela a apreciação individual dos fatos, desenvolvendo as ideias sobre o que é certo e o que é errado, enquanto a Ética implica a inserção de certos ‘parâmetros de correção’ para determinados grupos.

A diferença entre os dois conceitos repousa no fato de que a Moral se refere ao indivíduo e a Ética sobre os pontos comuns que são preponderantes para a convivência das pessoas (ZANON, 2014). Efetivamente, ambas influenciam a tomada de decisões das pessoas.

A exemplo disso, urge transcrever que:

Não é incomum que uma pessoa, ao subtrair indevidamente os pertences de outra, entenda que sua conduta é moralmente inadequada,

pois contraria àquilo que entende como valioso, e ainda eticamente reprovável, porquanto incompatível com os ditames compartilhados intersubjetivamente em comunidade, embora mesmo assim proceda por crer, por exemplo, que não será descoberta nem punida (ZANON, 2014, p. 16).

Conclui-se, portanto, que a Moral e a Ética influenciam e direcionam a tomada de decisões e a vivência em sociedade. Contudo, surge a interrogação: Qual é a influência de ambas no mundo jurídico, especialmente na tomada de decisões judiciais? Ponto este que será objeto de debate na próxima seção.

#### 4 MORAL E ÉTICA COMO CRITÉRIOS DE DECISÕES JUDICIAIS

Como já mencionado, o Poder Judiciário, cuja função é aplicação das leis, tem sua finalidade desenvolvida por pessoas selecionadas por meio de concursos públicos, cuja atividade a ser desenvolvida será a resolução de casos concretos com base na produção legislativa.

A total independência da função do Judiciário é inerente a um princípio essencial, consistente no fato de o juiz decidir em conformidade com sua consciência e em respeito ao direito, sem qualquer pressão interna ou externa. Isso porque, do contrário, o julgador estaria atrelado a esferas de hierarquia que poderiam influenciar e atrapalhar a ideia de aplicação imparcial da legislação.

Justamente por causa desta possibilidade de decidir de acordo com sua consciência é que se tem espaço para a possibilidade da aplicação da Moral e da Ética como critério de seleção do que é mais acertado ou menos, efetivando a ideia da concretização da Justiça.

Por certo é que “[...] a ética é uma exigência necessária a qualquer atividade humana, máxime quando vai de encontro à tomada de decisões que repercutem nos interesses de outra pessoa ou da coletividade” (CARLIN, 2007, p. 52). E, sob o enfoque da Justiça, seus reflexos poderão ajudar os juízes a compreender suas atitudes e reações, especialmente diante dos casos a serem resolvidos no dia a dia.

Obviamente, quando se pontua sobre a influência da Moral e da Ética na tomada de decisão (seja por meio da escolha da regra jurídica a ser aplicada, da analogia a ser realizada ao caso concreto ou da interpretação extensiva da letra da lei), não se está afirmando que sejam causas sobrenaturais que influenciam a respectiva conduta, pelo contrário, se trata de uma exteriorização da atividade avaliativa de cada ser-julgador.

Com bem pontuou Kelsen (1991), as regras jurídicas constituem o núcleo das regras morais e, obviamente, as regras morais – incluindo-se a ética nesta categoria – podem influenciar tanto o núcleo do direito, quanto à ótica de sua aplicação para fins de resolver o caso analisado.

Em outra perspectiva, as regras jurídicas são assemelhadas com as morais e, praticamente acopladas uma a outra, mostrando-se quase impossível criar e interpretar o direito sem levar em consideração a moral e a ética.

Exatamente com esta possibilidade em mente, é que o Desembargador Volnei Ivo Carlin (2007, p. 93-94) faz a seguinte indagação em sua obra *Deontologia Jurídica*: “Como resolver, no funcionamento da instituição jurisdicional, estas querelas profissionais quando elas repercutem na atmosfera interna e externa da justiça?”

É necessário que se tenha em mente que, a uma, o juiz não pode ser taxado como sendo exclusivamente a ‘boca da lei’ – *bouche de la loi* –, eis que assim fosse não seria necessário a figura do julgador dentro do sistema do Estado, com a incumbência de considerar as peculiaridades de cada fato apresentado a fim de proferir a decisão que pareça ser mais acertada ao caso concreto, baseando-se, é claro, na legislação em vigência. E, a dois, que o Direito não comporta subjetividade extrema ou envaidecida. É necessário que se tenha em mente a aplicação conjunta da lei e dos sentidos para os quais permitiu-se que fosse acoplada pelo Ordenamento Jurídico.

Em síntese, a Moral reflete os valores de cada pessoa, enquanto a Ética consiste nos valores de determinado grupo de pessoas ou comunidade – e os julgadores, que não são seres alienados ao preconceito do que é certo ou errado, obviamente, se fazem influenciar pelos próprios dogmas pessoais na escolha dos critérios que possam efetivamente fundamentar a prolatação de sua decisão, realizando, de certa forma, a Justiça pretendida com a aplicação dos valores éticos e morais. Conclui-se, nesta esteira, que

tanto a Moral como a Ética são sopesadas pelo julgador diante de cada caso concreto, que tenta adequá-las à aplicação do Ordenamento Jurídico para confecção da Decisão Jurídica.

Efetivamente, o Direito é uma especialização da Ética, no sentido de fixar no nível estatal os padrões decisórios a serem observados em sociedade, ou seja, um passo adiante da Ética, pois permite a articulação da própria sociedade com o Estado.

Jurgen Habermas, citado por Orlando Zanon (2014, p. 24-25) assevera que:

As instituições jurídicas distinguem-se de ordens institucionais naturais através do seu elevado grau de racionalidade; pois nelas, se incorpora um sistema de saber mantido dogmaticamente, isto é, articulado, trazido para um nível científico e interligado com uma moral conduzida por princípios.

Isso porque as ordens de conduta se derivam uma das outras, partindo da moralidade, passando pela eticidade e chegando, por fim, à juridicidade. E, portanto, mostram-se reciprocamente condicionantes e voltadas ao direcionamento das decisões em sociedade.

Por derradeiro, torna-se evidente que a Moral e a Ética influenciam o juiz não só no momento do julgamento daquele caso em evidência, mas também no momento da confecção do texto normativo (legislativo) e da promulgação dos termos da lei (executivo), refletindo nas decisões judiciais e na concretização da Justiça.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo fundamental examinar a utilização da Moral e da Ética como critérios da Decisão Judicial.

Efetivamente, conceituando Moral e Ética, afirma-se que aquela reflete os valores de cada pessoa, enquanto esta consiste nos valores de determinado grupo de pessoas ou comunidade.

E, neste diapasão, indaga-se até qual ponto o julgador, ao confeccionar sua decisão, aplica ambos os critérios para fins de efetivação do Direito diante do caso concreto? Obviamente, é de se ressaltar que o juiz, sem afastar a seguridade jurídica, mas fazendo-se valer de suas prerrogativas de autono-

mia e livre convencimento motivado, é influenciado por dogmas pessoais (e inclusive sociais) na escolha dos critérios que possam efetivamente fundamentar suas decisões, realizando, de certa forma, a Justiça pretendida com a aplicação dos valores éticos e morais.

Assim, torna-se cristalino que tanto a Moral como a Ética são sopesadas pelo julgador diante de cada caso, com o intuito de adequação do Ordenamento Jurídico e da ideia de Justiça.

Com efeito, o Direito é uma especialização da Ética, no sentido de fixar no nível estatal os padrões decisórios a serem observados em sociedade, isso porque as ordens de conduta se derivam uma das outras, originando a juridicidade.

Nem é preciso ressaltar que a Moral e a Ética se fazem presentes muito antes da possibilidade da aplicação do Direito. Elas constituem, inclusive, a fase de escolha das regras que irão compor o Ordenamento Jurídico vigente e, neste trilhar, parecem óbvios os reflexos que irão repercutir nas decisões judiciais e na concretização da Justiça.

Enfim, as conclusões de cunho filosóficas lançadas no trabalho, confirmam a ideia de que a Ética e a Moral podem influenciar o critério de aplicabilidade do Ordenamento Jurídico nos casos concretos apresentados ao Poder Judiciário. E, neste pensar, a presente pesquisa lança, ao menos, o desafio de novos debates e reflexões sobre o tema, buscando a concreta ideia de decisões judiciais justas e legais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARLIN, Volnei Ivo. **Deontologia jurídica: Ética e Justiça**, 4<sup>a</sup> ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et al. **Teoria geral do processo**. 21<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

DIMOULIS, Dimitri. DUARTE, Écio Oto. **Teoria do direito neoconstitucional: su-**

peração ou reconstrução do positivismo jurídico. São Paulo: Método, 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. Introdução, trad. e notas de Pedro Vieira Mota. 7ª ed. São Paulo. Saraiva: 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZANON, Orlando Luiz Júnior. **Moral, ética e direito**. Florianópolis: Revista da ES-MESC, 2014.





# "PAI É QUEM CRIA": A IMPORTÂNCIA DA FIGURA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS

Maísa Hodecker

Ana Paula Piva Hostins

Maurício Hostins Junior

Jeisa Benevenuti

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

servacionais para investigar as consequências na vida de filhos de pais ausentes e pais engajados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento infantil. Família. Função paterna. Psicanálise. Relação pai-filho.

**“FATHER IS WHO CREATES”: THE IMPORTANCE OF THE FATHER  
FIGURE IN THE DEVELOPMENT OF CHILDRENS**

**ABSTRACT**

*It is scientifically proven that the father is one of the most important figures during the development of children. This study aimed to analyze the scientific production in the national literature published between 2013 and 2018 about the parent-child relationship and its importance in child development according to psychoanalysis. An integrative review was performed in the databases BVS-Psi (= 87), SciELO (= 04), Pepsic (= 0), LILACS (= 70), Capes Periodicals (= 310) from the terms “importance of parent relationship” son ”and“ father figure and development ”. In Google Scholar (= 362) the search was performed using the keywords: Parental Function; Parent-Child Relationship; Child Development; Family; Psychoanalysis. Studies allow that the role of the father has been transformed over the years from provider to more active parenting. Studies indicate that the mother still occupies the most important role in raising children, precisely because she is the most present figure during her development and for controlling the father’s participation. The father enables the child to build a unique personality, disunited from that with the mother. It was evidenced that the father will be responsible for offering security, affection, advice, teachings, helping to develop cognitive, intellectual, affective, social skills, among others. In addition, the father’s role is strongly linked to the transmission of values, beliefs, assumptions, passed from father to new father to son. It is suggested comparative research that enters the theme with observational instruments and methods to investigate the*

1 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maisa\_hodecker@hotmail.com.

2 Psicóloga e graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: appiva@terra.com.br.

3 Psicólogo graduado pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: myrand@terra.com.br.

4 Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jeisapsico@gmail.com.

*consequences in the life of children of absent parents and engaged parents.*

**Keywords:** *Child development. Family. Parental function. Psychoanalysis. Parent-child relationship.*

## 1 INTRODUÇÃO

A experiência, assim como a própria concepção da paternidade, tem sido modificada decorrente das transformações na sociedade, cultura, tecnologia e industrialização. A própria família como um todo sofreu grandes modificações em relação aos papéis sociais desempenhados por cada integrante. O pai dos séculos XVII e XVIII era visto como o provedor da família, o encarregado de trabalhar e promover o sustento da casa. Com o surgimento da industrialização e urbanização do século XIX, o pai de família passou a trabalhar em fazendas perto da residência, com altas cargas horárias e mantendo contato com a família via telefone. Assim, no século XIX começa a haver uma drástica diminuição da participação dos pais na criação dos filhos, passando para a mãe toda ou grande parte das responsabilidades que isso acarreta na família (SANTOS; ANGONESE, 2016).

Com o advento do novo modelo econômico industrial, aliado com a consolidação do movimento feminista, em 1970 houveram constantes reflexões e discussões acerca das desigualdades de gênero, surgimento de métodos contraceptivos e ascensão da mulher no mercado de trabalho. O pai foi obrigado a estar mais presente no âmbito familiar e, como consequência, participar mais ativamente do processo de desenvolvimento dos filhos. Dessa forma, as mulheres passaram a ocupar espaço no trabalho, antes encarregadas exclusivamente dos serviços domésticos e cuidados com os filhos, e isso acarretou os pais ocuparem um espaço antes inatingível devido a exclusiva dedicação ao trabalho, isto é, o espaço da família e tarefas domésticas. A essa divisão de responsabilidade pela criação dos filhos dá-se o nome de pai co-genitor (GONÇALVES; BOTTOLI, 2016).

Espera-se que este pai seja capaz de proteger, cuidar, brincar, ensinar valores, instruir e demonstrar afeto pelo filho. Além disso, que desempenhe funções domésticas, não necessariamente na mesma proporção que a mãe, mas esteja envolvido com o contexto familiar e suas respectivas funções (GONÇALVES et al., 2013). A partir disso, com o surgimento de novos papéis na família, toda a dinâmica e organização familiar sofreu mudanças, aumentando as famílias recasadas e monoparentais.

Devido aos fatores supracitados e a tantos outros, enfatiza-se a importância de pesquisas que busquem analisar e compreender a dinâmica familiar e, mais especificamente, a interação pai-filho (GONÇALVES; BOTTOLI, 2016). Cia, Williams e Aiello (2005) salientam que raramente são encontrados estudos no que tange à compreensão e observação da paternidade e da relação pai-filho, pois, em sua maioria, os estudos e pesquisas atuais voltam-se ao desenvolvimento da criança, exclusivamente, ou na díade mãe-filho. Tendo como base, como mencionado acima, que são raramente encontrados estudos sobre a temática da mediação paterna, a relação pai-filho e suas influências no desenvolvimento, surgiu o interesse em realizar tal pesquisa para fornecer subsídios a profissionais-acadêmicos e demais indivíduos interessados no assunto (PARENTI; COSTA; ABECHÉ, 2017).

Estes fatos somam-se ao grande valor científico que uma revisão de literatura pode ofertar já que fornece, de modo sistemático, um conjunto de informações estruturadas e organizadas sobre um tema emergente. A revisão de literatura possibilita que um aglomerado de informações se torne uma discussão, constituída de pressupostos teóricos, investigações, diversos métodos de pesquisa, técnicas de intervenção, ideias e contrapontos que, unidos, formam uma pesquisa única (VIEIRA et al., 2014).

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a produção científica na literatura nacional indexada, entre 2013 e 2018, de estudos empíricos que descreviam o relacionamento pai-filho e sua importância no desenvolvimento infantil. Como objetivos específicos buscou-se compreender o papel do pai no desenvolvimento do filho e investigar as principais contribuições que a participação efetiva do pai acarreta para o filho, tendo como pressuposto teórico a psicanálise.

## 2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo de revisão de literatura. O tipo de revisão utilizada foi a integrativa, que permite reunir pesquisas empíricas e teóricas sobre determinado tema. Para tanto, foi estabelecido o seguinte problema de pesquisa: “qual o papel da figura paterna no desenvolvimento dos filhos segundo a teoria psicanalítica?” Inicialmente foi realizada uma busca de artigos científicos sobre a temática da paternidade publicados entre 2013 e 2018. A busca foi realizada no primeiro semestre de 2018, nas seguintes bases de dados: BVS-Psi, SciELO, Pepsic, LILACS, Periódicos Capes e Google Acadêmico. Os descritores selecionados a partir da busca no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para rastrear as publicações foram: Função paterna; Relação pai-filho; Desenvolvimento infantil; Família; Psicanálise. Optou-se por classificar nas bases de dados somente estudos realizados no Brasil. Assim, nas bases de dados já foram filtrados os estudos que estivessem em língua portuguesa, excluindo automaticamente aqueles estrangeiros. Não foram incluídas patentes e citações, livros, *e-books* e trabalhos acadêmicos incompletos ou de outras modalidades (monografia, dissertação, tese, trabalho apresentado em congresso etc.).

A classificação dos artigos e leitura ocorreu de modo duplo cego, ou seja, dois acadêmicos simultaneamente realizaram a busca com os descritores nas bases de dados, seguindo um protocolo de pesquisa e realizando o registro dos resultados. Ambos realizaram a leitura dos resumos e, caso demonstrasse semelhança com os critérios de inclusão, o artigo foi lido integralmente. Com isso, foram excluídos artigos incompletos, duplicados e que não demonstraram cientificidade. Posteriormente, foram excluídos aqueles que não apresentavam associação com o tema proposto.

Nesse sentido, ocorreram os seguintes passos: a) leitura dos resumos e análise do conteúdo geral; b) exclusão de artigos incompletos, duplicados e/ou não científicos; c) reconhecer se havia correlação entre a paternidade e o desenvolvimento dos filhos; d) os artigos que sanaram os critérios anteriores foram lidos integralmente. Como visto, os critérios de inclusão, respectivamente, foram: a) artigos publicados entre 2013 e 2018; b) disponíveis na íntegra em língua portuguesa; c) originados de pesquisas e análises

realizadas no Brasil; d) há correlação com a função paterna, relação pai-filho e desenvolvimento do filho.

Obedecidos os critérios estabelecidos para inclusão, os resumos foram importados para o *EndNote* versão 5.1.34. Além da leitura, houve novamente a aplicação dos critérios para verificar se realmente todos seriam contemplados na pesquisa. Caso restassem dúvidas quanto a inclusão, houve a fase de refinamento da busca, em que foi realizado a releitura dos artigos na íntegra para avaliar se atendiam aos critérios supramencionados. Foram excluídos artigos que não abordassem a função do pai no desenvolvimento dos filhos ou que se limitavam a descrever a função do pai em um período específico de desenvolvimento (infância, adolescência, por exemplo). Nesse sentido, buscou-se artigos que contemplavam a função do pai e aspectos relacionados à importância de sua participação ativa no desenvolvimento dos filhos, assim como os principais resultados oriundos da pesquisa, conforme visto a seguir no Quadro 1.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De início, utilizando os descritores juntos às bases de dados BVS-Psi, SciELO, Pepsic, LILACS e Periódicos Capes não foi obtido nenhum resultado. Apenas o Google Acadêmico apresentou resultados com os descritores (=362). Com isso, nas bases de dados onde não foi possível obter resultados diante das palavras-chaves, utilizou-se os termos “importância da relação pai-filho” e “figura paterna e desenvolvimento” para ampliar a busca de artigos. Com o termo “importância da relação pai-filho” foi possível obter 74 resultados no BVS-Psi; nenhum resultado no SciELO e PEPSIC; 51 resultados no LILACS e 77 no Periódicos Capes. Já com o uso do termo “figura paterna e desenvolvimento” obteve-se 13 resultados no BVS-Psi; quatro no SciELO; nenhum no PEPSIC; 19 no LILACS e 233 no Periódicos Capes. Assim, após realizar essa busca a partir dos termos, foi possível filtrar mais resultados e aderir a uma maior quantidade de artigos na pesquisa (BVS-Psi: 87; SciELO: 04; PEPSIC: 0; LILACS: 70; Periódicos Capes: 310; Google Acadêmico: 362), totalizando 833 resultados nas bases de dados.

Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão já descritos, destes 833 resultados, 120 foram excluídos por estarem fora do período pré-determinado (2012 a 2018); 182 por serem oriundos de estudos internacionais; 29 tratavam-se de artigos incompletos; 229 por estarem em desacordo com o tema proposto; 15 por focalizarem na pesquisa a função do pai exclusivamente na criação de filhos com problemas de saúde; 23 foram excluídos por não correlacionarem a função paterna, relação pai-filho e desenvolvimento do filho; 63 por não focarem na figura paterna; três por tratarem exclusivamente de pais adolescentes; 158 tratavam-se de trabalhos de outras modalidades acadêmicas, e, por fim, 11 artigos foram selecionados para análise. Ao reler na íntegra os artigos contemplados, foram encontradas similaridades nos assuntos abordados.

Para organizar os dados e qualificar a apresentação das premissas foram criadas categorias temáticas dos assuntos mais relevantes, triviais e que estavam condizentes com os objetivos da presente pesquisa. Os artigos selecionados são expostos no Quadro 1.

**QUADRO 1:** Descrição das principais características dos estudos revisados.

Autores (as) (Ano)	Revista científica	Objetivo	Resultados/Conclusões
1. Vieira et al. (2014)	Arquivos Brasileiros em Psicologia	Analisar artigos empíricos publicados nas bases IndexPsi, SciELO e PePSIC no que concerne à paternidade e sua implicação no desenvolvimento infantil.	Constatou-se que o pai deve adotar uma participação ativa e efetiva, circundada pelo afeto e cuidados para com o filho. Contudo, um dos embates enfrentados por este pai durante o desenvolvimento do filho é, muitas vezes, o rótulo de ajudante da mãe, que torna suas ações limitadas e não tão intensas quanto às realizadas pela mãe.
2. Gomes e Crepaldi (2013)	Paidéia (Ribeirão Preto)	Verificar se o engajamento paterno auxilia na regulação da agressividade em crianças de até quatro anos.	Foi verificado que o pai engajado atua como mantenedor do bom comportamento e controle de emoções nos filhos. Entretanto, pais menos engajados com os filhos devido à sobrecarga de trabalho e outras atividades tendem a ter filhos mais agressivos, pois esta é a forma que encontraram para externalizar seus sentimentos.

3. Gonçalves e Bottoli (2016)	Barbarói	Investigar como se configura o desejo paterno e o papel de pai.	Foi possível verificar que o papel de pai está associado à transmissão de valores primitivos e atualizados ao filho, para que saiba reconhecer o certo e o errado. Compreende-se que uma das principais funções atribuídas aos pais diz respeito ao cuidado, acompanhamento, orientação e convivência durante o desenvolvimento do filho.
4. Bueno e Vieira (2014)	Psicologia Argumento	Caracterizar a produção científica brasileira no que tange à figura paterna e sua importância para o desenvolvimento infantil	Os resultados enfatizam a importância do pai para o desenvolvimento sadio do filho, desde níveis culturais, educacionais, sociais, biológicos até cognitivos. Contudo, enfatiza-se que o pai poderá atuar como fator de risco ou proteção, dependendo da forma como irá se engajar e acompanhar o desenvolvimento do filho. Quando ativo, as influências são positivas e o núcleo familiar como um todo é favorecido.
5. Arruda e Lima (2013)	Estudos Interdisciplinares em Psicologia	Propor uma reflexão acerca da gradual transformação nos padrões familiares em relação à função exercida pelo pai enquanto cuidador dos filhos.	O papel anterior do pai de familiar era predominante patriarcal, autoritário, dono da família e provedor. O pai atual está deixando de ocupar um lugar secundário em relação à mãe, demonstrando mais ação e participação na criação e cuidado para com os filhos.
6. Silva e Stamato (2016)	Leopoldinum	Compreender a função paterna e suas implicações no desenvolvimento do filho.	O pai atua como facilitador da independência do filho, auxiliando-o e aconselhando quando necessário para que esteja preparado para uma provável separação ao atingir a fase adulta. O pai é alvo fundamental de identificação, papel antes exclusivo da mãe. Verificou-se que um pai ativo, que estimula o filho de modo verbal e físico adequadamente, que sabe dialogar sobre ordens e limites e estabelece vínculos estreitos favorece um melhor desenvolvimento cognitivo e intelectual do filho.

7. Parenti, Costa e Abeche (2017)	Colloquium Humanarum	Analisar a produção científica acerca da função paterna no desenvolvimento infantil na perspectiva psicanalítica.	Foi apurado que os artigos não conseguiram contemplar todas as funções que um pai pode desempenhar durante o desenvolvimento do filho. O pai é um importante alicerce da família, que media a relação mãe-filho, favorecendo o ambiente familiar. Além disso, o pai possibilita suprir as necessidades básicas para que o filho venha a se constituir como sujeito.
8. Gabriel et al. (2017)	Psicologia: teoria e pesquisa	Investigar o envolvimento paterno de pais adultos com filhos de até 24 meses.	Foi possível aferir que o pai interage e se relaciona com o filho de acordo com suas necessidades e capacidades, buscando ofertar maior autonomia. Normalmente a função do pai está atrelada ao cuidado, proteção, afeto e, sobretudo, auxílio. Contudo, apesar de haver engajamento e participação do pai no âmbito familiar e de desenvolvimento do filho, ainda permanece atrás do papel desempenhado pela mãe.
9. Gonçalves et al. (2013)	Psicologia: reflexão e crítica	Observar a experiência de pais com filhos de até três meses.	Percebeu-se que o pai contemporâneo é mais acolhedor, participativo e engajado na vida dos filhos. Além disso, analisou-se que o pai não precisa arcar sozinho com o sustento da casa, não lhe cabendo mais o rótulo de único provedor da família. Mesmo com esse avanço na participação do pai na criação dos filhos, este ainda não se considera atuante de forma equiparada à mãe. Assim, constatou-se que a nova configuração de pai de família ainda requer reajustes e transformações ao longo dos anos.
10. Matos et al. (2017)	Psico-USF	Investigar as experiências subjetivas dos homens no tocante ao vínculo pai-filho.	Percebeu-se que os pais apresentavam desejo em cuidar e participar da criação dos filhos, embora houvessem dificuldades em adaptar-se à nova realidade, isto é, à paternidade.
11. Santos e Angonese (2016)	Unoesc & Ciência	Compreender a importância da figura paterna e seu impacto no desenvolvimento emocional e de personalidade do filho.	Confirmou-se a premissa em relação à importância da presença de uma figura paterna, e, acima de tudo, a participação e convivência ativa deste para com o desenvolvimento do filho. Conviver ultrapassa o sinônimo de presença. A presença remete a um aspecto físico, enquanto a convivência possibilita sentimentos de afeto e construção de um vínculo mais estreito, permeada pela confiança.

Fonte: Dados primários, 2018.

Analisou-se que 72,72% dos estudos analisados apresentavam nitidamente referencial teórico basicamente psicanalítico. Autores psicanalistas de livros como Winnicott (36,3%), Zornig (27,2%) e Bowlby (0,90%) foram citados nos achados, além de artigos científicos com fundamentação psicanalítica. As referências dos artigos contemplados eram, em sua maioria, baseados em Winnicott e Freud. O restante dos achados (27,2%) apresentou referências com abordagem psicológicas mistas, isto é, além de utilizar obras e artigos psicanalíticos, também se utilizavam de outras abordagens como Psicologia Social, Sistêmica e Psicodinâmica.

Em relação à qualidade dos artigos analisados, realizou-se uma busca na Plataforma Sucupira para levantar o *qualis* de cada revista. Segundo a Fundação CAPES (2009), o *qualis* indica a qualidade da revista na qual o artigo foi publicado, assim como infere a qualidade da própria produção científica. Apenas a Revista Unoesc & Ciência não foi encontrada na referida plataforma. Dentre as demais, três artigos são de *qualis* A1, dois de *qualis* A2, três de *qualis* B2, um artigo de *qualis* B3 e um de *qualis* B4. Cabe mencionar que as revistas com qualidade A1 são as mais elevadas, de modo consecutivo, A2, B1, B2 e B3. Assim, percebe-se que os artigos contemplados nessa pesquisa são de propriedade, o que garante resultados mais confiáveis e precisos.

Todos os artigos analisados são pesquisas de cunho qualitativo, do tipo exploratória (27,2%), descritiva-exploratória (18,1%) e de levantamento bibliográfico (36,3%). O restante não especificou no artigo o tipo de pesquisa utilizada. Os 63,6% que realizaram pesquisas do tipo exploratória e descritiva-exploratória utilizaram participantes como objeto de estudo. Para coletar dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e 36,3% utilizaram a análise de conteúdo para organizar e sistematizar os dados coletados. Apenas um artigo não especificou o método utilizado para analisar os dados provenientes das entrevistas e outro utilizou uma análise quantitativa por meio de estatísticas descritivas inferenciais.

Em relação a outros instrumentos utilizados para levantar dados relevantes, foram mencionados o uso do Questionário Sociodemográfico, Questionário de Engajamento Paterno, Entrevista sobre a experiência da paternidade e o desenvolvimento do bebê no primeiro trimestre e a Bateria Fatorial de Personalidade. No que concerne ao levantamento bibliográfico, os assun-

tos mais pesquisados pelos autores foram: função paterna no desenvolvimento infantil; exercício da paternidade; lugar ocupado pelo pai na família atual e comportamento paterno.

No que se refere ao tema abordado nos artigos verificou-se os principais conteúdos focalizados, sua relação com os objetivos desse estudo e os temas mais comuns foram divididos em categorias temáticas para posterior discussão teórica, expressas no Quadro 2.

**QUADRO 2:** Artigos classificados conforme a temática

Temas investigados nos artigos	Nº
Relação pai-filho e importância para o desenvolvimento do filho	11
Relação pai-mãe-filho	11
Impactos no desenvolvimento infantil devido à ausência do pai na criação	7
(Re)Construção da paternidade	6
Engajamento paterno	6
A figura paterna	5

Fonte: Dados primários, 2018.

A categoria “Relação pai-filho e importância para o desenvolvimento do filho” abarca estudos em que o vínculo estabelecido entre pai e filho é importante para o desenvolvimento, seja na infância, adolescência ou adultez. Em qualquer fase do ciclo de vida os indivíduos são influenciados por seus genitores ou pessoas das quais receberam os primeiros cuidados. Esses estudos asseguram que a figura paterna é essencial para que o filho venha a tornar-se independente da mãe, rompendo o elo e influenciando para que não ocorra uma relação fusional entre mãe-filho. A partir do rompimento desse elo, o filho terá a possibilidade de se constituir como unidade e construir uma personalidade somente sua (ARRUDA; LIMA, 2013; GOMES; CREPALDI, 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; SANTOS; ANGONESE, 2016; PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017; MATOS et al., 2017).

Na trama familiar, na perspectiva psicanalítica, o pai representa o equilíbrio e a possibilidade de o filho romper os muros da ligação com a mãe, partici-

pando do mundo social. Para Muza (1998) o pai está situado como o terceiro indispensável para desprender-se, ao menos que temporariamente, da mãe. Além disso, para Benczik (2011), o pai, assim como a mãe, é indispensável para que o filho venha a satisfazer, por intermédio da identificação, sua bissexualidade. Para Benczik (2011) e Muza (1998), o pai representa o princípio da realidade e ordem na família, aquele que irá compartilhar a atenção da mãe junto com o filho.

A relação pai-filho se dá desde a gestação no útero da mãe (ARRUDA; LIMA, 2013; VIEIRA et al., 2014; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017; MATOS et al., 2017). O filho irá escutar a voz dos pais e quiçá discriminar cada voz de acordo com sua tonalidade. Considera-se o pai ideal aquele que é engajado com a criança desde seu nascimento. Espera-se que o pai realize as mesmas funções que a mãe, como cuidar, alimentar, dar banho, trocar fraldas, levar a pediatras e médicos, balançar o bebê até dormir, fazer arrotar (GOMES; CREPALDI, 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017). A este processo que envolve pai-mãe-filho dá-se o nome de triângulo edípico, perpassando os seis e doze meses de idade do filho. No âmbito familiar cada membro possui uma função específica e que será crucial, como um pilar que impede uma grande estrutura desabar. A partir disso, uma das maiores funções do pai na vida de um filho em pleno desenvolvimento é possibilitar sua autonomia (GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017).

Até que se alcance essa autonomia, a criança terá o apoio dos pais para compreender e saber controlar questões relacionadas ao interno e externo. A mãe será como o ego auxiliar do filho, proporcionando cuidados, proteção, alimentação para que seu próprio ego se desenvolva. O surgimento do ego fará com que a criança consiga lidar com seus conteúdos internos e externos, progressivamente, mas autônoma. A função paterna emerge de modo subsequente, sendo complementar aquela desempenhada pela mãe. De modo geral, o pai irá contribuir para a autonomia do filho e favorecerá as condições necessárias para que a mãe se dispunha ao filho, sem desprezar suas próprias necessidades e vontades para além dessa dualidade (PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017).

A partir do segundo ano de vida do filho, a participação do pai na criação e no desenvolvimento são ampliados. Agora a figura paterna poderá ofertar

suporte ao desenvolvimento social e poderá contribuir para o aprendizado de novas experiências. Como supracitado, a função paterna durante todo o desenvolvimento pende para a busca de maior autonomia do filho. A função do pai nessa idade, portanto, será de estimular o desenvolvimento pela motricidade, pelo brincar, possibilitando a criança descobrir e explorar novos ambientes, pessoas e objetos (BENCZIK, 2011; PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017).

Dos três anos em diante a criança irá firmar seu vínculo e estabelecer confiança, tanto em si quanto em seus pais. Quanto mais engajado este pai se demonstrar para a criança em suas atividades e rotinas, mais confiança depositará em sua figura paterna. Além de favorecer os vínculos familiares, o engajamento paterno sustenta o início da vida em sociedade do filho, pois o adentra nas relações, nos afetos e nas emoções circunscritas a partir da interação, seja com figuras parentais ou com aqueles que lhe rodeiam (BENCZIK, 2011; VIEIRA et al., 2014; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017).

Analisando criticamente os referidos artigos percebeu-se que a figura paterna foi mencionada como elemento crucial do nascimento, infância e passagem para a adolescência. Porém, o desenvolvimento perpassa estas fases desenvolvimentais. Dessa forma, sustenta-se que assim como o desenvolvimento que inicia desde a gestação até os últimos segundos de vida humana, a figura paterna é importante e influencia positiva ou negativamente o desenvolvimento do filho até a morte (BENCZIK, 2011).

A categoria “Relação pai-mãe-filho” trata de discutir não somente o papel do pai no desenvolvimento do filho, como na própria dualidade mãe-filho. Contudo, os artigos tratavam do pai como um elemento terceiro na relação mãe-filho, mas não o acoplavam à ela. Portanto, o nome dessa categoria também se refere a uma crítica dos autores em relação a participação do pai no contexto familiar. Assim, ao interferir na dualidade mãe-filho o pai já está introduzido nessa relação, não está fora (ARRUDA; LIMA, 2013; GOMES; CREPALDI, 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; SANTOS; ANGONESE, 2016; PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017; MATOS et al., 2017).

Há outro consenso nos achados em relação às funções exercidas de pai e mãe e suas respectivas relevâncias para o desenvolvimento do filho.

A mãe será o primeiro contato que o bebê terá ao descobrir o mundo. Será seu primeiro alvo de identificação e sentimentos de afeto e de amor. A função paterna se desenrola concomitantemente. É complementar a dualidade mãe-filho e oportuniza condições favoráveis para que a mãe se dispunha ao filho, suprimindo suas necessidades (ARRUDA; LIMA, 2013). Dito isso, Parenti, Costa e Abeche (2017) asseguram que o pai introduzido na relação mãe-filho alivia as tensões, conteúdos agressivos e conteúdos ternos. Szelbracikowski e Dessen (2005) corroboram ao declarar em que não tão somente o filho é envolvido por sentimentos e emoções afetivas e amorosas em relação à mãe, mas também podem emergir conteúdos invejosos, de raiva e ódio. O pai age nesse âmbito como um mediador da relação (PARENTI; COSTA; ABECHÉ, 2017), proporcionando uma diluição e compartilhamento do que antes estava somente à disposição na relação dual mãe-filho (SILVA; STAMATO, 2016). Dessa forma, interferindo na relação fusional mãe-filho, o pai contribui para que este último possa desenvolver sua própria personalidade como unidade e não mais fundida na personalidade da mãe.

A partir de uma concepção Winnicottiana, o pai exerce uma função preponderante: é o terceiro elemento responsável por mediar a relação mãe-filho. O pai irá estabelecer limites quanto ao tempo e participação da mãe na vida do filho, fazendo com que ambos possam expressar suas subjetividades e a mãe possa retomar outras tarefas de seu interesse. Nesse sentido, o pai facilita a relação mãe-filho agindo como mediador, assim como representa a proibição de uma relação simbiótica entre mãe-filho, possibilitando sua entrada. Portanto, é possível mensurar que nesta fase inicial do desenvolvimento infantil do filho o pai atua como organizador da relação mãe-filho (GABRIEL et al., 2017).

A cena edípica é justamente a construção da relação à três, pai-mãe-filho, em que toda estrutura psíquica e mental se desenvolve. Sem a figura paterna não será possível emergir na mente da criança a fantasia e a curiosidade, ambas extremamente necessárias no processo da aprendizagem da leitura e da escrita e criação mais complexa do pensamento. É a partir do contexto edípico que a metaforização se torna viável. O pai é normatizador da estrutura mental e psíquica (CREPALDI et al., 2013). Entretanto, uma das grandes dificuldades que o pai encontra é justamente uma brecha na relação

mãe-filho para poder adentrar e ser mais participativo. A tendência é que a mãe deixe o pai exercer sua paternidade a medida em que demonstrar estar mais preparado. Diante disso, destaca-se a relevância da mãe apoiar e incentivar o engajamento do pai e gradual participação, para que progressivamente o pai consiga exercer sua função paterna e vincular-se ao filho (SANTOS; ANGONESE, 2016).

A participação do pai costuma ser menor em relação àquela desempenhada pela mãe. Quando está com o filho normalmente as atividades envolvem o brincar e atividades de lazer. Já as atividades com a mãe passam a ser mais afetuosas, envoltas de carinho. A grande semelhança atual no cotidiano de pai e mãe são as múltiplas tarefas que podem prejudicar o engajamento parental com o filho. A aspiração ideal é da participação conjunta e equipada, ou seja, enquanto um dos genitores está em alguma função ou no trabalho, é recomendado que o outro genitor possa estar presente com o filho (MATOS et al., 2017).

Contudo, é exatamente nesse ponto que a grande parte das mães inviabiliza a passagem do pai para o maior envolvimento com o filho. Silva e Stamato (2016) perceberam que os pais se queixavam em demasia da intervenção das esposas ao cuidar do próprio filho. A superproteção acaba por influenciar negativamente o filho em seu pleno desenvolvimento refletindo em seu vínculo afetivo com o próprio pai. Em decorrência da ligação entre mãe-bebê durante a gestação, ao instinto materno a mãe possui mais atenção, estruturação do ego da criança, a mãe é a pessoa mais adequada para exercer a função de cuidado com o filho. Porém, isso não possibilita ao pai que desenvolva essa habilidade e venha a cuidar tão bem quanto a própria mãe (BUENO; VIEIRA, 2014).

Embora a função paterna seja visível e funcione como facilitadora da relação mãe-filho, a maioria dos artigos encontrados apresentou que é normal a mãe apresentar sentimentos ambivalentes em relação à participação ativa do pai nos cuidados ofertados ao filho. Isto porque a mãe vê o pai como um concorrente, um rival, prevalecendo a competição de quem é melhor cuidador (VIEIRA et al., 2014). Arruda e Lima (2013) argumentam que dentre os inúmeros fatores interligados a essa problemática, o mais viável é que a mãe pode sentir que o pai está tentando tomar sua maternidade, insegurança

quanto à redefinição dos papéis sociais e dificuldade de adaptação ao novo membro da família.

A categoria “Impactos no desenvolvimento infantil devido à ausência do pai na criação” contempla os artigos que buscaram evidenciar a importância do pai na criação dos filhos através das consequências que a ausência deste genitor acarreta para o filho. Estes estudos apontam que o pai influencia o filho tanto de modo direto, a partir de seu engajamento e participação na vida cotidiana, como indiretamente, seja trabalhando para conseguir o sustento financeiro, ou seja, ausentando-se da criação (VIEIRA et al., 2014; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; SANTOS; ANGONESE, 2016; PARENTI; COSTA; ABECHÉ, 2017; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017). Quando há a ausência do pai na criação dos filhos, seja por falecimento, separação do casal, intrigas ou quaisquer conflitos que possam emergir, o desenvolvimento destes é afetado de modo brusco, principalmente no que concerne à cognição e desenvolvimento psicológico. A ausência paterna pode ainda acarretar prejuízos e distúrbios comportamentais que podem persistir durante uma vida inteira. Na ausência de uma figura paterna há maior probabilidade de o filho desenvolver comportamentos agressivos na infância, *déficits* na aprendizagem e comportamentos autodestrutivos na adolescência (BENCZIK, 2011).

A categoria “(Re)Construção da paternidade” foi assim nomeada uma vez que o modelo antigo já construído é pautado nos valores tradicionais: no pai enquanto único provedor da família e a mãe responsável pelo cuidado do lar e dos filhos. Reconstruído, tendo em vista que gradativamente este modelo vem sendo abandonado e substituído pelo modelo novo, em que o pai deixa de ser o único provedor, compartilhando com a mulher a responsabilidade de prover o sustento financeiro, assim como os cuidados com o lar e filhos são compartilhados com o pai (ARRUDA; LIMA, 2013; GONÇALVES et al., 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; SILVA; STAMATO, 2016; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016).

Percebeu-se que os artigos enfatizam as graduais transformações socioeconômicas no mundo que refletem nos comportamentos dos membros das famílias, modificando todo o núcleo familiar. O pai, antes visto como provedor e dono da família, autoritário e com pouco, se não sem qualquer

participação na vida do filho, agora passa a ter responsabilidades com o filho e com os afazeres domésticos. Contudo, percebeu-se um consenso nos achados em relação à prevalência da mulher na participação e na quantidade de tarefas que desempenha, interligadas ao trabalho fora de casa. Então, pode-se conceber que mesmo com essas transformações no âmbito familiar, o pai ainda está longe de possuir ações equivalentes às aquelas realizadas pela mãe (ARRUDA; LIMA, 2013; GONÇALVES et al., 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; SILVA; STAMATO, 2016; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016).

Há, portanto, uma difusão dos papéis sociais estabelecidos tradicionalmente de homem e mulher e, por consequência, nos papéis confiados ao pai e à mãe. Para isso foi necessário a mulher se adaptar à introdução no mercado de trabalho e ao homem, na coparticipação na criação dos filhos e cuidado com o lar. A mulher e mãe apresentou uma adaptação rápida se comparada ao homem e pai, que apresentam maiores dificuldades por acreditar serem inferiores que a mãe para exercer essa função (ARRUDA; LIMA, 2013; GONÇALVES et al., 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014). Contudo, configura-se uma mudança gradual e lenta, mas espera-se que as seguintes gerações sejam atualizadas e recaiam a papéis equiparados nas famílias. A família, que antes era meramente decifrada como laços biológicos, hoje já se ampliou o bastante para vincular os aspectos subjetivos, afetivos e sociais (ARRUDA; LIMA, 2013).

A categoria de “Engajamento paterno” abrange os artigos que tratavam da importância do pai no desenvolvimento dos filhos para além da presença física, mas no comprometimento e vínculo afetivo e físico do pai para com as atividades desenvolvidas pelo filho. Gomes e Crepaldi (2013) ressaltam que o engajamento paterno é a interação direta, associada à acessibilidade e à responsabilidade com os cuidados dispensados ao filho. Os estudos apontam que pais mais engajados possuem filhos com melhores rendimentos escolares e favorece o controle das emoções e impulsos agressivos (GOMES; CREPALDI, 2013; BUENO; VIEIRA, 2014; VIEIRA et al., 2014; SILVA; STAMATO, 2016; GABRIEL et al., 2017; GONÇALVES et al., 2017). Contudo, Vieira et al. (2014) ressaltam que para haver engajamento por parte do pai é necessária uma relação conjugal que favoreça sua participação e, por consequência, uma relação estreita com o filho. Gonçalves et al. (2013) indicam que quanto

mais tempo investido no engajamento de pai para com o filho, maior sua satisfação em exercer a paternidade.

Por fim, a categoria “Figura paterna” contempla os artigos que tratavam de figuras paternas e sua importância para o desenvolvimento. Assim, não somente o pai foi citado, mas também indivíduos que podem tornar-se, devido a sua participação e influência sobre o filho. Pai é o genitor, mas não necessariamente será a figura paterna (BUENO; VIEIRA, 2014; SANTOS; ANGONESE, 2016; SILVA; STAMATO, 2016; GONÇALVES; BOTTOLI, 2016; GABRIEL et al., 2017). Dessa forma, a figura paterna é aquele indivíduo que desempenha a mesma função e influência que um pai. A figura paterna irá servir como objeto de identificação para os filhos meninos e irá influenciar o desenvolvimento cognitivo, social e na estruturação psíquica (BUENO; VIEIRA, 2014; SILVA; STAMATO, 2016). Já Gonçalves e Bottoli (2016) destacam que a figura paterna representa a autoridade aliada ao afeto, capaz de fornecer carinho, brincadeiras, educação e formação pessoal. O pai, enquanto representação social, é visto como aquele que auxilia a mãe a sanar as necessidades básicas para que o filho venha a se desenvolver da melhor forma possível. Assim, concebe-se à figura paterna a ligação com o modelo de pai provedor, aquele que fornece, que apoia, que é seguro para confiar (SANTOS; ANGONESE, 2016; PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017).

Para a psicanálise, em um primeiro momento a figura paterna está congregada ao pai protetor, pai simbólico que a partir da castração, possibilita a vida em sociedade (SILVA; STAMATO, 2016). Percebe-se que o pai, visto por essa perspectiva, representa uma figura secundária, como aquele que poderá intervir na criação caso a mãe não esteja disponível. Sobressai a figura materna em detrimento da figura paterna (PARENTI; COSTA; ABEICHE, 2017).

Percebeu-se com clareza uma preferência científica na figura materna, enquanto a importância do pai para o desenvolvimento do filho é deixada a terceiro plano. Isso corrobora com Arruda e Lima (2013), ao referirem que a mãe e a função materna são alvos constantes de estudos e pesquisas científicas, enquanto o pai e a função paterna são temáticas ainda recentes no âmbito acadêmico e científico por serem considerados menos importantes.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as transformações recoloquem o pai em uma posição mais ativa na criação dos filhos, a mãe ainda é considerada a figura mais importante e com mais atividades em comparação a ele. Nesse sentido, o progresso tem direcionado a maior equilíbrio entre as ações desempenhadas pelo pai e pela mãe, mas ainda está distante de ser alcançado. É necessário que no âmbito familiar a criação de meninos e meninas talvez esteja mais próxima em alguns ensinamentos, funções e experiências para que sejam, por exemplo, mais naturalizados em questões como afazeres domésticos, cuidados maternos e paternos, relacionamentos sociais, entre outros.

De modo a responder a pergunta de pesquisa, percebeu-se que o papel do pai no desenvolvimento do filho é ilimitado e incapaz de ser mensurado em meras descrições, pois adentra-se em todas as esferas nas quais um indivíduo se inclui, desde a gestação até o perecimento. Embora haja fases durante o ciclo de vida, o papel do pai perpetuamente atravessará aquele que oferta segurança, afeto, conselhos, ensinamentos. Nesse sentido, a figura paterna influencia como o filho irá desenvolver capacidades cognitivas, intelectuais, afetivas, sociais, dentre outras. O papel do pai mais presente nos artigos contemplados vislumbra que se caracteriza pela transmissão de valores, crenças, pressupostos, passados de pai a novo pai para filho. Assim, ao exercer a função paterna o pai irá se defrontar com vivências e experiências de sua infância remota, da atuação do próprio pai na educação, reeditando esse pai para adquirir uma personalidade de pai que lhe é própria e atualizada.

Portanto, as contribuições que a participação efetiva do pai acarreta para o filho durante seu desenvolvimento são infinitas. Na família tradicional, o papel do pai era exclusivamente de ser o provedor da família, trabalhando e garantindo o sustento financeiro do lar. Atualmente, visto a partir de uma perspectiva moderna, a família e sua estrutura foram alvos de importantes e imprescindíveis transformações, que redimensionam gradualmente os papéis familiares. O anseio da figura paterna é de que seja ativo, não somente na criação dos filhos como no contexto familiar em geral. Os estudos evidenciaram que um pai engajado no desenvolvimento do filho possibilita ao filho desenvolver sua psique, não mais unida a da mãe, maior sentimento

de segurança, desenvolvimento e controle das emoções e sentimentos afetivos oriundos do vínculo estabelecido. O engajamento possibilita o estreitamento dos laços afetivos familiares e de menor sobrecarga à mãe.

Cabe problematizar que alguns artigos conduzem a figura paterna como mero ajudante da mãe, ou ainda, como um intruso, ou indivíduo secundário da relação. Foi perceptível que o pai foi mensurado como alguém que está posicionado no externo e não intrincado na família. Sabe-se que a mãe possui laços muito intensos, tanto físicos quanto emocionais, desde a gestação, porém, isso não retira a importância e a possibilidade de um pai poder participar, criar e educar um filho tão habilmente quanto a mãe. Diante disso, evidenciou-se nos estudos a mãe como a principal figura responsável pela criação dos filhos.

No que concerne à prováveis futuras pesquisas, sugere-se a continuidade de tais investigações, que estudem a figura paterna e condutas que podem ser adotadas para que o pai se torne mais engajado em seu desenvolvimento. Acredita-se que especialmente a temática de desenvolvimento emocional e contribuição do pai seja algo que deva ser tomado com metodologia e instrumentos que possibilitem relatos de filhos, tanto aqueles que tiveram pais engajados quanto aqueles que não o tiveram, a fim de realizar uma análise comparativa dos dados. Além disso, sugere-se estudos observacionais, tendo o pai como principal participante da pesquisa para investigar a configuração do seu papel na família.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, S. L. S.; LIMA, M. C. F. O novo lugar do pai como cuidador da criança. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 201-216, dez. 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/18198>>. Acesso em: 18 Mar. 2018.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BOWLBY, J. Psicanálise e cuidados com a criança. In: BOWLBY, J. **Formação e rom-**

**pimento dos laços afetivos**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 13-41.

BUENO, R. B.; VIEIRA, M. L. Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 32, n. 76, jan./mar. 2014. Disponível em < <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=14570&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 08 Jan. 2018.

CIA, F.; WILLIAMS, L. C. A. AIELLO, A. L. R. Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 225-233, dez. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

CREPALDI, M. A. et al. A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 579-587, Dez. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Mar. 2018.

FUNDAÇÃO CAPES. *Qualis*. Aprova a nova classificação do *qualis*. Ministério da Educação. Mai. 2014. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis> >. Acesso em: 08 Jan. 2018.

GABRIEL, M. R. et al. Envolvimento Paterno aos 24 meses de Vida da Criança. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 33, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722017000100410-&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722017000100410-&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

GOMES, L. B.; CREPALDI, M. A.; BIGRAS, M. O Engajamento Paterno como Fator de Regulação da Agressividade em Pré-Escolares. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p. 21-29, Abr. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2013000100021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2013000100021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

GONÇALVES, T. R., et al. Experiência da paternidade aos três meses do bebê. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 599-608, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722013000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

GONÇALVES, L. da S.; BOTTOLI, C. Paternidade: a construção do desejo paterno. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 185-204, jul./dez. 2016. Disponível em < <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7566/6537>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

MATOS, M. G. de, et al. Construindo o Vínculo Pai-Bebê: A Experiência dos Pais. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 261-271, Mai. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722017000200020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722017000200020)>.

d=S1413-82712017000200261&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, P. **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médica, 1998.

PARENTI, M. dos R.; COSTA, P. J. da.; ABECHE, R. P. C. Função paterna e desenvolvimento infantil: o estado da arte. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p.75-86 abr/jun 2017. Disponível em < <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewArticle/1500>>. Acesso em 18 Jan. 2018.

SANTIS, L. de; BARHAM, E. J. Envolvimento paterno: construção de um modelo teórico baseado em uma revisão da literatura. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 941-953, Set. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

SANTOS, D. da S.; ANGONESE, A. S. O impacto da figura paterna no desenvolvimento emocional e da personalidade dos filhos. **Unoesc & Ciência - ACBS Joaçaba**, v. 7, n. 1, p. 97-104, jan./jun. 2016. Disponível em <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/article/view/10066/o>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

SILVA, B. T. da; SILVA, M. R. S. da; BUENO, M. E. N. Eventos intra e extrafamiliar significativos no processo de construção da paternidade. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 710-715, Dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452014000400710&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400710&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

SILVA, M. B. DA; STAMATO, M. I. C. Importância da figura paterna no desenvolvimento infantil: uma visão dos pais. **Leopoldianum**, n. 116, p. 149-166, 2016. Disponível em <[periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/693/566](http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/693/566)>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

SZELBRACIKOWSKI, A.; DESSEN, M. A. Compreendendo a agressão na perspectiva do desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; JUNIOR, A. L. C. (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 231-248.

VIEIRA, M. L., et al. Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 36-52, 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672014000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Fev. 2018.



COMITÊ DE ÉTICA  
EM PESQUISA EM  
SERES HUMANOS NAS  
INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR:  
UMA ESTRATÉGIA  
PARA INIBIR A MÁ  
CONDUTA CIENTÍFICA

**Bruna Jaime Feiden**

**Anna Maria Dalmonico Moser**

**André Gobbo**

**Alessandra Menezes da Luz Machado**

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

# COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ESTRATÉGIA PARA INIBIR A MÁ CONDUTA CIENTÍFICA

<sup>1</sup> Especialista em  
Supervisão Educacional  
pelo Centro  
Universitário Cenecista  
de Osório – UNICNEC  
e Tutoria e Docência  
EaD pelo Centro  
Universitário Avantis  
– UNIAVAN. E-mail:  
bruna.feiden@uniavan.  
edu.br.

**Bruna Jaime Feiden<sup>1</sup>**

**Anna Maria Dalmonico Moser<sup>2</sup>**

**André Gobbo<sup>3</sup>**

**Alessandra Menezes da Luz Machado<sup>4</sup>**

<sup>2</sup> Especialista em  
Psicopatologia  
da Infância e da  
Adolescência e  
Mestre em Ciências  
da Educação pela  
Universidade do Porto  
(UP). E-mail: anna.  
moser@uniavan.edu.br.

## RESUMO

O presente artigo visa descrever um panorama da ética em pesquisa e sua aplicabilidade nas Instituições de Ensino Superior, não obstante, vincular a importância da presença de Comitês de Ética em Pesquisa em Seres Humanos e que, os mesmos, sejam atuantes na disseminação do conhecimento científico. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico descritivo, onde será feito um cruzamento de dados a partir de materiais encontrados em periódicos, Normas Operacionais e Resoluções referentes ao Comitê de Ética e a ética na pesquisa científica. Percebeu-se que a presença dos CEPs nas IES traz a possibilidade de discutir-se a ética e a pesquisa científica já na graduação de modo efetivo, tendo efeito inibidor da má conduta ética.

<sup>3</sup> Mestre em Educação  
pela Universidade  
Federal da Paraíba  
e Doutorando em  
Educação Científica  
e Tecnológica pela  
Universidade Federal de  
Santa Catarina. E-mail:  
andre.gobbo@uniavan.  
edu.br.

**Palavras-chave:** Ética em Pesquisa. Comitê de Ética. Instituição de Ensino Superior.

<sup>4</sup> Especialista em  
Psicopedagogia Escolar,  
Docência no Ensino  
Superior e Docência  
e Tutoria EaD pelo  
Centro Universitário  
Avantis – UNIAVAN.  
E-mail: alessandra.  
menezes@uniavan.  
edu.br.

**ETHICS COMMITTEE ON RESEARCH ON HUMAN BEINGS IN HIGHER  
EDUCATION INSTITUTIONS: A STRATEGY TO INHIBIT SCIENTIFIC  
MISCONDUCT**

**ABSTRACT**

*This article aims to describe an overview of research ethics and its applicability in Higher Education Institutions, however, linked to the importance of the presence of Research Ethics Committees in Human Beings and that they are active in the dissemination of scientific knowledge . This research is of a descriptive bibliographic character, where data is cross-referenced from materials found in journals, Operational Standards and Resolutions related to the Ethics and Ethics Committee in scientific research. Realize that the presence of Ethics Committees in Human Beings in the Higher Education Institutions offers the possibility of discussing ethics and scientific research already in graduation in an effective way, having an inhibiting effect on ethical misconduct.*

**Keywords:** Research Ethics. Committe for Ethics. Higher Education Institution.

## 1 INTRODUÇÃO

A ética em pesquisa, apesar de ser uma temática cada vez mais atual e relevante, não é nova, e as suas raízes se aproximam muito da temática deste presente estudo. Tem-se como motivação identificar os impactos que a presença de um Comitê de Ética estabelecido em uma Instituição de Ensino Superior (IES) tem na inibição da má conduta ética e, entender, porque esse tema tem a ver com os primórdios das discussões sobre ética em pesquisa.

Em meio aos horrores da segunda guerra mundial e os julgamentos de Nurembergue, deu-se início ao Código de Nurembergue, o qual representa o fim das atrocidades cometidas em nome da pesquisa científica. Este código consiste no primeiro movimento a favor da ética em pesquisa, pautado na má

conduta e nos exemplos que não deveriam ser seguidos.

A função primordial da ética em pesquisa é proteger o sujeito de pesquisa, que se dispõem, voluntariamente - no Brasil - e se submete a riscos (KOTTOW, 2008). É dever, enquanto pesquisador, assegurar que essa proteção seja garantida e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são instrumentos para tal.

Desta forma, a pesquisa científica, antes com ênfase em Instituições de Ensino Superior Estaduais e Federais, agora fortemente presente e atuante também em Instituições de Ensino Superior Privada, deve, primordialmente, transmitir informações fidedignas, com compromisso à honestidade intelectual (GOULART, 2018).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) dentro de Instituições de Ensino Superior tem se mostrado peça fundamental na regulamentação das pesquisas científicas e o cumprimento ético, não obstante, a Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP) estimula e acompanha o funcionamento dos CEPs, formando, então, o sistema CEP/CONEP (JACOMÉ; ARAÚJO e GARRAFA, 2017).

Frente ao exposto é notória a importância de se proteger os sujeitos de pesquisa e, nesta publicação, objetivamos alcançar uma reflexão acerca do tema, entendendo a função e atuação do Sistema CEP/CONEP e o papel que ele tem dentro de IES.

## 2 O PERCURSO HISTÓRICO DA ÉTICA EM PESQUISA

Ao fim dos horrores da segunda guerra mundial tiveram lugar os julgamentos de Nurembergue, onde foram julgados criminosos desta guerra, entre eles, médicos que tinham sobre si acusações de tortura executadas sobre as vestes de pesquisa científica. Do que foi desvelado neste julgamento, surgiu o Código de Nurembergue, que representa uma ruptura histórica na ética em pesquisa, sendo identificado como o primeiro documento tratar desta questão (KOTTOW, 2008).

Ou seja, o primeiro código que se tem notícias sobre questões ligadas à ética em pesquisa surgiu de um movimento pautado na má conduta ética, no descaso aos direitos e a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, e guardadas as devidas proporções, a nossa busca é por compreender a má conduta

ética, a partir de um prisma de caráter preventivo.

Stanley Milgram, em 1963, coordenou um estudo que era apresentado aos participantes como uma pesquisa sobre “estudo e aprendizagem”, porém, parte dos participantes era levada a acreditar que estava aplicando descargas elétricas de diversas intensidades, mediante respostas a perguntas, nos outros participantes, que chegavam a se contorcer, ficarem inertes na poltrona, havendo intensidades que levariam supostamente a morte do outro sujeito.

Após o fim da pesquisa, foram publicados os Estudos Comportamentais sobre Obediência, que foram alvos de diversas críticas severas, levando a pensar sobre a importância da ética na pesquisa nas ciências sociais e não apenas biomédicas, uma vez que o estudo trouxe avanços no campo da psicologia. Além disso, levantou a questão da importância de que qualquer estudo que envolva seres humanos ou que possam vir a afetá-los deve ser analisado e acompanhado por um Comitê de Ética, já que seus dados e resultados podem ser potencialmente danosos. Trouxe a lógica de que não apenas danos orgânicos ou precisamente mensuráveis precisam ser previstos (KOTTOW, 2008).

Desta forma, passa-se a olhar para as pesquisas de modo geral, sejam elas no corpo das ciências médica ou não. Desde que envolva seres humanos, há a necessidade de que seja avaliada e acompanhada por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Em 1964 foi redigida a Declaração de Helsinque, que foi considerada mais abrangente e ampla, já que trazia o consentimento informado como um elemento necessário. Tal Declaração foi revisada em 1975, momento em que reforçou a necessidade do consentimento informado, ainda sugere a criação dos Comitês de Ética e aconselha a não publicação de trabalhos que não observaram os preceitos éticos (KOTTOW, 2008).

Em conjunto com a reforma sanitária, em meados do século XX, clarificou-se a real necessidade de regulamentar os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Este início ocorreu a partir da publicação da Resolução CNS n. 01/1988 e, não havendo resultados práticos, foi publicada uma nova Resolução, CNS n. 196, a qual expõe as diretrizes e normas regulamentadoras. Com base nestas diretrizes, chegamos as então utilizadas Resoluções CNS n. 466/12 e 510/16 (BINSFELD, 2019).

As supracitadas resoluções constituem as primeiras normas brasileiras a tratar das questões éticas nos estudos com seres humanos, especificamente nas áreas ciências sociais e humanas. Seus adventos foram fruto de um trabalho conjunto de instituições e pesquisadores que naquela época já questionavam a existência de um único padrão, biomédico, para a análise ética de todas as pesquisas (GUERRERO, 2016).

A regulamentação desses protocolos aponta para real necessidade de acompanhamento das pesquisas com seres humanos, além de criar diretrizes de como fazer essa supervisão.

A ética em pesquisa alcançou estimada importância, a qual tem sido preocupação dos estudiosos. Porém, esta atenção não deve ser entendida como mero cumprimento de protocolos ou tramitações burocráticas, mas sim, uma forma de defender o sujeito de pesquisa a situações que o levem a vulnerabilidade (MAINARDES, 2017).

Por vezes, esse procedimento de submissão dos projetos de pesquisa aos CEPs é entendido apenas como formalidade, sem identificar a relevância social e científica desses trâmites. Tal ideia nos leva a pensar que o caráter informativo do Comitê de Ética é uma grande chance de disseminação dessa relevância.

### 3 ÉTICA EM PESQUISA AO ENCONTRO DOS COMITÊS DE ÉTICA

O surgimento do conceito ética em pesquisa, veio ao encontro da necessidade de estruturar e normatizar as atividades incluindo pessoas como centro de coleta de dados. Desta forma, a proteção aos direitos dos participantes visa o princípio da autonomia, da beneficência, da justiça e da não maleficência (BINSFELD, 2019).

A Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), é utilizada como base para nortear as avaliações dos Comitês de Ética, tendo como principal foco a participação, consentimento livre e esclarecido, direitos dos sujeitos de pesquisa, preparo e responsabilidades do pesquisador e garantia de acompanhamento durante e após pesquisa. Posterior a esta Resolução, foi

publicada a Norma Operacional 001/2013, a qual dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP (BRASIL, 2016).

Contudo, observa-se a importância de pensar em pesquisa científica com regulamentações que abrangem os protocolos de Ciências Humanas e Sociais, os quais diferem dos habitualmente utilizados em Ciências da Saúde e áreas biomédicas. Desta forma, a Resolução nº 510/16, analisa os procedimentos metodológicos que envolvem utilização de dados obtidos direta ou indiretamente ou, também, por meio de fontes identificáveis (BRASIL, 2016).

É esperado que os Comitês de Ética em Pesquisa em Seres Humanos analisem os protocolos com a mesma base ética, encontrada nas Resoluções e Normativas. Contudo, deve-se ressaltar que ainda exista despreparo para a interpretação dos projetos de pesquisa e, de forma a inibir as análises rasas, os coordenadores dos CEPs devem estar constantemente incentivando o estudo à ética em pesquisa, disponibilizar as cartas circulares e, também, adotar o papel educativo reservando alguns minutos para que estas questões sejam discutidas em reunião. A troca de informações e experiência entre membros dos CEPs é de extrema importância para que as análises adotem um perfil ético e coerente com as normativas (MAINARDES, 2017).

Atualmente, totaliza-se 847 CEPs ativos, conforme Figura 1, em todo o território brasileiro, tendo seu maior volume na região Sudeste, seguido por Nordeste e Sul.

## Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil

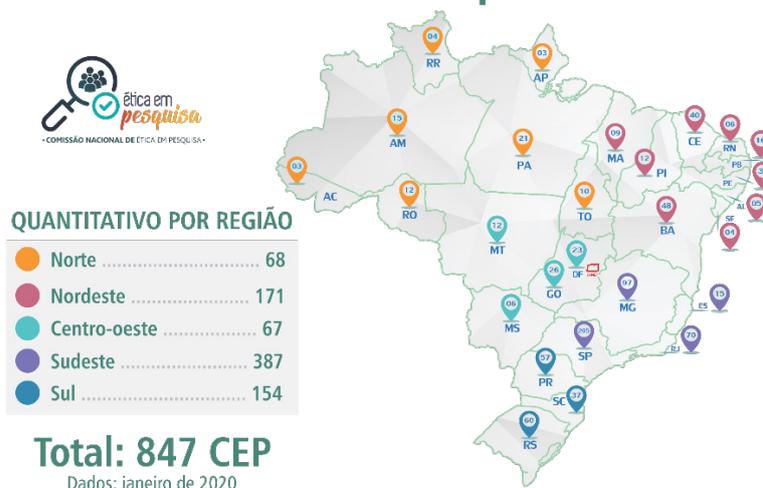


Figura 1: Mapa – Comitês de Ética em Pesquisa ativos no Brasil.

Fonte: CNS, 2020.

Em 2018, foi lançado o Projeto de Qualificação em Comitês de Ética, com o objetivo de normatizar os protocolos e levar conhecimento sobre os marcos regulatórios, processos administrativos bem como melhorar a análise ética dos projetos submetidos na da Plataforma Brasil. Tal projeto consistem em 15 módulos, sendo três deles já foram lançados no ano de 2019, autoeducativo, na modalidade de ensino à distância (PROADI-SUS, 2019).

### 3.1 DA TEORIA À PRÁTICA: ATUAÇÃO DO CEP/UNIAVAN

A atuação conjunta, IES e CEP, é fundamental para que todas as normativas e diretrizes sejam cumpridas. Além disso, não basta cumprir, mas sim disseminar o conhecimento sobre a importância das mesmas e, em disciplinas que abordam métodos de pesquisa, devem conter em sua matriz curricular as noções de ética em pesquisa e como colocá-las em prática.

A importância de envolver professores não membros de CEP nas discussões sobre ética em pesquisa é fundamental, uma vez que, são também eles que estão em sala de aula lecionando disciplinas de metodologias, orientando Trabalhos de Conclusão de Curso ou ainda projetos de Iniciação Científica. Além disso, ampliando essa discussão com os estudantes, pode-se construir uma nova forma de funcionamento em que os próprios discentes passam a já partirem do princípio de que esse processo é necessário, envolvendo docentes que, por ventura, ainda não perceberam ou não acessaram a importância do CEP nas pesquisas.

Ao fazer a comunidade acadêmica compreender a necessidade dessa integração, não vendo o CEP como algo exterior à IES, mas como elemento que também a constitui enquanto ambiente de ensino-aprendizagem e de produção e perpetuação de conhecimento científico, tem-se a possibilidade de que esse saber produzido seja pautado na ética e no respeito aos sujeitos envolvidos.

De encontro à tríade – ensino, pesquisa e extensão – o Comitê de Ética atua junto com o crescimento da IES, tanto no que tange o conhecimento sobre a ética em pesquisa, mas, também, na motivação para que se tenha considerável acríve no número de estudantes interessados em realizar pesquisas

científicas. Tem-se adotado práticas didáticas para levar conhecimento à sala de aula, por meio da ação conjunta com os professores, principalmente que lecionam disciplinas como: metodologia do trabalho acadêmico, estágios supervisionados e trabalho de conclusão de curso.

Esta prática utiliza como metodologia a inserção do acadêmico no universo da pesquisa, trazendo conceitos éticos e a forma de tramitação dos protocolos dentro dos CEPs. O principal objetivo é desmistificar o olhar estigmatizado sobre este processo de análise e desconstruir os pré-conceitos adquiridos, tais como: burocracia, dificuldade em descrever os documentos, demora na análise e liberação do parecer e obstáculos em contato com os agentes administrativos do CEP para sanar possíveis dúvidas.

Contudo, nenhuma ação deve ser tomada sem que haja observação da comunidade acadêmica a qual o CEP está inserido. Cada instituição de ensino demonstra realidades e necessidades diferentes e o Comitê de Ética deve estar atento e planejar ações com o intuito de estar ativo e presente IES.

### 3.1.1 OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO: COMO TRANSFORMAR O CEP EM UMA PEÇA ATUANTE DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR?

A observação, tanto em relação às necessidades dos estudantes, quanto às solicitações advinda dos professores e coordenadores do curso é o primeiro passo para que o Comitê de Ética da instituição seja olhado como referência de ética em pesquisa. Desta forma, o processo de atualização do CEP/UNIAVAN iniciou mapeando as principais fragilidades e possíveis ações a serem realizadas, conforme ilustração abaixo.

## Plano de ação



Figura 2: Plano de ação CEP/UNIAVAN  
Fonte: Autoras, 2020.

Para que os Comitês de Ética se tornem mais atuantes e sejam vistos como referência dentro de suas instituições mantenedoras, é pertinente que, primeiramente, seja feito um mapeamento das fragilidades que os acometem. Dentro desta primeira etapa, é possível descrever como fragilidades comuns aquelas que são vistas e apontadas pelos agentes externos (pesquisadores, discentes e docentes) e, as fragilidades internas, observadas e discutidas entre os membros do Comitê de Ética e funcionários administrativos.

As fragilidades comuns têm como seu principal apontamento: 1) a burocracia que norteia a submissão do protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil e suas etapas; 2) os diversos documentos solicitados e que, muitas vezes, acabam por repetir as informações dos pesquisadores e projeto de pesquisa; 3) o tempo excessivo de espera para validação documental, apreciação ética e, então, a liberação do parecer e; 4) número excessivo de pendências descritas nas análises dos protocolos de pesquisa.

No entanto, os pontos à melhorar, apontados pela maioria dos membros de CEPs e funcionários administrativos são: 1) a falta de investimento e atualização constante no sistema Plataforma Brasil, sendo o principal gerador de dificuldade durante as análises; 2) o não seguimento de normas técnicas para

a formulação dos projetos de pesquisa e a carência de aspectos linguísticos; 3) não interligação dos CEPs ativos no território brasileiro, como forma de troca de informação e aprendizado; 4) falta de nivelamento entre um CEP e outro, referente aos procedimentos técnicos e tempo de análise e; 5) carência de cursos voltados à qualificação e atualização dos membros do CEP.

Após mapeamento, é pertinente encontrar os agentes de transformação desta realidade e, dentro de Instituições de Ensino Superior, é de fundamental importância a ação conjunta entre CEP, Equipe Diretiva e docentes que, estão em contato direto com os discentes. Todos os membros atuantes neste processo de melhoria dos Comitês de Ética devem saber o seu papel e a importância de estar ativo e próximo da comunidade acadêmica como um todo.

As atividades a serem realizadas devem ser planejadas conforme necessidade de cada CEP e cada Instituição de Ensino Superior (ou organização) a qual está inserido. No CEP/UNIAVAN, como forma de qualificação da sua atuação, foi colocado em prática o projeto de Capacitação em Ética em Pesquisa, por meio do qual o coordenador ou secretária do CEP busca parceria com os professores das disciplinas de estágios supervisionados (em cursos que utiliza desta prática como antecedente do trabalho de conclusão de curso), metodologia do trabalho acadêmico e/ou trabalho de conclusão de curso.

Ainda, há uma correlação com o horário de funcionamento do CEP com o das aulas, para que o acesso ao CEP seja estimulado e facilitado. Este contato direto com os docentes e discentes minimizam o pré-julgamento do tempo de espera nas análises dos protocolos de pesquisa e a dificuldade no contato com os membros deste setor. O objetivo desta nova forma de atuar no CEP/UNIAVAN é torná-lo acessível a quem precisar, atuante e disseminador dos preceitos da ética em pesquisa.

Após o planejamento de todas as ações, colocá-las em prática é imprescindível, observando sempre sua aplicabilidade em um contexto de ação e reação do público que está participando deste projeto. Entretanto, outras ações foram planejadas e colocadas em prática com o intuito de intensificar os resultados positivos, tais como: elaboração de material informativo quinzenal, o qual é enviado para os endereços eletrônicos de todos os docentes ativos na instituição; elaboração de material informativo com linguagem simples, o qual é disponibilizado em todos os murais da instituição e, ainda, divulga-

ção, por meio de material impresso e eletrônico do calendário das reuniões mensais do CEP.

Observou-se, também, a necessidade de estimular os membros titulares do CEP com o objetivo inicial de aumentar o quórum das reuniões do colegiado. No entanto, o próprio envio de materiais informativos motivou-lhe a se comprometerem as atribuições delegadas a eles.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos atentamente para a história da ética em pesquisa com seres humanos é notória a necessidade de um constante aperfeiçoamento e uma constante vigilância.

Trazendo a discussão ética para perto de quem está produzindo ciência, ou seja, para dentro das IES, traça-se uma nova possibilidade de, já na formação básica, incluir elementos de ética em cada pequeno movimento acadêmico. Tendo a possibilidade, inclusive, a médio e longo prazo, da construção de uma nova identidade discente naqueles que desejam seguir o caminho da pesquisa

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINSFELD, P. Sistema Nacional de Ética de Pesquisas com Seres Humanos. **Cadernos de Ética em Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 17-30, 15 dez. 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília, n. 12, p. 59, 13 jun 2013, Seção 1.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Saúde. **Norma Operacional 001, de 30 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos de submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, n. 50, p. 53, 14 março 2018, Seção 1.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais

cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Diário Oficial da União. Brasília, p. 46, 24 maio 2016, Seção 1.

CNS, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comites-de-etica-em-pesquisa-conep?view=default> Acesso em: 20 março de 2020.

GOULART, BNG de; LEVEY S; RECH RS. O papel da ética e da integridade da pesquisa na formação dos profissionais da saúde e no desenvolvimento da pesquisa com seres humanos ; The role of ethics and research integrity in the training of health professionals and in the development of human research. 2018 [cited 2019 Aug 1]; Available from: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.3264536F&lang=pt-br&site=eds-live> Acesso em: 10 dezembro de 2019.

GUERRIERO, I. C. Z. Resolução no 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2L1egYc>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

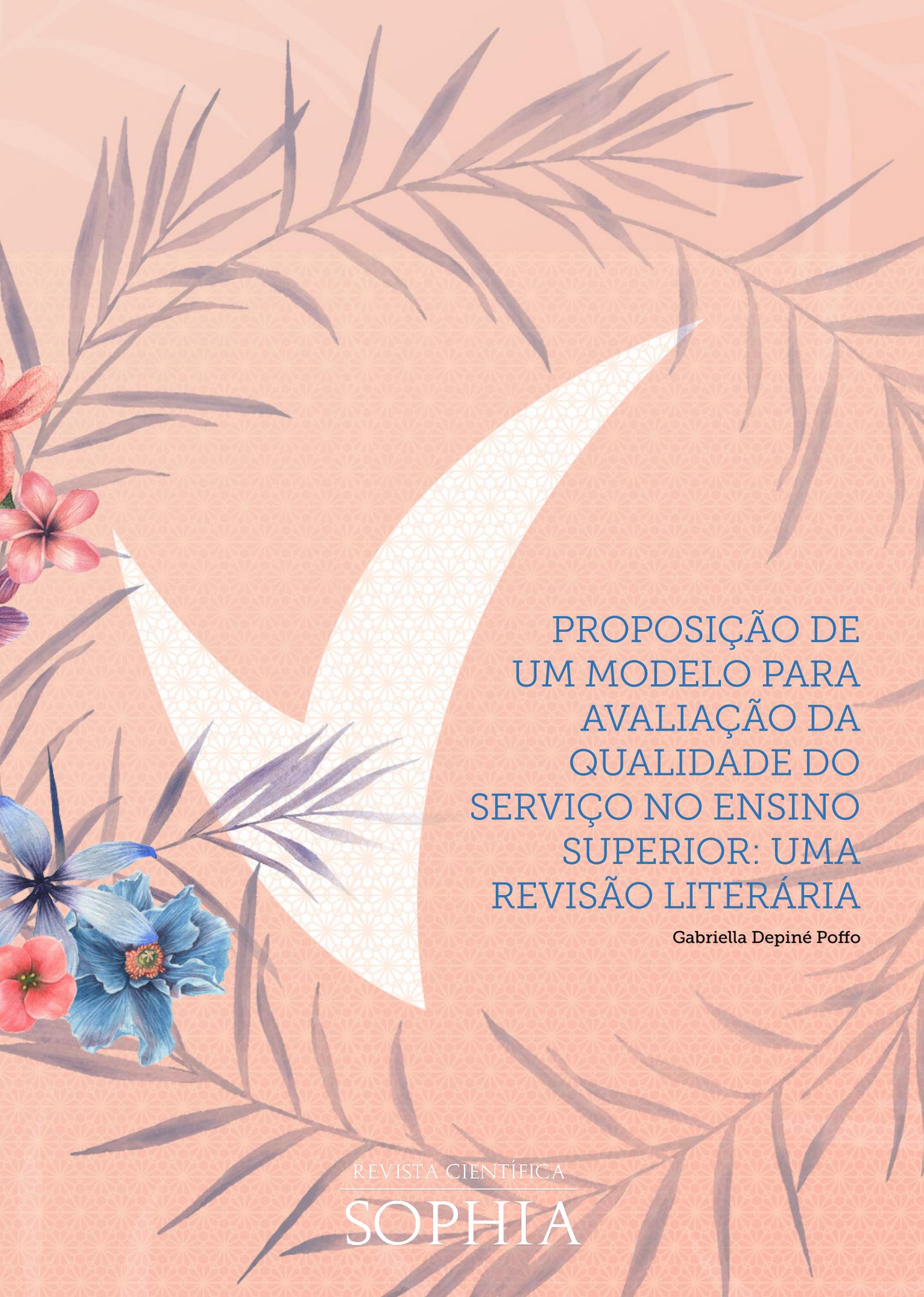
JÁCOME M de QD; ARAUJO TCCF de; GARRAFA, Volnei. Comitês de ética em pesquisa no Brasil: estudo com coordenadores. 2017 [cited 2019 Aug 1]; Available from: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.89FE75CB&lang=pt-br&site=eds-live> Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 2, dec. 2008. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/re-ciis/article/view/863>>. Acesso em: 06 aug. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.3395/re-ciis.v2i0.863>.

MAINARDES, Jedderson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 40, p. 160-173, mai-ago, 2017.

PROADI-SUS. Ministério da Saúde. Projeto de Qualificação dos Comitês de Ética. <https://hospitais.proadi-sus.org.br/projetos/62/qualificacao-dos-ceps> Acesso em: 15 abril de 2020.





PROPOSIÇÃO DE  
UM MODELO PARA  
AVALIAÇÃO DA  
QUALIDADE DO  
SERVIÇO NO ENSINO  
SUPERIOR: UMA  
REVISÃO LITERÁRIA

Gabriella Depiné Poffo

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

# PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

<sup>1</sup> Centro Universitário  
Avantis – UNIAVAN.  
Doutorado e Mestrado  
em Administração.  
E-mail: gabriella.  
depine@uniavan.edu.br.

Gabriella Depiné Poffo<sup>1</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma proposição de um modelo para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior (IES). Como modelos teóricos, para o desenvolvimento consideraram-se os estudos e discussões sobre Serviços e respeito à Teoria da Qualidade. Trata-se de uma continuidade à pesquisa de Poffo e Verdinelli (2017). Analisar a qualidade é uma temática que tem muitos adeptos e neste artigo entende-se a mesma como a conformidade com os requisitos e atendimento das expectativas dos clientes. Neste sentido, para a construção e validação do modelo de avaliação da qualidade de serviços educacionais buscou-se, primeiramente, traçar uma revisão de literatura baseada em teorias já validadas por diversos autores, como Parasuraman, Berry e Zeithaml (1985, 1988), Cronin e Taylor (1992), Abdullah (2006), Icli e Anil, (2014), Dias Sobrinho (2010) e o instrumento de avaliação do MEC, dentre outros estudos. Como resultado foi proposto um modelo que se divide em nove dimensões: Reputação Mercadológica; Segurança; Atendimento Administrativo; Relacionamento Interpessoal; Infraestrutura; Oportunidade de Carreira; Aspectos Educacionais; Aspectos Acadêmicos; e Transformação Social.

**Palavras-chave:** Modelo de Avaliação. Qualidade nos Serviços. Ensino Superior. Instituições de Ensino.

**PROPOSAL OF A MODEL FOR ASSESSING QUALITY OF SERVICE IN HIGHER EDUCATION: A LITERARY REVIEW PROPUESTA DE UN MODELO PARA EVALUAR LA CALIDAD DE SERVICIO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UNA REVISIÓN LITERARIA**

**ABSTRACT**

*This research aims to develop a proposal for a model for evaluation of the quality of services provided by higher education institutions (HEIs). As theoretical models, studies and discussions on Services and respect to Quality Theory were considered for development. This is a continuation of the search for Poffo and Verdinelli (2017). Analyzing quality is a theme that has many adherents and in this article is understood the same as the compliance with the requirements and meeting the expectations of customers. In this sense, to construct and validate the model of evaluation of the quality of educational services, it was first sought to draw up a literature review based on theories already validated by several authors, such as Parasuraman, Berry and Zeithaml (1985, 1988), Cronin and Taylor (1992), Abdullah (2006), Icli and Anil, (2014), Dias Sobrinho (2010) and the MEC evaluation tool, among other studies. As a result, a model was proposed that is divided into nine dimensions: Market Reputation; Safety; Administrative Support; Interpersonal relationship; Infrastructure; Career Opportunity; Educational Aspects; Academic Aspects; and Social Transformation.*

**Keywords:** Evaluation Model. Quality in Services. Higher education. Teaching Institutions.

## 1 INTRODUÇÃO

A qualidade é um dos alicerces da competitividade, termo presente nas atividades de gestores, empresários, clientes e educadores para promover um diferencial. Além da presença do termo nas atividades humanas, verifica-se a relevância da qualidade como diferencial competitivo, assim como, a relação entre a qualidade e a satisfação dos clientes.

Uma das formas de se analisar a qualidade dos serviços é através de sistemas de avaliação da qualidade. Os sistemas são formados por um conjunto de elementos que têm por objetivo analisar a qualidade do serviço e/ou processo avaliado. O instrumento para levantar dados é um dos elementos que compõem os sistemas de avaliação. Eles são desenvolvidos a partir de uma percepção do que se entende por qualidade. É a partir da aplicação do instrumento que se coleta dados que possibilitam determinar os melhores mecanismos para direcionar esforços no sentido de ajustar os serviços às especificações dos consumidores e clientes (KHADRAOUI & FELTUS, 2012).

A avaliação da qualidade em serviços pode ser compreendida como uma ação associada a um desempenho de quanto essa atividade representou ganhos efetivos, benefícios ou prêmios ao usuário e isso, é claro, torna-se mais difícil de avaliar (PALADINI & BRIDI, 2013). Para Campos, Lopes Neto, & Martins (2014), os modelos de avaliação evoluem em sintonia com a evolução das teorias da qualidade. Essa evolução está relacionada com a expansão do setor de serviços. Esse setor é tão significativo que nos países desenvolvidos mais de 70% dos empregos são gerados por ele. No Brasil, este setor foi o que mais evoluiu, seguido do setor da indústria, e por último, setor da agropecuária, correspondendo a 68,5% do produto interno bruto brasileiro (SELEME, 2016).

Devido ao aumento das exigências dos consumidores, as organizações vêm incorporando, a filosofia da “servicilização”, que envolve a preocupação com a qualidade, com o atendimento aos clientes e com a personalização das atitudes na operação, estando presente a busca constante da satisfação e da retenção dos clientes (EBERLE, MILAN, & LAZZARI, 2010).

Essa evolução dos serviços também é encontrada no setor educacional, principalmente, no ensino superior. Os achados desta pesquisa indicam que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem se preocupar, cada vez mais,

em se tornarem competitivas na percepção de seus clientes-alvo, com base na valorização dos atributos inerentes à qualidade dos serviços prestados, sobretudo, no que tange à qualidade dos cursos e de sua infraestrutura. A qualidade dos serviços prestados no ensino superior abrange uma série de atributos sobre os aspectos acadêmicos, administrativos e de serviços de apoio (SULTAN & WONG, 2012).

Para os autores Mondo & Fiates (2014), a qualidade é uma construção evasiva e indistinta. Ainda de acordo com eles, a qualidade pode ser compreendida da seguinte forma: é o que o cliente quer e como ele a julga. No ensino superior a qualidade do serviço é algo específico, pois a ampliação da qualidade da educação superior é imprescindível. Para Cunha, (2014), a qualidade não é uma adjetivação que remete a um construto universal, mas são propriedades que se encontram nos seres, ações ou nos objetos.

Um dos grandes norteamentos da qualidade é o atendimento das expectativas dos consumidores. A partir dos estudos de Parasuraman, Berry, & Zeithaml (1985; 1988), as percepções da qualidade dos serviços são influenciadas por uma série de lacunas e a qualidade define-se através da diferença da percepção de desempenho e os níveis dos serviços prestados. A percepção da qualidade do serviço será favorável se a prestação exceder as expectativas dos clientes ou poderá ser desfavorável quando as expectativas não forem cumpridas

Em consequência do necessário aumento da competitividade e da exigência de práticas de gestão mais eficientes estudam-se formas de tornar os serviços no ensino superior brasileiros cada vez mais adequados para suprirem as necessidades dos alunos, aperfeiçoando-os em qualidade. Dessa maneira, as IES têm se dedicado a buscar vantagens competitivas sustentáveis que estimulem a captação de novos alunos e a redução da evasão, passando a preocuparem-se com a satisfação dos seus alunos, seus clientes diretos (CAMPOS, LOPES NETO, & MARTINS, 2014).

Atualmente os jovens têm acesso ao ensino superior de modo muito diferente da década de 1980 e 1990. Na época, os processos seletivos eram concorridos e estudar em uma IES era algo inesperado nas famílias. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB n. 9.394/96 a oferta do ensino superior sofreu um aceleramento, houve uma expansão na oferta.

Ou seja, os serviços educacionais de ensino superior entraram numa nova era. Walter, Tontini, & Domingues (2005), afirmam que o sistema educacional se aproxima, cada vez mais, de um mercado onde a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes são fundamentais para a sobrevivência das IES.

De acordo com o censo da educação superior de 2014, chegam a 35% os alunos que são a primeira geração de ensino superior da família (INEP, 2016). O cenário é novo, dinâmico e competitivo, em 2014 mais de 3,1 milhões de alunos ingressaram nos cursos superiores no Brasil (INEP, Ministério da Educação, 2015). Inclusive, o número de matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas cresceu 129% nos últimos treze anos, para as matrículas de cursos à distância no período de 2009 a 2013, o crescimento registrou 37,5%. O número de IES no Brasil esteve em constante ascensão na última década com um crescimento de 102,6%, hoje temos cerca de 2.368 IES devidamente credenciadas e em funcionamento no Brasil, sendo que destas 87,4% das IES são privadas (INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira, 2016). O número de matrículas supera 7,8 milhões de alunos no ensino superior. As matrículas de graduação da rede privada alcançaram em 2014 a maior participação percentual dos últimos anos, 74,9%. Das IES brasileiras 83,9% são faculdades, mas, nesse tipo de organização acadêmica, estão matriculados apenas 28,6% dos estudantes.

No âmbito educacional, considerar a qualidade em serviços no mercado atual é de extrema importância, dada a amplitude de ofertas e a abertura de mercados competitivos (STELLA & GNANAM, 2004; KASSIM & ZAIN, 2010). Com a necessidade de se manterem protagonistas no mercado os estudos sobre a qualidade no ensino superior têm-se propagado na última década. Também ao redor do mundo têm sido implementados modelos específicos para avaliar de diversas formas a qualidade do ensino superior. A falta de qualidade, ou a qualidade percebida como insatisfatória do serviço de educação pode gerar a desistência ou desmotivação em relação aos cursos de graduação (SIMIC & CARAPIC, 2008).

Retornando à expressividade do número de IES no Brasil, é essencial que a educação superior possa continuar contribuindo com o desenvolvimento social e econômico do país. Por um lado, a legislação aplicada pelo Ministério da Educação (MEC, 2016) impõe um conceito de qualidade da IES na relação de

composição dos índices de qualidade relacionados com a legislação, entretanto, a sua má compreensão e a sua utilização taxativa como modelador impositivo de uma ideia ministerial de qualidade não responde ao mandamento constitucional da pluralidade e da diversidade representada em uma IES. É preciso repensar sobre a definição de qualidade no ambiente educacional (DIAS SOBRINHO, 2008; SOUZA & REINERT, 2010; CUNHA, 2014; MOROSINI, 2014; BERTOLIN & MARCON, 2015; FRANCISCO, 2015).

No Brasil o sistema de avaliação da qualidade no ensino superior brasileiro, aperfeiçoado através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem a importante missão de avaliar a graduação valorizando aspectos indutores da melhoria da qualidade da educação superior e da formação acadêmica dos estudantes brasileiros. As avaliações estruturadas no âmbito deste sistema aferem a qualidade das IES, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Dias Sobrinho (2005), relata que o SINAES trouxe uma inovação significativa para o cenário educacional brasileiro, permitindo que as IES usufríssem da possibilidade de desenvolver, aplicar, acompanhar e avaliar um projeto institucional. Porém, o que evidenciamos em pesquisas da qualidade do ensino superior brasileiro é que o modelo executado pelo MEC é meramente somativo e formativo e que este estabelece posições de rankings para tratar do conceito de qualidade dos cursos e das IES avaliadas (BERTOLIN, 2007; DIAS SOBRINHO, 2008; MOROSINI, 2014; FRANCISCO et al., 2015).

A educação superior precisa ser vista como um meio de melhorar a produtividade organizacional bem como a redução das desigualdades sociais. Dias Sobrinho (2008, p. 226) afirma que “[...] Em algum sentido, o futuro da humanidade será o que da educação superior vier a ser feito. E reciprocamente. Mais do que nunca os destinos do Homem sobre a terra se vinculam aos conhecimentos e às técnicas”.

Por isso, a qualidade é como um distintivo que deve ser controlado pelos gestores, que por sua vez, precisam estar à frente para conhecer a realidade dos seus clientes, pensando e repensando mudanças e estratégias organizacionais adaptativas que farão com que as instituições permaneçam no mercado, sem esquecer o papel que para ele representam e para a evolução de um país, por meio da formação de cidadãos com ensino superior. Para Cheng & Tam (1997), a qualidade na educação é um conceito multidimensional e não pode ser ava-

liada por um único indicador, já que o grande fator está diretamente ligado com a perspectiva de quem recebe o serviço, ou seja, se há realmente qualidade nos serviços prestados pela IES.

Para Abdullah (2006), os serviços de qualidade são, simultaneamente, uma atitude e julgamento em relação ao serviço prestado sendo um conceito de difícil contabilização, visto que há uma perspectiva subjetiva presente no juízo prestado pelo próprio consumidor. No intuito de auxiliar nesse processo de busca pela qualidade nas IES brasileiras, o objetivo deste trabalho é propor um modelo de avaliação da qualidade dos serviços, a partir de uma continuidade à pesquisa “Sistema de avaliação da qualidade dos serviços das IES: revisão dos modelos existentes” (POFFO & VERDINELLI, 2017) na qual realizou-se uma revisão teórica dos seguintes modelos de avaliação da qualidade: SERVQUAL, SERVPERF, HEDPERF, PESPERF e HEDQUAL. Para isso fez-se a codificação da percepção da qualidade dos serviços no ensino superior, com base na revisão literária.

## 2 UM PANORAMA SOBRE OS MODELOS DE QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

O aumento da quantidade de IES e de vagas de ensino superior tornou o ambiente mais competitivo, aliadas com as exigências frequentes do MEC, tem potencializado a necessidade das instituições buscarem vantagens competitivas. Os números revelam um crescimento dinâmico da oferta dos serviços de ensino superior e sugerem um cenário fortemente competitivo para as IES privadas (CAMPOS; LOPES NETO; MARTINS, 2014). De acordo com a legislação vigente, as IES são classificadas conforme sua natureza jurídica, podendo ser pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. Além dessas classificações, diferencia-se como Faculdade, Centro-Universitário e Universidade, podendo ser pública ou privada, com ou sem fins lucrativos.

No atual contexto de competição em nível global, a qualidade na prestação de serviços educacionais está se tornando um importante diferencial e base para o sucesso, sendo uma das mais poderosas tendências que influenciam as estratégias de negócios educacionais (SILVA & PEREIRA, 2012). Nessa direção, Lorêmçon (2016) afirma que a qualidade se tornou o diferencial

mais importante, um investimento competitivo organizacional. Portanto, sua aplicabilidade está além de garantir a qualidade do produto ou serviço, sendo uma maneira engrenada de gerenciar os processos internos empresariais para assegurar a completa satisfação do cliente (LORÊMÇON, 2016). Concentrado em um ambiente altamente competitivo, as instituições educacionais buscam estratégias sólidas de educação (TOLENTINO, 2013).

Pinto, Mello, & Melo (2016, p. 91), ressaltam até a atualidade a avaliação de qualidade ganhou mais notoriedade e relevância, aumentando o número de especialistas, uma vez que a avaliação “tornou-se um instrumento necessário para o processo sistemático de análise, acompanhamento e orientação das atividades desenvolvidas”. Contudo, Bertolin (2007) salienta que encontrar argumentos confiáveis para os modelos da qualidade no ensino superior não é uma tarefa simples, pois demanda o desenvolvimento de abordagens teórico-conceituais sobre qualidade de educação, operacionalização desta em forma de indicadores, levantamento dos dados e informações sobre o sistema de educação e, por fim, uma análise interpretativa do comportamento dos indicadores ao longo do tempo.

Dando a relevância de realizar esforços para melhorar a qualidade no ensino superior, constata-se que em muitos países esse assunto tem ganhado importância, como nos Estados

Unidos, Austrália, Portugal, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Coréia do Sul, entre tantos outros (MAINARDES, DOMINGUES, & DESCHAMPS, 2009). Nos achados da sua pesquisa, os autores afirmam que o desafio que se enfrenta em relação à qualidade é precisamente a redefinição de um modelo estruturado com a finalidade de avaliar a qualidade dos serviços educacionais. Em sentido complementar, as autoras Freitas & Silveira (1995, p. 24), entendem que “A universidade precisa e deve ser avaliada porque é uma organização social e porque produz educação, portanto, um bem público que é, por direito, garantido a toda sociedade”.

A demanda por serviços educacionais tem aumentado, acompanhando esse crescimento, devido à alta exigência de seu mercado-alvo, principalmente, no que se refere à qualidade do serviço oferecido (GOUVÊA, ONU-SIC, & MANTOVANI, 2016). Assim sendo é possível identificar na literatura a continuidade de pesquisas sobre avaliação da qualidade dos serviços ao

longo do tempo, como pode ser observado, dentre outras, pelas pesquisas de Athiyaman, (1997), Pereira & Silva (2003), Chua (2004), Milan & Maioli (2005), Douglas, Douglas, & B.

(2006), Abdullah (2006), Yeo (2008), Gallifa & Batallé (2010), Senthilkumar & Arulraj (2011), Lizote, Verdinelli, Borba, & Brasil (2014), Gouvêa, Onusic, & Mantovani (2016).

Estudos como o de Athiyaman (1997) representam uma contribuição na análise da qualidade dos serviços educacionais, pois, em pesquisa realizada em uma universidade australiana, verificou a relação positiva entre expectativas dos alunos e a satisfação do consumidor quanto à qualidade percebida do serviço. Outro trabalho sobre qualidade dos serviços foi publicado por Scott (1999). Ele desenvolveu uma abordagem de pesquisa para verificar a qualidade dos serviços em instituição de ensino superior na Inglaterra. Como contribuição constatou que o valor do aluno como cliente é o caminho da vantagem competitiva. Não é apenas o aluno que é entendido como cliente da IES. Os pesquisadores Pereira e Silva (2003) e Yeo (2008) identificaram quem são esses clientes com base em vários estudos internacionais. Eles apontaram uma lista que inclui: os alunos, os empregadores, a família, a sociedade e a própria IES. Em contrapartida, há estudos que incluem na definição clientes apenas aos alunos, dentre os que se destaca o de Souza e Reinert (2010), que afirmam que um aluno pode ser entendido como um simplesmente cliente, mas como um verdadeiro parceiro no processo de ensino-aprendizagem. O estudante parceiro não é um aluno produto a ser processado como matéria-prima, nem um aluno-cliente do lado de fora do balcão de atendimento, mas um participante ativo no processo de ensino-aprendizagem que se comporta como um sócio em relação à escola.

Além disso, Chua (2004) em estudo realizado em Toronto no Canadá sobre a percepção da qualidade no ensino superior, considerando os estudantes como consumidores comprando os serviços prestados pela educação, verificou que os atributos para classificar a qualidade estão em conformidade com o sistema de operação da organização em converter as entradas em saídas, através do processo. Desta forma, podem-se associar as melhorias da qualidade com o sistema de qualquer organização, incluindo o setor da educação. Para o referido autor, a entrada (*input*) é classificada como o processo

seletivo dos alunos no ensino superior e o processo é o mecanismo de ensino e aprendizagem, conteúdo ministrado, relacionamento com o professor, precisão do conteúdo curricular, preocupação com os alunos, atividades sociais, por fim, todas as atividades da vida acadêmica. Já a saída (*output*) deve ser definida como a empregabilidade, a performance acadêmica. O autor fortalece, portanto, que futuras investigações sobre este tema irão fornecer uma base para melhoria da qualidade no ensino superior.

Alguns autores já pensaram e propuseram modelos de avaliação da qualidade do serviço.

Muitos desses modelos de avaliação de serviços já são amplamente conhecidos, entre eles o HEdPERF (ABDULLAH, 2006) desenvolvido para avaliar a qualidade dos serviços educacionais na Coreia do Sul. Em sentido complementar, Senthilkumar e Arulraj (2011) apresentaram um modelo para a medição da qualidade do serviço educacional baseado na realidade das IES na Índia. Os autores revelam que a qualidade da educação se fundamenta nas melhores metodologias de ensino, em excelentes recursos físicos, na oferta de uma ampla gama de programas e disciplinas e no aperfeiçoamento da empregabilidade dos graduandos. Essas características, portanto, seriam nas que imprescindivelmente há que investir para garantir a qualidade, sugerindo que esses devem ser indicadores de futuros modelos de avaliação.

No contexto do Brasil, Mondo e Fiates (2014) realizaram um mapeamento bibliométrico dos modelos de qualidade em serviços, com a finalidade de analisar as publicações brasileiras acerca do seu uso em instituições de ensino superior. Os principais resultados da pesquisa mostraram a predominância do uso do modelo SERVQUAL, seguido do modelo SERVPERF. Outro modelo que vem ganhando destaque no cenário mundial é o HEDQUAL. Desenvolvido por Anil & Icli (2014), o HEDQUAL visa medir a qualidade dos serviços prestados em uma IES para programas de pós-graduação. Foi usado na Turquia com a finalidade de mensurar a qualidade desses programas de ensino superior.

No Brasil, entre os pesquisadores que se destacam estão Silva e Pereira (2012) que avaliaram a qualidade dos serviços prestados por uma IES para os alunos do curso de administração na cidade de São Paulo. Outro modelo desenvolvido no contexto brasileiro é o

GAP (XAVIER, 2009). Ainda, apresenta uma adaptação do modelo conceitual de qualidade em serviço para a avaliação educacional de um curso de pós-graduação de uma instituição de ensino superior no município de Guarapuava, Paraná. O autor discute as potencialidades e as limitações do emprego dessa técnica para reconhecer a percepção de qualidade dos estudantes do curso em estudo.

Outras pesquisas conduzidas no Brasil incluem a Corrêa Neto, Miguel, & Pires (2015), que analisaram o nível de satisfação dos alunos de uma IES, agrupando os atributos em 6 blocos: as atividades didático-pedagógicas, biblioteca, laboratórios de apoio e secretaria, coordenação do curso e corpo docente.

Já os pesquisadores Campos, Lopes Neto e Martins (2014) propuseram avaliar a qualidade dos serviços na educação superior junto aos alunos de uma instituição privada no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo teve como objetivo analisar a qualidade dos serviços com base nas expectativas e percepções distintas e na percepção dos serviços recebido pelos discentes. Outra investigação, realizada por Lizote, Verdinelli, Borba e Brasil (2014) avaliou as relações entre os construtos envolvidos entre o professor, alunos, interesse professor-aluno, exigência do curso e organização do curso com a satisfação dos discentes no estado do Amazonas e Santa Catarina.

Em sentido complementar, o artigo de Cunha (2014) apresenta uma reflexão acerca da qualidade e seus indicadores. O autor constatou a importância de se analisar os modelos e indicadores de qualidade existentes e novos para as IES no Brasil. Gouvêa, Onusic, Mantovani (2016) avaliaram a qualidade dos serviços do curso de administração em uma instituição pública de São Paulo, os resultados encontrados podem servir de referência para os gestores de cursos de graduação empenhados no estreitamento da relação com o corpo discente e, conseqüentemente, no fortalecimento de sua lealdade ao curso.

Por sua vez, Alves (2016) fez um estudo sobre a gestão das instituições de ensino superior, propondo um referencial de qualidade na gestão do conhecimento. Poffo & Marinho (2016), realizaram um estudo para identificar a percepção da qualidade entre os discentes, docentes e gestores em uma instituição de ensino superior privada de Balneário Camboriú, utilizando o modelo HedPerf adaptado para diagnóstico do estudo. Essas pesquisas que avaliam a qualidade dos serviços prestados pelas IES têm em comum o papel de desta-

que dado aos docentes e discentes no processo de gestão, a percepção deles de qualidade e de como ela é percebida durante a oferta dos serviços (POFFO & MARINHO, 2016; ALVES, 2016; GOUVÊA; ONUSIC & MANTOVANI, 2016).

Com a evolução desses estudos nesse setor, os modelos de avaliação da qualidade dos serviços se incrementaram nas instituições. Em síntese os modelos mundialmente mais conhecidos são: SERVQUAL (PARASURAMAN; ZEITHAML & BERRY, 1985; 1988), SERVPERF (CRONIN & TAYLOR, 1992), HERDPERF (ABDULLAH, 2006) PESPERF (KARA & YILDIZ, 2009) e HEDQUAL (ANIL & ICLI, 2014). Apesar da legitimidade da ampliação desses modelos, nenhum deles foi desenvolvido no Brasil, o que permite encontrar fragilidades e limitações uma vez que o ensino superior brasileiro ainda carece de um modelo de avaliação que considere as suas peculiaridades, legislação e cultura. Como o que se propõe é construir um modelo, antes de fazê-lo, é imprescindível analisar as razões de entender como inadequados, para a realidade brasileira, os modelos existentes. Isto que se apresenta nos parágrafos seguintes.

O Modelo SERVQUAL, desenvolvido por Parasuraman, Berry & Zeithaml (1985) é criado para avaliar a qualidade dos serviços, é o mais utilizado no mundo. Da mesma forma que é muito utilizado, igualmente recebe críticas dos pesquisadores em decorrência da sua inadequabilidade. O Modelo SERVQUAL também foi aplicado em Instituições de Ensino Superior quando o ensino começou a enfrentar críticas em relação a sua qualidade. As IES adotaram a aplicação desse modelo buscando assegurar a competitividade.

Dentre os críticos do SERVQUAL encontram-se Cronin & Taylor (1992). Para eles a escala é falha por estar baseada num paradigma de satisfação em vez de um modelo atitudinal. Conforme Lopes, Hernandez, & Nohara (2009), comentam, a escala SERVQUAL tem baixa consistência fatorial. Essas falhas podem gerar uma barreira quanto a tentativa de avaliar a prestação de serviço de qualidade (CHAGAS, 2010). Dessa forma, o modelo SERVQUAL cria uma análise linear dos aspectos de qualidade constituindo-se em uma limitação metodológica (LOURENÇO & KNOP, 2011). Apesar da sua aplicabilidade no ensino, o modelo foi extraído de outro contexto, o que dificulta a confiabilidade desse instrumento (CHUA, 2004). Por outra parte, embora a crescente popularidade, os críticos Rave & Giraldo (2015) questionam a relevância do componente “expectativas”, argumentando que ele não tem suporte teórico.

Referente ao modelo SERVPERF (1992) foram feitas críticas em relação à escala, que tem foco nas ações internas que a administração precisa implantar para garantir um serviço de qualidade. O modelo SERVPERF (1992), para Kara & Yildiz (2009), apresenta as mesmas limitações que o modelo SERVQUAL (1988).

Com relação ao modelo PESPERF (2009), apesar do seu progresso para avaliação da qualidade em serviço, ele apresenta-se muito específico para o curso de educação física. Ele é ideal apenas para avaliações de cursos isolados, portanto, não é indicado para a avaliação ampla dos serviços de ensino (RAVE & GIRALDO, 2015).

Respeito ao modelo HEdPERF (2006) é possível encontrar discussões que o criticam por estar projetado apenas para medir a qualidade do serviço em nível macro, podendo ser considerado como um instrumento de medição genérico (KARA & YILDIZ, 2009). Ou seja, não é específico o suficiente para capturar as características únicas das instituições em nível inferior. Contêm, por exemplo, itens da escala que avaliam saúde e dormitórios, relacionados aos serviços oferecidos pela IES, e não avalia os serviços mais utilizados no Brasil como a biblioteca e laboratórios, não permitindo generalizações (ANIL & ICLI, 2014).

Apesar dos progressos nos modelos de avaliação da qualidade dos serviços, como se observou, ainda não há um capaz de ser utilizado na diversidade de IES brasileiras, pois nenhum deles consegue avaliar as instituições em sua totalidade. Esses modelos também se mostram insuficientes para avaliar as percepções e expectativas dos discentes no universo do ensino superior brasileiro. Soma-se a isso que, até o momento, não há consenso sobre a estrutura ideal para esses serviços, dificultando a identificação das percepções e expectativas dos serviços dos vários tipos de clientes (RAVE & GIRALDO, 2015). Assim sendo, se reforça a importância de novos estudos sobre esta temática.

A expansão do ensino superior e a legislação vigente geram dificuldades para aferir o conceito de qualidade no ensino superior brasileiro. Em particular, porque a qualidade de um curso é determinada pelo desempenho dos seus alunos em exames realizados de forma isolada, e muito dos conceitos se calculam por indicadores de questionários socioeconômicos (DIAS

SOBRINHO, 2010; RIBEIRO, 2010; RIZZATTI, 2010; CUNHA, 2014; SALMERONFIGUEREDO, 2015).

Denota-se, consideravelmente, que avaliação da qualidade dos serviços fortalece o direcionamento dessas organizações para um posicionamento mais estratégico e competitivo, por isso, defende-se a necessidade de avaliar a perspectiva dos discentes referente aos serviços educacionais prestados pelas IES. Bertolin (2007, p. 27), ainda complementa que:

As investigações acerca do fenômeno da qualidade em educação superior são plenamente justificáveis visto que informações e dados sobre o desenvolvimento e a evolução da qualidade no Ensino Superior em tempos de mercantilização são raros e, até o momento, inconclusos, tanto em nível mundial como em termos de Brasil.

Com a mesma responsabilidade das grandes empresas, as IES precisam fortalecer a qualidade dos serviços e potencializar a sua interação com os consumidores. As instituições privadas e as comunitárias estão na luta com as obrigações financeiras, criação de novas IES, fusões e aquisições. Assim, poder contar com um instrumento que auxilie na identificação dos serviços que devem ser melhorados, na percepção dos discentes, representa uma nova ênfase para essas instituições em busca de melhoria constante.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta uma proposição de um Modelo de Avaliação da Qualidade dos Serviços para IES, baseado em teorias já validadas por diversos autores, como

Parasuraman, Berry & Zeithaml (1985, 1988), Cronin & Taylor (1992), Abdullah (2006), Anil & Icli, (2014) e o instrumento de avaliação do MEC, dentre outros estudos. Neste sentido, tratase de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e qualitativo.

### 4 RESULTADOS

Apresenta-se abaixo um quadro síntese constando os elementos que resultam a Qualidade do Ensino Superior originado por diversas concepções

de autores, mencionados anteriormente, em nível internacional e o instrumento de avaliação da qualidade estruturada pelo MEC para elaboração do Modelo proposto neste estudo.

AUTORES	Elementos que resultam em Qualidade no ES
PARASURAMAN, BERRY E ZEITHAML (1988) Modelo Servqual	Aspectos tangíveis; Confiabilidade; Presteza; Segurança; e, Empatia.
CRONIN E TAYLOR (1992) Modelo Servperf	Aspectos tangíveis; Confiabilidade; Presteza; Segurança; e, Empatia.
ABDULLAH (2006) Modelo Hedperf	Aspectos não acadêmicos; Aspectos acadêmicos; Reputação; Acessibilidade; e, Conteúdo do programa
KARA; YILDIZ (2009) Modelo Pesperf	Confiabilidade, Capacidade de resposta Comunicação Credibilidade Segurança Competência Cortesia Compreensão Acessibilidade.
ANIL; ICLI (2014) Modelo Hedqual	Qualidade acadêmica Qualidade dos serviços administrativos Qualidade dos serviços de apoio Qualidade dos serviços de biblioteca Qualidade em proporcionar oportunidade de carreira
Instrumento de Avaliação da Qualidade do MEC (2016)	Planejamento e Avaliação Institucionais Desenvolvimento institucional Políticas Acadêmicas Políticas de Gestão Infraestrutura

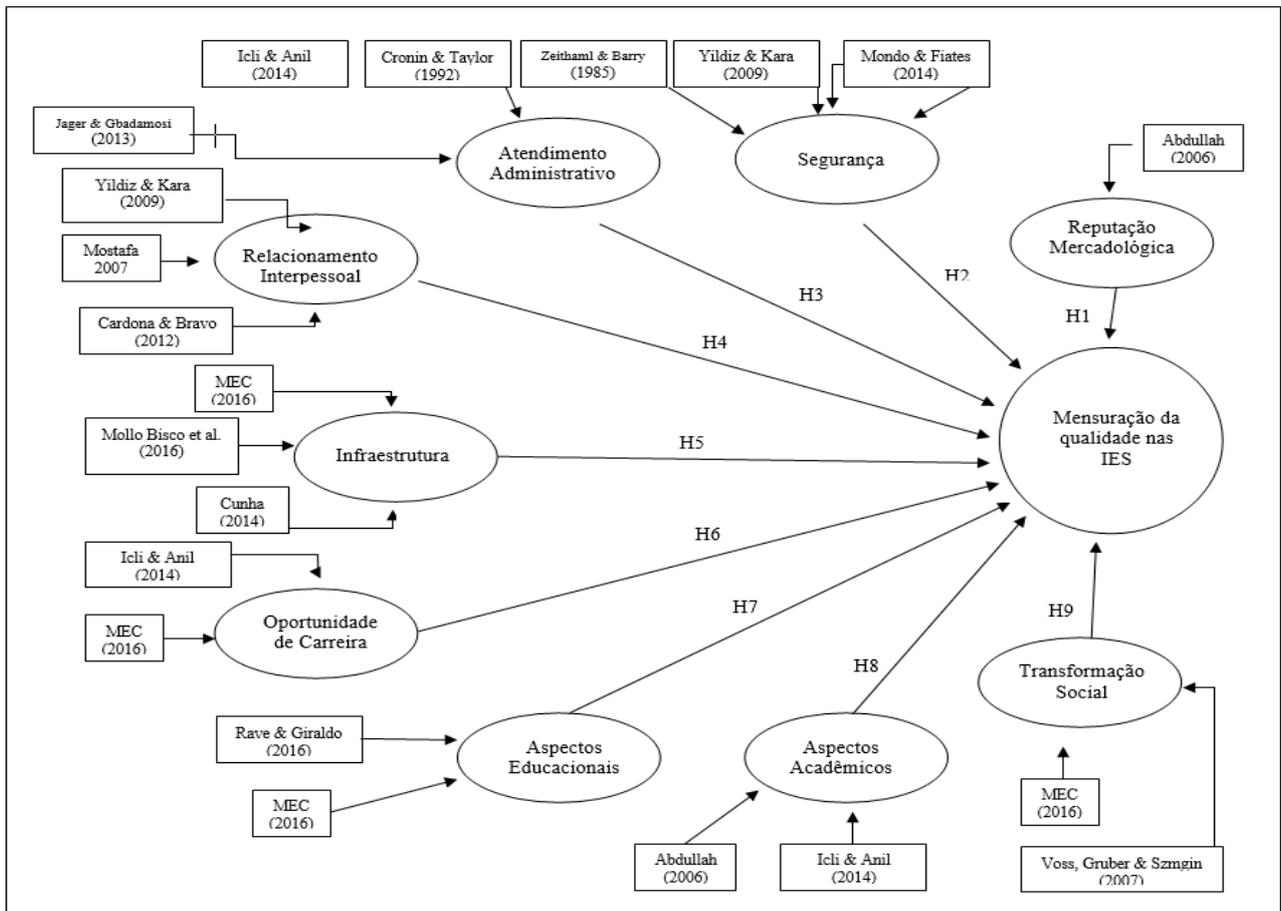
**Quadro 1: Elaboração do Modelo**  
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2016.

Os resultados dos modelos pesquisados reforçam a relevância da expansão dos serviços educacionais a partir da perspectiva dos discentes, pois quem utiliza os serviços é aquele que pode promover a melhoria da qualidade no ensino superior. O *gap* teórico centra-se na necessidade de desenvolver um modelo teórico que permita avaliar a qualidade dos serviços nas IES. Tal afirmação está sustentada pelas perspectivas de autores como Dias Sobrinho (2010), Ribeiro (2010), Silva & Pereira, (2012), Campos, Lopes Neto & Martins, (2014). Os modelos de avaliação da qualidade dos serviços existentes não suprem as necessidades das IES brasileiras, pois desconsideram uma série de fatores, entre eles: dimensão cultural, infraestrutura específica como bibliotecas e laboratórios e questões legais.

Como proposição do modelo, o primeiro passo implicou no processo de criação do instrumento de pesquisa. A primeira fase foi estruturar um desenho de pesquisa oriundo das teorias já existentes e consagradas na literatura. A intenção foi construir um modelo eficiente para pesquisar qualidade no ensino superior baseado em autores citados no Quadro 1 e, a partir desses construtos, evidenciar a partir da realidade brasileira os pontos necessários para avaliação da qualidade dos serviços educacionais em IES.

O instrumento criado abrange nove dimensões para avaliar a qualidade dos serviços do ensino superior, sendo eles: Reputação Mercadológica, Segurança, Atendimento administrativo, Relacionamento Interpessoal, Infraestrutura, Oportunidade de Carreira,

Aspectos Educacionais, Aspectos Acadêmicos e Transformação social. O nome do Modelo é PHERFFO – Performance Higher Education Poffo. Na Figura 1 apresenta-se o modelo teórico construído com base na revisão da literatura.



**Figura 1: Proposição do modelo PHERFFO da relação causal pesquisa**  
 Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Diante do avanço ao referencial teórico levantado foi construído uma proposição inicial do modelo que procurou representar a realidade teórica e prática da qualidade dos serviços para instituição de Ensino Superior. Este modelo constituiu-se, basicamente, de uma estruturação que possibilitaria testar a composição de relacionamentos entre qualidade e tais construtos, instituídos como sendo primeiro: Reputação Mercadológica (ABDULLAH, 2006; MONDO & FIATES, 2014), segundo: Segurança (ZEITHAML & BERRY, 1985; CRONIN & TAYLOR,

1992; YILDIZ & KARA, 2009), terceiro: Atendimento Administrativo (JAGER & GBADAMOSI, 2013; ANIL & ICLI, 2014), quarto: Relacionamento Interpessoal (MOSTAFA, 2007; YILDIZ & KARA, 2009; CARDONA & BRAVO, 2012), quinto: Infraestrutura (CUNHA, 2014; MOLLO BRISCO et al., 2016;

MEC, 2016), sexto: Oportunidade de Carreira (ANIL; ICLI, 2014; MEC, 2016), sétimo: Aspectos Educacionais (RAVE; GIRALDO, 2015; MEC, 2016), oitavo: Aspectos Acadêmicos (ABDULLAH, 2006; ANIL; ICLI, 2014) e nono: Transformação Social (VOSS, GRUBER, & SZMIGIN, 2007; MEC, 2016). Também foi estruturado os indicadores para embasamento das teorias da qualidade como ponto de referência com treze indicadores.

A partir da proposição do modelo de avaliação, aplicou-se em uma abordagem quantitativa com 410 discentes de cinco IES brasileiras, a partir de um levantamento *Survey*, a fim de validar o presente modelo estruturado. Resultado a ser compartilhado em uma futura pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, como já mencionada, trata-se de uma primeira etapa para a proposição de um modelo eficiente de avaliação de qualidade no ensino superior, a qual já contribui significativamente para a ampliação da discussão acerca da importância da qualidade dos serviços nas IES, a partir das nove dimensões elencadas. Por meio da revisão de literatura, percebeu-se os déficits ainda encontradas nos modelos de avaliação existentes, principalmente quando se trata de um modelo exclusivamente brasileiro.

Entende-se que a pesquisa ganhará mais forma e relevância pela aplicação do modelo com discentes – o qual já se realizou-se e será compartilhado o resultado em futuros artigos, podendo traçar um panorama real da percepção dos clientes sobre a qualidade e oficializar a eficiência do modelo proposto.

Diversos autores reforçam que encontrar argumentos confiáveis para os modelos da qualidade no ensino superior não é uma tarefa simples, pois demanda o desenvolvimento de abordagens teórico-conceituais sobre qualidade de educação, operacionalização desta em forma de indicadores, levantamento dos dados e informações sobre o sistema de educação e, por fim, uma análise interpretativa do comportamento dos indicadores ao longo do tempo, mas apesar desta ampla inquietude, este estudo é um primeiro passo para aprofundar as discussões da qualidade dos serviços para IES brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULLAH, F. The development of HEdPERF: a new measuring instrument of service quality for the higher education sector. **International Journal of Consumer Studies**, v. 30, n. 6, p. 569–581, 2006.

ALVES, L. **Gestão de Instituições de Educação Superior**: Proposta de um referencial de Qualidade fundamentado na abordagem da Gestão do Conhecimento. 374p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

ANIL, N. K.; ICLI, G. E. The HEDQUAL scale: A new measurement scale of service quality for MBA programs in higher education. **Journal Bussiness Management**, 2014.

ATHIYAMAN, A. Linking student satisfaction and service quality perceptions: the case of university education. **European Journal of Marketing**, v. 31, n. 7, p. 528-540, 1997.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da Qualidade do Sistema de Educação Superior Brasileiro em Tempos de Mercantilização – Período 1994-2003**. Tese ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

BERTOLIN, J. C. G.; MARCON, T. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar., 2015.

CAMPOS, D. F.; LOPES NETO, M.; MARTINS, L. D. de S. Qualidade dos serviços na educação superior: uma visão comparativa entre dois cursos de graduação. **Revista Contabilidade Vista e Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 15-38, abri./jun., 2014.

CARDONA, M. M.; BRAVO, J. J. Service quality perceptions in higher education institutions: the case os a colombian university. **Estudios Gerenciales**, v. 28, p. 23-29, 2012.

CARUANA, A; PITT, L. INTQUAL – An internal measure of service quality and the link between service quality and business performance. **European Jorunal of marketing**, v. 31, n. 8, p. 604-616, 1997.

CHAGAS, L. R. **Mapeamento da percepção dos alunos de uma escola de idiomas: uma adaptação do modelo HEdPERF**. Dissertação de Mestrado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2010.

CHENG, Y. C.; TAM, W. M. Multi-models of quality in education. **Quality Assurance in Education**, v. 5, n. 1, p. 22 – 30, 1997.

CHUA, C. Perception Of Quality in Higher Education. **Proceedings of the Australian Universities Quality Forum**, 2004.

CORRÊA NETO, D. A.; MIGUEL, P. A. C.; PIRES, S. **Satisfação de alunos numa instituição de ensino superior: Um estudo de caso**. 2010. Disponível em: <[http://www.gestori.com.br/website/diversos/artigos/qualidade\\_servicos.pdf](http://www.gestori.com.br/website/diversos/artigos/qualidade_servicos.pdf)>. Acesso em: 23 de Abr. 2015.

CRONIN, J.; TAYLOR, S. Measuring service quality: a reexamination and extension. **Journal of Marketing**, v. 56, n. 3, p. 55-68, 1992.

CUNHA, M. I. da. A qualidade e ensino de graduação e o complexo exercício de propor indicadores: é possível obter avanços? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 453-462, 2014.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação como instrumento da formação e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação, In: RISTOFF, D.; ALMEIDA JÚNIOR, V. de P. (orgs.), **Avaliação Participativa**. Perspectivas e Debates: UNESCO/MEC/INEP, Brasília, p.15-38, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa – a experiência da UNICAMP. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton C. (Orgs). **Avaliação Institucional – Teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

DOUGLAS, J.; DOUGLAS, A.; BARNES B. Measuring student satisfaction at a UK university. **Quality Assurance in Education**, v. 14, n. 3, p. 251-267, 2006.

EBERLE, L.; MILAN G. S.; LAZZARI, F. Identificação das dimensões da qualidade em serviços: um estudo aplicado numa Instituição de Ensino Superior. **RAE**, v.9, n.2, art. 7, Dez. 2010.

FRANCISCO, T. H. A. et al. Análise epistemológica da avaliação institucional da educação superior brasileira: reflexões sobre a transposição de paradigmas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 531-562, 2015.

FREITAS, I. M. A. C.; SILVEIRA, A. **Avaliação Da Educação Superior**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

GALLIFA, J.; BATALLÉ, P. Student perceptions of service quality in a multi-campus higher education system in Spain. **Quality Assurance in Education**, v. 18, n. 2, p.

156-170, 2010.

GOUVÊA, M. A.; ONUSIC, L. M.; MANTOVANI, D. M. N. Qualidade e lealdade ao curso no ensino superior. **Revista Administração**. Santa Maria, v. 9, número 1, p. 26-45, 2016.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Brasil). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)/INEP**. Brasília: Inep, 2016.

INEP. Ministério da Educação. **Notas estatísticas. Censo da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2014.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

JAGER, de J.; GBADAMOSI, G. Predicting students' satisfaction through service quality in higher education. **The International Journal of Management Education**, v. 11, p. 107-118, 2013.

KARA, A.; YILDIZ, S. M. The PESPERF scale: An instrument for measuring service quality in the School of Physical Education and Sports Sciences (PESS). **Quality Assurance in Education**, v. 17, n. 4, p. 393-415, 2009.

KASSIM, N. M.; ZAIN, M. Service Quality: Gaps in the College of Business. **Business**, p. 235- 252, 2010.

KHADRAOUI, A.; FELTUS, C. Service especification and servisse compliance: How to consider thes responsibility dimension? **Journal of Service Science Research**. v. 4, p. 123-142, 2012.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A.; BORBA, J. A.; BRASIL, M. L. A. Satisfação dos acadêmicos com o curso de ciências contábeis: um estudo em uma instituição de ensino superior privada. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 7, n.3., 2014.

LOPES, E. L.; HERNANDEZ, J. M. da C., NOHARA, J. J. Escalas concorrentes para mensuração da qualidade percebida: Uma comparação entre a SERVQUAL e RSQ. **RAE**, São Paulo, v. 49, n. 4, 2009.

LORÊMÇON, F. M. **Qualidade e Satisfação do Cliente**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/marketing-e-publicidade-artigos/qualidade-e-satisfacao-do-cliente-1287222.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

LOURENÇO, C. D. da S.; KNOP, M. F. T. Ensino Superior em Administração e percepção da qualidade de serviços: uma aplicação da escala SERVQUAL. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 219-233, 2011.

MAINARDES, E. W.; DOMINGUES, M.J.DE C.S.; DESCHAMPS, M. Avaliação da qualidade nos serviços educacionais das IES em Joinville-SC. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 17-32, 2009.

MILAN, G. S; MAIOLI, F. C. Atributos relacionados aos serviços prestados por uma Instituição de Ensino Superior e a satisfação de seus alunos. In: **XXV ENEGEP**, 2005, Porto Alegre, 2005.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

MOLLO BRISCO, G.F., et al. Higher Education quality: What is the perception of the players involved? Conclusion of a comparative analysis. **Vision de Futuro**. Ano 13, volume 20, n 01, Enero-Junio 2016, p. 24-43.

MONDO, T.; FIATES, G. Mapeamento Bibliométrico dos Modelos de Qualidade em Serviços: publicações de pesquisadores brasileiros sobre o tema até 2012. **Revista Pretexto**. Belo Horizonte v. 15 n. 1 p. 11 – 28 jan/mar., 2014.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul., 2014.

MOSTAFA, M. M. A Comparison of SERVQUAL and I-P Analysis: Measuring and Improving Service Quality in Egyptian Private Universities. **Journal of Marketing for Higher Education** v. 16, p. 83-104, 2007.

PALADINI, E. P.; BRIDI, E. **Gestão e Avaliação da Qualidade em Serviços para Organizações Competitivas**: Estratégias básicas e o cliente misterioso. São Paulo: Atlas, 2013.

PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L.; ZEITHAML, V. A. A conceptual model of service quality and its implications for future research. **Journal of marketing**, p. 41-50, 1985.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. SERVQUAL: A multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. **Journal of Retailing**, v. 64, n.1, p. 12-37, 1988.

PEREIRA, M.; SILVA, M. T. A. K. **Question for Higher Education**: Who are the customers? Proceedings of the 31st Annual Conference of the POMS-2003, Atlanta, 2003.

POFFO, G. D.; MARINHO, S. V. Diagnóstico da Qualidade em uma IES: a percepção da comunidade acadêmica. **Revista Avaliação**. Sorocaba, São Paulo, v. 21, n.2, p. 455-477, 2016.

POFFO, G. D.; VERDINELLI, M. A. Sistema de avaliação da qualidade dos serviços

das IES: revisão dos modelos existentes. In: **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento**. Argentina: Mar de La Plata, 2017. P. 1-16.

PINTO, R. S.; MELLO, S. P. T.; MELO, P. A. Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2016, vol.21, n.1, pp.89-108.

RAVE; J. P.; GIRALDO; L. M. Classroom Qual. A scale for measuring the use-of-classrooms-for-teaching-learning servisse quality. **Total Quality Management and Business Excellence**. E-Boock, 10 jul., 2015.

RIBEIRO, E. A. **O processo de autoavaliação institucional proposto no sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) para as instituições públicas e privadas**. 320 p. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em administração na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

RIZZATTI, G.; et. al. Programa de Qualidade para Universidades Públicas e privadas: na perspectiva da melhoria de serviços prestados aos múltiplos usuários. **X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en America del Sur**, Mar Del Plata, dez., 2010.

SALMERON-FIGUEREDO, M. **A avaliação in loco de cursos superiores brasileiros no contexto do sinaes: análise das percepções dos avaliadores externos**. v.1, 731 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SCOTT, S. V. The Academic as service provider: is the customer always right? **Journal of Higher Education Policy and Management**. v. 21, n. 2, 1999.

SELEME, R. **Gestão de Operações de Serviços: planejando o sucesso no atendimento ao cliente**. Curitiba: Inter Saberes, 2016.

SENTHILKUMAR, N; ARULRAJ, A. SQM-HEI – determination of service quality measurement of higher education in India. **Journal of Modeling in Management**, v. 6, n. 1, p. 60-78, 2011.

SILVA; A. M. da; PEREIRA, R. da S. Avaliação da qualidade dos serviços educacionais prestados por uma instituição de ensino superior (IES). **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio De Janeiro, v. 13, n 1, p. 111-144, 2012.

ŠIMIĆ, M. L.; ČARAPIĆ, H. Education service quality of a business school: former and current students' evaluation. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v. 5, n. 2, p. 181-191, 2008.

SOUZA, S. A. de; REINERT, J. N. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação**

Superior, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 159-176, 2010.

STELLA, A.; GNANAM, A. Quality assurance in distance education: The challenges to be addressed. **Higher Education**, v. 47, p. 143-160, 2004.

SULTAN, P.; WONG, H. Y. Service quality in a higher education: an integrated model. **Journal of Marketing and Logistics**, v. 24, n. 5, 2012.

TOLENTINO; R. S. S. et al, Avaliação da qualidade na educação a distância sob a perspectiva do aluno: proposição e teste de um modelo usando equações estruturais. **REGE**. São Paulo – SP, v. 20, n. 3, p. 347-366, jul./set. 2013

VOSS, R.; GRUBER, T.; SZMIGIN, I.; Service quality in higher education: the role of students expectations. **Journal of Business Research**, v. 60., 2007.

WALTER, S. A.; TONTINI, G.; DOMINGUES, M. J. C. S. Identificando oportunidades de melhoria em um curso superior através da análise da satisfação dos alunos. In: **Encontro Nacional Dos Programas De Pós-graduação Em Administração**. Brasília, 2005. Anais. CD-ROM, Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

XAVIER, R.; Avaliação da Qualidade dos Serviços de uma Instituição de Ensino Superior Utilizando a Aplicação do Modelo adaptado de Mensuração dos 5 GAP's. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, PR, v. 7, n. 1, jan./dez., 2009.

YEO, R. Brewing service quality in higher education. **Quality Assurance in Education**, v. 16, n. 3, p. 266-286, 2008.



# DISCURSO DE POSSE DA NOVA REITORA DO UNIAVAN

**Excelentíssimo senhor, Mohamad Hussein Abou Wadi, Presidente da  
nossa Mantenedora.**

**Excelentíssimo senhor, Artenir Werner, Vice-Presidente da nossa  
Mantenedora.**

**Autoridades aqui presentes.**

**Estimados confrades e congreiras do Conselho Universitário.**

**Senhoras e Senhores Coordenadores de Curso.**

**Colegas professores e funcionários do UniAvan.**

**Demais convidados e queridos familiares.**

**MEUS CAROS SENHORES E SENHORAS PRESENTES A  
ESSA CERIMÔNIA,**

Agradecendo desde já a acolhida e a presença de todos, confesso que nesse momento sinto-me inebriada de alegria e que sobre meus ombros pesa a responsabilidade assumida em reger, governar, administrar e dirigir essa nova etapa de nossa história. Agradeço tamanha confiança a mim depositada por todos os sócios mantenedores e me sinto honrada por poder viver tudo isso!

Após 12 anos na condição de Diretora Geral da Faculdade Avantis, depois de muito aprendizado e trabalho, de muitos discursos elaborados e proferidos ao longo de tantos eventos formais e informais, nesse momento em que busco guarida no meu mais íntimo ser, para procurar as melhores e mais apropriadas palavras para professar, constato que elas me são escassas para traduzir tudo aquilo que se passa em minha mente e em meu coração nesse

momento sublime de minha carreira como docente.

Fecho os olhos! Sinto ao fundo uma suave melodia e também o aroma das flores desabrochadas que já me fazem sentir falta a primavera... Na vidraça sinto o bater das gotas da chuva fina que anuncia o início de mais um novo ciclo, uma estação... e então meus pensamentos viajam pelo tempo que vivi, dos mais recentes aos mais remotos, e como num passe de mágica sinto-me tomada pela doce sensação de que, se hoje aqui estou, é porque fui fortalecida e abençoada por ter convivido e aprendido com cada um de vocês!

Em minha frente visualizo uma corrente, formada por diversos elos, que unidos são mais fortes. Como uma âncora jogada ao mar, essa corrente é que me garante a estabilidade, que me suporta e que me faz resistir a tantas tempestades. Essa corrente é, para mim, aquela força que me seguir em frente, e hoje percebo que cada elo foi fundamental para que aqui, hoje, eu estivesse.

Primeiramente, destaco a importância, de ter começado confeccionando essa corrente pela família que me acolheu. Reconheço que a minha família é a base da minha vida... Falar da família é lembrar do lar que nasci com o zelo e amor incondicional dos meus pais Gertrudes e Luiz os quais, com toda a sua simplicidade, foram capazes de me ensinar sobre os valores básicos da formação de um ser humano: o AMOR, a ÉTICA, o HUMANISMO, a LUTA, o enfrentamento frente aos DESAFIOS, a busca incessante pela realização dos meus SONHOS não para que tudo isso me fizesse maior ou melhor do que alguém, mas que, dessa forma eu pudesse contribuir com outras tantas pessoas a realizarem os seus próprios sonhos e se perceberem gente como a gente.

Com toda essa força que me move consegui construir e me tornar a pessoa que hoje sou. Essa força, quando conectada com a família, se transforma em fortaleza. E nessa fortaleza nada pode afetar e destruir os nossos sonhos, é como se fossemos todos entrelaçados por uma forte corrente de amor.

De dentro da família para minha profissional, continuo construindo novos elos da corrente da minha vida em busca de novas histórias e para a minha realização pessoal e profissional por meio da educação.

E quantas foram as experiências exitosas que tive a graça de receber, por meio dessa profissão que escolhi para mim. Comecei na educação básica e lá agreguei à minha vida muitos elos e que me fizeram amadurecer e conseguir chegar até aqui.

Todo esse alicerce e fortaleza dos meus conterrâneos colegas professores, pais e alunos trago para o ensino superior da UNIAVAN, onde, diariamente, agrego novos amigos, acumulo mais experiências e aprendo a viver e conviver.

E nesse momento, faço referência a todos os que desde o início estiveram comigo nessa grande e forte corrente que forma a nossa querida Avantis. São tantos os nomes, tantos os rostos que me veem em mente, tantos funcionários e professores que ainda permanecem conosco, e outros que já trilham caminhos diferentes, mas, sem exceção, todos vocês são por mim sempre lembrados.

Não posso me esquivar de manifestar minha admiração e apreço talvez por aquele que é o elo mais forte para que tudo isso pudesse ter acontecido nos últimos 16 anos: Sr. Artenir Werner, sócio fundador que, apesar de todos os contratemplos que fazem parte da história de nossa instituição, manteve firme a chama da esperança e aqueceu os elos dessa corrente, para que permanecêssemos juntos, apesar dos ventos contrários.

Referencio também nosso o atual presidente, Sr. Mohamad, e em nome dele todos os demais sócios, que com seu espírito jovial, espírito empreendedor, coragem e determinação impulsionou a chegada desse novo tempo para a nossa Instituição, dando-nos a força e a coragem para seguirmos de bandeira em punho, vivendo cada momento do tempo presente para construirmos um futuro melhor!

Enfim, minhas senhoras e meus senhores! Familiares, amigos, colegas! Nessas reflexões primeiras percebo que cada um de vocês é para mim um importante elo da corrente da minha vida! Se hoje há motivos para nos reunirmos em comemoração pela transformação daquela pequena faculdade nascida em instalações improvisadas em um novo Centro Universitário, é porque o trabalho, a confiança e o carinho por vocês dedicado a essa causa, fez que mais esse nosso sonho se materializasse.

Seja na abertura de novos cursos, a contratação de novos profissionais, ou abertura de novas unidades de ensino e campus para a oferta do ensino

superior sempre podemos contar com os melhores profissionais que nunca se esquivarem de suas responsabilidades, nunca negligenciarem o amor por essa nobre causa de educar e servir e; principalmente, sempre estiveram ao nosso lado, como incentivadores, apoiadores e acreditadores de que vencer é, sempre, uma questão de escolhas!

E assim permaneceremos, fortes e determinados em atingirmos posições de destaque, sendo referência para uma educação de excelência. E nós, juntos, ligados como os elos desta corrente, representamos a história e o crescimento exponencial da nova Uniavan que hoje nasce, mas tenho certeza que continuará crescendo ... e se fortalecerá.

\* \* \*

#### **Minhas senhoras e meus senhores.**

A partir desse momento, na condição de Reitora do Centro Universitário Avantis - UniAvan, reafirmo publicamente o meu compromisso de me manter junta aos pró-reitores, diretores, coordenadores, professores, colaboradores e alunos para que, unidos, continuemos determinados nessa luta diária e incessante de fazer a nossa Avantis crescer e se transformar em um centro de referência no ensino médio, na graduação e também no campo da pós-graduação, nos seus distintos campus e polos.

Se a maior conquista é aquela que vem do coração, então posso dizer que a Avantis chegou aonde chegou graças também ao espírito empreendedor de seus mantenedores, mas sobretudo, porque todos nós entendemos e fazemos a educação com um ato de puro amor.

Apropriando-me das palavras de São Paulo aos Coríntios, faço questão de enfatizar nesse momento de grande alegria pessoal que “Ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria”.

Falo isso porque ao conquistarmos a condição de Centro Universitário não podemos perder a essência de nossa Instituição. Mais do que nunca, minhas senhoras e meus senhores, é necessário reascendermos a fagulha do amor à educação que nos fez chegar até aqui

Não posso encerrar sem agradecer ao trabalho de cada profissional que esteve envolvido na organização desse lindo evento. Do planejamento à montagem. Dos convites à recepção. Das primeiras ideias ao evento final. Sei que tudo foi planejado e realizado com tanto carinho para que, vocês, nossos convidados pudessem viver hoje um momento único. Agradeço também aos meus familiares, meus amigos e meus colegas por estarem presentes. Suas presenças me indicam que tudo o que vivi valeu a pena, pois quando mais preciso sei que posso sempre contar com cada um de vocês! Mãe, pai, filhos... como é grande o meu amor por vocês!!!

Os novos tempos na nossa UniAvan são de mudanças! Convido a todos para embarcarem nessa nova travessia da UniAvan rumo ao futuro... Um tempo de consolidação, expansão e sucesso. Que nessa viagem possamos incluir doses diárias do amor em nossas práticas didático-pedagógicas e em tudo aquilo que fazemos... Afinal, como diz o fundador dessa Instituição, Artenir Werner, “Só passarei por esse mundo uma vez. Assim, todas as boas ações que possa praticar e todas as gentilezas que eu possa dispensar a qualquer ser humano, devo aproveitar este momento para fazê-lo”.

Frente o exposto, rogo para que muito mais do que o cargo e todas essas vestes talares que a partir de agora me identificam, seja-me concedido o dom da sabedoria para que me fortaleça na caridade ao próximo, nossos professores, alunos e funcionários.

Suplico pelo dom do entendimento **para que me** ilumine a aceitar e praticar as verdades, por mais difíceis que elas possam ser.

Rogo pelo dom do **conselho para que nos momentos importunos eu** saiba discernir caminhos e opções, que eu saiba orientar, mas também escutar.

**E, por fim, clamo pelo dom da fortaleza**, dom esse que é capaz de transformar a cada um de nós em pessoas corajosas para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia; nos dá perseverança e firmeza nas decisões.

Tenham certeza que enquanto reitora da UniAvan, continuarei em todos os momentos, à disposição de cada um de vocês, comprometida em exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres que me forem atribuídos, assumindo, a partir desta data, todos os encargos do mandato de que me investiram.

\* \* \*

A ti, meu Senhor e meu Deus, agradeço especialmente pelo dom da vida e por me fazer ser digna desse momento. Faça de mim um instrumento de Vossa paz!

A todos vocês, mais uma vez, o meu eterno, muito obrigada!

Balneário Camboriú, 23 de abril de 2019

*Prof<sup>a</sup>. Dra. h. c. Isabel Regina Depiné Poffo*

# NÚCLEO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Em 2019, professores e alunos do Centro Universitário Avantis – UniAvan, marcaram presença em uma série de eventos científicos levando ao mundo os resultados de pesquisas aqui realizadas. Tal feito garante a internacionalização de nossa Instituição para fomentar ações que proporcionem experiências tecnológicas, científicas e pedagógicas por meio da mobilidade dos nossos acadêmicos e docentes.

O nosso Núcleo de Internacionalização (NIT), é o responsável pelo apoio, incentivo, auxílio, orientação, acompanhamento, supervisão e avaliação das ações internacionais dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, e dos cursos de pós-graduação. No Quadro a seguir apresentamos o resumo de nossa presença em eventos internacionais durante o ano que se finda. Parabéns a todos os autores!

<b>Título da obra: Responsabilidade Civil do Incorporador pelos Danos Morais causados aos adquirentes: reflexões sobre <i>punitive damage</i> e seu cabimento no âmbito das relações de consumo e imobiliárias</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Felipe Probst Werner e Chelsea Almeida Silveira	Simpósio Internacional de Derecho - CONSINTER	24/10/2019	Universitat de Barcelona (Barcelona/ESP)

<b>Título da obra: Através das barreiras: como a mulher consegue se estabelecer em posições de liderança na gestão universitária?</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
André Gobbo e Karoline Comarella Coronetti	XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU 2019)	25 a 27/10/2019	Florianópolis / SC

<b>Título da obra: Gestão do nível de felicidade interna bruta dos acadêmicos do curso de Administração de uma Instituição de Ensino do norte de Santa Catarina</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
André Gobbo e Lavinia Klein dos Santos	XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU 2019)	25 a 27/10/2019	Florianópolis / SC

<b>Título da obra: Análise da empregabilidade juvenil: um estudo comparativo entre jovens e instituições de aprendizagem</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Everton Cordeiro Mazoleni; Flávio Ramos e Miguel Angel Verdinelli	II Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina	23/10/2019 a 25/10/2019.	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

<b>Título da obra: A influência da adição de <i>filler</i> calcário em substituição parcial ao cimento em argamassa estabilizada de revestimento de paredes e tetos</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Eduardo Martins Sequeira e Geisiele Ghisleni	Simpósio Mundial de Sustentabilidade, Conferência Internacional Bridge 2019	17 a 19/9/2019	Palhoça, Santa Catarina- Brasil

<b>Título da obra: Control system design and implementation to improve energy efficiency in oil pumping systems.</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Sabino Mondardo Júnior; Cristiano Hetzel Crippa e Kacildo Hernesto Ramos.	Rio Pipe Line.	03/09/2019 à 05/09/2019	Rio de Janeiro, RJ.

<b>Título da obra: Pesquisa Piloto com Egressos de Psicologia na América Latina</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Eliz Marine Wiggers (Brasil) Marco Morales (Chile)	Congresso da AL- FEPSI – Associação Latinoamericana para a Formação e o Ensino de Psicologia	02 a 05 de outu- bro de 2019	Medellín - Colômbia.

<b>Título da obra: A tecnossocialidade com olhar para promoção da saúde: revisão integrativa da literatura</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Juliana Martins Ferreira; Thaís Fávero Alves; Juliano de Amorim Busana; Rosane Gonçalves Nitschke; Adriana Dutra Tholl; Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann.	I Simpósio Internacional sobre Quotidiano, Ima- ginário e a Promoção da Saúde de Famílias "SIQUIPROSAFAM"	20, 21 e 22 de novembro de 2019.	Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - Santa Catarina, Brasil.

<b>Título da obra: O cotidiano de privações dos direitos humanos</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Adriana Dutra Tholl; Daniela Priscila Oliveira do Vale Tafner; Juliano de Amorim Busana; Rosane Gonçalves Nitschke; Tassiana Potrich; Sandra Mara Corrêa.	I Simpósio Internacio- nal sobre Quotidiano, Imaginário e a Promoção da Saúde de Famílias "SIQUIPROSAFAM"	20, 21 e 22 de novembro de 2019.	Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - Santa Catarina, Brasil.

<b>Título da obra: Tecnologia e o ser saudável</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Adriana Dutra Tholl; Daniela Priscila Oliveira do Vale Tafner; Selma Maria da Fonseca Viegas; Rosane Gonçalves Nitschke; Sandra Mara Correa; Juliano de Amorim Busana; Tassiana Potrich	I Simpósio Internacional sobre Quotidiano, Imaginário e a Promoção da Saúde de Famílias "SIQUIPROSA-FAM"	20, 21 e 22 de novembro de 2019.	Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - Santa Catarina, Brasil.

<b>Título da obra: Uso dos contêineres <i>dry e reefer</i> como alternativa construtiva</b>			
<b>Autor(es)</b>	<b>Evento:</b>	<b>Data do evento:</b>	<b>Local:</b>
Eduardo Machado; Dra. Muriel de Pauli	Simpósio Mundial de Sustentabilidade	17 a 19 de setembro de 2019	Palhoça - Brasil









**uniAvan**  
*Centro Universitário Avantis*